

ROBERTO REQUIÃO

**MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PARANÁ

1994

353 0315
1994
V 953

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1993

GOVERNADOR

Roberto Requião de Mello e Silva

VICE-GOVERNADOR

Mário Pereira

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Luiz Carlos Cafto Quintana

CASA MILITAR

Cel. QOPM Wantuil Borges

ADMINISTRAÇÃO

Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Osmar Fernandes Dias

ASSUNTOS EXTERNOS

Mauro Daisson Otero Goulart

ASSUNTOS DE OUVIDORIA-GERAL

João Olivir Gabardo

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Gilberto Serpa Griebeler

Erickson Diotalevi

CULTURA

Gilda Poli

DESENVOLVIMENTO URBANO

Homero Morinobu Oguido

EDUCAÇÃO

Elias Abrahão

ESPORTE E TURISMO

José Afonso Júnior

FAZENDA

Heron Arzua

INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Adhail Sprenger Passos

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Jorge Aloysio Weber

JUSTIÇA E CIDADANIA

José Tavares da Silva Neto

MEIO AMBIENTE

Eduardo Requião de Mello e Silva

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Carlos Artur Krüger Passos

POLÍTICA HABITACIONAL

Luiz Claudio Romanelli

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

SAÚDE

Nizan Pereira Almeida

SEGURANÇA PÚBLICA

José Moacir Favetti

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

José Durval Matos do Amaral

TRANSPORTES

Mário Pereira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	I
AVALIAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL NO ANO DE 1993	01
1. Planejamento	03
2. Desenvolvimento Urbano	15
Sanepar	18
Famepar	20
Comec	21
Suceam	23
3. Meio Ambiente	31
4. Agricultura e Abastecimento	43
5. Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	51
6. Transportes	59
7. Energia	73
8. Educação	79
9. Saúde	95
10. Justiça e Cidadania	107
11. Trabalho e Ação Social	115
12. Segurança Pública	125
13. Política Habitacional	133
14. Cultura	137
15. Esporte e Turismo	143
16. Administração Fazendária e Finanças	149
Banestado	156
17. Administração Geral	159
DEAM — DEAP — DECOM — DETO — IPE	161
18. Ouvidoria Geral	169

INTRODUÇÃO

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES DEPUTADOS:

Há, na História, momentos fortes em que o tempo cronológico parece adensar-se, fazendo com que os acontecimentos se sucedam mais velozmente.

São tempos de mudança e, portanto, de crise. São momentos de “estreitamento” que, na visão de Teilhard de Chardin, possibilitam o “salto de qualidade”, a passagem para um degrau evolutivo superior. É assim que a natureza e a humanidade caminham em direção à sua permanente superação.

No entanto, nada disso ocorre de forma mecânica, inextinguível. Não existe um determinismo histórico que estabeleça uma relação causa-efeito imutável. As leis da História não são as mesmas que as da Física. O sujeito da História é o homem, dotado de consciência e livre-arbítrio, capaz de escolhas acerca de seu próprio destino. Momentos de crise são momentos de decisão e de opção. E esta pode levar a sociedade para um patamar superior ou pode degradá-la, arrastando-a para baixo pelo peso daquilo que o mesmo Teilhard chama de “passividades”, cargas que só servem para retardar o processo de evolução e crescimento do homem e da natureza.

Nosso país, a meu ver, vive um desses momentos decisivos para seu futuro.

O impedimento do ex-presidente Collor demonstrou que a transição democrática, que parecia ter chegado ao seu cume com as eleições diretas para a Presidência da República, ainda estava por acontecer. A CPI do Orçamento expôs uma das feridas mais graves da República: a corrupção que penetrou por todas as partes do tecido social, envolvendo todos os Poderes. Vivemos, hoje, um processo de reavaliação das instituições republicanas; a desilusão com as instituições e o descrédito nos homens responsáveis pelo país são uma faca de dois gumes. Tanto podem suscitar os pregoeiros do caos, que enxergam a salvação somente num governo forte — sinônimo de autoritarismo e arbítrio, como desafiavam a criatividade dos que sabem que a saída está no fortaleci-

mento da República e das instituições democráticas.

Estou convicto de que passamos por uma crise de crescimento. Estamos abandonando as ilusões ufanistas de um Brasil grande e cordial, ilusões que sempre embalaram os nossos sonhos de um futuro melhor cada vez mais adiado. Estamos nos confrontando com a realidade de um país historicamente construído sobre o duplo pilar do paternalismo e do autoritarismo colonial, sustentador da dicotomia entre a Casa Grande e a Senzala. Estamos descobrindo que não é possível projetar um futuro viável para este país se não estabelecermos uma ruptura radical com os vícios que arcaízam nossa vida política e social, lançando as bases de uma nação efetivamente moderna, o que quer dizer, uma nação na qual a consolidação da democracia acontece com a correspondente melhoria das condições sociais da população.

Um olhar retrospectivo nos mostra que a caminhada da democracia brasileira tem sido permanentemente fragilizada por uma profunda crise econômica. A realidade cotidiana reafirma, sempre e sempre, o contorno das características de uma formação econômica perversa: concentração de renda e riqueza; socialização dos prejuízos pelo repasse do privado para o público; exclusão de massas crescentes da população dos benefícios do desenvolvimento e da civilização.

Não se pode negar a permanência e a amplitude do conflito distributivo brasileiro. A diversidade de situações sociais, expressa na péssima distribuição de rendas, agravada pela superinflação, é de tal diversidade que se torna difícil imaginar sua superação a curto prazo. A isto se alia a profunda crise que atravessa a nossa sociedade, expressa na desorganização e na fragmentação dos interesses conflitantes, que passaram a exibir um comportamento que poderíamos classificar como predatório. Caímos num abismo de tal profundidade que a única lei efetivamente praticada passou a ser a “lei do Gerson”, o “salve-se quem puder”.

Para reverter essa situação de desintegração social são necessárias reformas profundas no Estado e na sociedade. Sem um acordo mínimo entre as elites e a sociedade sobre essas reformas, não poderemos jamais tornarmo-nos uma Nação, continuando a ser os múltiplo “brasis” que convivem em conflito, antes latente,

mas agora já aberto em muitas regiões.

O caminho, certamente, não passa pelas vias de um neoliberalismo conservador e antiestatizante, que ignora tanto as raízes opressoras das nossas elites dominantes quanto a violência intrínseca dos “mercados”. Acredito que o Estado brasileiro deve ser reduzido. Sem dúvida, ao longo do tempo, encorpou e assumiu dimensões indesejáveis. Mas, é preciso ser cego para não perceber que o Estado cresceu exatamente sob a égide daqueles que, após terem se apropriado das benesses produzidas por esse crescimento, hoje apregoam a tese do Estado-mínimo. Creio no Estado posto a serviço dos interesses prioritários da população, no Estado posto a serviço de quem mais precisa dele. Não são as elites, as classes privilegiadas — os banqueiros, empreiteiros, industriais — que necessitam dos serviços sociais do Estado. São as classes desprivilegiadas e empobrecidas que precisam dos serviços públicos, do amparo da Justiça, de leis que impeçam a sua espoliação e garantam seus direitos e sua dignidade.

SENHOR PRESIDENTE SENHORES DEPUTADOS

O nosso país está mais enfermo política que economicamente. Sem reformas sociais e institucionais profundas será muito difícil consolidar a democracia, combater a inflação com equidade e retomar o desenvolvimento com justiça social, transformando cada brasileiro num cidadão. Daí porque penso que a maior ameaça à democracia, maior que uma possível desordem econômica ou social, é a ausência da ética e de representatividade na política.

Não basta punir os abusos. Precisamos mudar os usos que geram corrupção e injustiça. Modernizar o país não é diminuir o Estado, nem praticar uma privatização acelerada. Modernizar o país é tornar legítimas as instituições e implantar a ética na vida política. Ao lado disto, buscar um pacto político orientado para o desenvolvimento e a distribuição de renda. Isto significa um projeto nacional que crie condições para a coesão social e a estabilidade econômica, deixando de lado três viezes destrutivos: o nacional-desenvolvimentista (por ser ultrapassado), o corpora-

tivista (porque é a deturpação do contrato social) e o neoliberal (que não passa de reação conservadora às conquistas sociais). Trata-se de estabelecer uma resposta estrutural aos problemas do país, alicerçada num mínimo de estabilidade político-social e em definições precisas de onde se quer chegar. É preciso que o Estado assuma seu papel na distribuição da renda, requisito prévio para a justiça social. Isto supõe o estabelecimento de novas prioridades para os gastos públicos, a reforma profunda do aparelho administrativo estatal e uma reforma tributária adequada.

Em outras palavras, a saída da crise deve ser articulada por uma estratégia que alie o crescimento, amparado numa política industrial que subordine a política comercial, com programas sociais eficazes e abrangentes. Mas isto de nada adiantará sem uma composição política capaz de alterar o caráter inverso tradicional da distribuição de renda, através da elevação dos salários reais e da criação de um elenco de postos de trabalho que dê conta de absorver uma força de trabalho extremamente variada.

SENHOR PRESIDENTE SENHORES DEPUTADOS

Por ser nisto que acredito, tenho procurado governar o Paraná com a constante preocupação de zelar pela justiça, não a justiça fria das lei feitas muitas vezes para beneficiar os poderosos, mas a que floresce da solidariedade e da compaixão humana.

Tenho afirmado sempre que, como Governador, tenho o dever de ser a voz dos que não têm voz nem vez. Quero ajudar a destravar o grito de indignação preso na garganta dos que se percebem postos à margem.

Mas isto não é fácil. Nosso país conviveu por séculos com a opressão da senzala pela casa grande. Aos patrões, tudo é permitido e possível. Aos subalternos, cabe sofrer em silêncio e esperar pela providência. Assim, neste país cortado ao meio pela brutal insensibilidade de boa parte de suas elites, os governantes habituaram-se a ceder diante dos poderosos, jogando todo o peso do poder sobre as costas feridas da maioria silenciada

e espoliada.

Como não foi para isto que quis ser Governador dos paranaenses, deixei sempre clara minha opção: governar em favor dos mais pobres e abandonados. Em favor de quem precisa de governo: Os sem-teto e sêm-emprego, as crianças de rua e os idosos abandonados, o agricultor explorado pelos juros extorsivos e expulso de sua terra. Sempre deixei claro que não faria acordos com os poderosos para prejudicar os mais pobres. Que transformaria o governo numa estrutura a serviço da justiça social e da solidariedade, sem sectarismos, aberta a todas as classes sociais.

Esta não é uma posição fácil.

Os interesses contrariados são muito fortes. As estruturas de poder estão contaminadas pela omissão, corrupção e prepotência. Mas tenho enfrentado tudo com a consciência de que precisamos inaugurar um novo tipo de relações sociais em nosso país: mais justas, mais transparentes, mais honestas.

No entanto, não descurei das ações concretas em favor da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento do Estado. Investimentos pesados fizeram do Paraná o estado onde acontece o maior conjunto de realizações simultâneas já realizados em nossa história.

A FERROESTE, parceria do governo com o Exército brasileiro, é a única ferrovia em construção no país. Demandando um investimento global de US\$ 600 milhões, a ligação ferroviária entre Guarapuava e Guaíra tem importância determinante para o futuro do estado.

Com a entrada em operação de suas duas últimas unidades geradoras, a Usina Hidrelétrica de Segredo passou a operar com sua capacidade total, aumentando em 70% a capacidade de produção de energia da Copel. Já foi licitada a derivação do rio Jordão, que aumentará ainda mais a capacidade de Segredo, assim como já está sendo viabilizada a concorrência da Usina de Salto Caxias.

Os programas sociais da Copel, como o **Qualiluz**, o **Força Comunitária** e o **Força Rural**, têm ampliado a faixa de população beneficiada pela energia elétrica, levando maior conforto para milhares de famílias, com custo reduzido e condições facilitadas.

No setor de Transportes, as atenções foram dirigidas princi-

palmente para o melhoramento das redes rodoviárias e para a ampliação da eficiência dos sistemas ferroviário e portuário. O BID-IV, com investimentos da ordem de US\$ 173,5 milhões, financiará a conservação e o melhoramento da rede rodoviária estadual, que perfaz hoje 12 mil km. Ao lado disto, destacam-se a construção de novas obras, muitas das quais seriam responsabilidade do Governo Federal, mas que estão sendo assumidas pelo Estado: a duplicação da BR-376, trecho Curitiba-Garuva; a ponte entre Guaíra e Mundo Novo (MS); a ponte internacional sobre o rio Santo Antonio, ligando Capanema a Andresito-Guacurari (Arg.).

Programas como o “Bom Emprego” e “Panela Cheia”, que têm expandido e modernizado as pequenas empresas agroindustriais ou industriais, ao mesmo tempo que criam novos postos de trabalho, são exemplos de programas que constituem notável avanço com relação ao papel desempenhado pelos órgãos financiadores públicos no desenvolvimento do país. A adoção do equivalente-produto, no caso o milho, tornou o Paraná o pioneiro dessa medida, garantindo continuidade da produção e segurança ao produtor.

O Programa “Casa da Família”, fundamentado na parceria entre o governo estadual e os municípios, viabilizou 40 mil casas até agora, projetando a construção de mais 20 mil para 94. E são casas de 52m², que oferecem condições dignas de moradia para cerca de 200 mil pessoas, a custos que não ultrapassam 20% do salário-mínimo.

Reestruturamos a escola pública, dando autonomia financeira e administrativa aos estabelecimentos de ensino, repassando-lhes os recursos necessários para gerenciar o dia-a-dia e tornando realidade a gestão democrática através dos conselhos escolares. Os prédios escolares passaram por completa reforma, muitos tendo sido ampliados. Foram construídas 4.300 salas de aula, capacitando a rede física estadual a acolher cerca de 400 mil alunos novos. Ousamos no combate à evasão e repetência com a ampliação do Ciclo Básico. Pioneiramente, implantamos a rede de capacitação de professores à distância, com a interligação das escolas estaduais com a TV Educativa, via satélite.

O Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano investe US\$ 224 milhões em obras nos 371 municípios do Estado, enquanto o Programa de Saneamento Ambiental da Região de Curitiba — o PROSAM investe US\$ 216 milhões de dólares, salvando 14 rios da Região Metropolitana e melhorando, de forma fantástica, a qualidade de vida da população, com estrutura de coleta de esgotos.

Inúmeros outros programas e ações desenvolvidas nas mais diversas áreas, como a Cultura, Saúde, Ensino Superior, Indústria e Comércio, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança, que os Senhores encontrarão sumariamente descritas nos relatórios anexos, poderiam ser aqui citados. No entanto, para não ser cansativo, restrinjo-me à pequena síntese que precedeu.

SENHOR PRESIDENTE
SENHORES DEPUTADOS

Aqui, no Paraná, graças ao povo trabalhador e criativo, as coisas acontecem de verdade.

Não queremos descambar para o cabotinismo, mas forçoso é reconhecer que, diante do panorama das dificuldades enfrentadas pelo país, nosso Estado tem conseguido avanços importantes. Isto se deve, sem dúvida alguma, à operosidade do nosso povo, à criatividade do nosso empresariado, à coragem e pertinácia do nosso agricultor. Mas também se deve às políticas corretas que vêm sendo adotadas pelo governo estadual.

É assim que, com a seleção de programas de governo de perfil simples, mas eficazes, em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social, construímos um Paraná mais forte. Não nos interessam as obras portentosas, de grande impacto propagandístico, mas que beneficiam apenas minúsculas franjas da sociedade — e exatamente as mais privilegiadas. Não queremos criar simplesmente uma fachada a esconder as mazelas sociais do Estado. Interessam-nos, e nisto investimos, programas de caráter econômico-social definido em favor da maioria da população. Esta é a nossa cota para transformar o Brasil, passá-lo a limpo, torná-lo uma nação justa e rica.

Quando afirmamos que o Paraná é o Brasil que está dando certo, não nos move o ufanismo oco de quem se crê melhor que os outros. Mas a convicção de que, com seriedade e trabalho, nosso país tem um grande futuro. O orgulho que temos em ser paranaenses é a raiz da esperança de, um dia, vermos o Brasil entre os países desenvolvidos e socialmente justos. É esta certeza que nos faz arrostar as dificuldades, lutar por um projeto político social amplo e transformador, preservando a esperança num amanhã melhor.

Muito obrigado.

Curitiba, 15 de fevereiro de 1994

ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado do Paraná

**AVALIAÇÕES DAS ATIVIDADES
DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
NO ANO DE 1993**

1. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

1. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em estreita consonância com as diretrizes governamentais de atendimento às demandas da sociedade paranaense, atuou como instrumento de apoio ao ordenamento das ações governamentais e de integração das atividades das diversas áreas da administração estadual.

COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

Na área da coordenação, cabe mencionar o projeto da Casa Ciência e Tecnologia, a ser instalada nos edifícios do TECPAR, no bairro Juvevê, em Curitiba, que se constitui num centro de difusão com o objetivo de ampliar a cultura técnico-científica da população, através de exposições interativas e experimentos dinâmicos de forma simples, didática e contextualizada.

No ano de 1993, o Projeto Qualidade no Ensino Público, negociado com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, atingiu sua fase final de montagem e de negociação de contrato, devendo ser implementado pelo Governo do Estado a partir de 1994. Coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto será executado pela Secretaria de Estado da Educação- SEED e pelo Instituto Educacional do Paraná-FUNDEPAR, com investimento nas áreas de capacitação de professores e demais profissionais, construção de salas de aula, suprimento de materiais pedagógicos e ações, visando a reestruturação administrativa da SEED, dos seus Núcleos Regionais e Secretaria Municipais de Educação. Esses investimentos serão realizados ao longo de cinco anos em toda rede pública de ensino de 1º grau, preferencialmente nos municípios que estabelecem com o governo estadual o Contrato de Parceria Educacional. O valor estimado é de US\$ 190 milhões, sendo 50% desse valor financiado pelo BIRD e a outra metade como contrapartida do Governo do Estado. Ainda na área da educação, em maio de 1993, a Comissão de Financiamento Externo — COFIEX da Secretaria de Planejamento do Governo Federal autorizou o Governo do Estado do Paraná a candidatar-se à obtenção de recursos externos para financiar o Projeto de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, que visa executar programas de investimentos nas áreas de capacitação e atualização de profissionais de educação, melhoria e adequação na rede física escolar, aquisição de materiais e equipamentos técnico escolares, além de ações ligadas à gestão do ensino de 2º grau, de modo a estruturar um sistema de planejamento educacional permanente de descentralização gerencial, imprimindo, com isso, maior racionalidade e eficácia ao sistema escolar.

Com relação especificamente ao 2º Grau Técnico Industrial, iniciaram-se estudos e negociações preliminares com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com o objetivo de elaborar um projeto de expansão desse grau de ensino, que leve em consideração o processo de intensa e sucessivas mudanças culturais e tecnológicas.

ASSESSORAMENTO

No ano de 1993, a área de informática, a partir do processo de integração desenvolvido pela SEPL/IPARDES, contribuiu para a integração de informações e utilização dos instrumentos necessários ao desenvolvimento das atividades regulares de SEPL, bem como prestou apoio técnico, propiciando a troca de correspondências e processos entre a SEPL e a Casa Civil, através de um software para transferência de informações via linha telefônica.

A AIT/SEPL, como atividade de suporte, prestou a todos os setores do órgão a assessoria solicitada e, quando necessário, fez-se representar nas diversas instâncias e atividades ligadas à área de informática.

Na atividade de assessoramento técnico, a SEPL manteve, com organismos federais, atualização constante do fluxo de informações entre os órgãos estatais e federais, bem como junto à bancada paranaense na Câmara Federal, no que se refere ao preparo das emendas ao Orçamento da União. Estas atividades voltam-se precipuamente à preparação e atualização dos pleitos do Estado e seu encaminhamento aos organismos federais, para que sejam incluídos no Orçamento da União.

PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A Secretaria de Estado do Planejamento, através da Unidade de Gerenciamento do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba — Bacia do Alto Iguaçu — PROSAM, vem desenvolvendo ações para cumprir as metas do Programa que formula um conjunto de soluções integradas para os problemas ambientais da Região Metropolitana de Curitiba, com ênfase naqueles que se articulam a partir de interseção entre o processo de urbanização e a dinâmica dos recursos hídricos da Bacia do Alto Iguaçu.

Os múltiplos problemas ambientais que o Programa procura equacionar têm, como seus principais determinantes, o acelerado crescimento demográfico ocorrido nas duas últimas décadas, associado às peculiares características do meio físico da região, que restringem em muito a oferta de espaços adequados para a urbanização, bem como a fragilidade do aparato institucional de gestão dos processos de apropriação dos recursos ambientais.

Esta dinâmica levou a uma degradação generalizada do meio ambiente, o que se reflete nos impactos da urbanização sobre os componentes do meio natural e seus padrões de equilíbrio e reprodução. Aqui destacam-se: a ocupação das várzeas inundáveis do Rio Iguaçu, o generalizado comprometimento

de mananciais de abastecimento por estruturas urbanas e rurais, a alteração dos padrões de escoamento superficial, com intensificação das enchentes, a supressão de extensas áreas de vegetação nativa e a poluição das águas por esgotos domésticos e industriais.

A mesma dinâmica está associada, também, aos problemas encontrados na interação entre o meio ambiente — quer natural ou construído — e a qualidade de vida da população. Neste campo, são relevantes questões como: localização das populações de baixa renda em áreas insalubres, com os decorrentes problemas de saúde pública, oferta dos serviços de saneamento básico e suas relações com os padrões de reprodução da população, oferta de espaços abertos para lazer de massas, conscientização das populações a respeito de padrões ambientais adequados.

Por fim, também são abordadas algumas interações entre as atividades produtivas e as peculiaridades do meio regional. Sob este aspecto, foram contemplados temas como: padrões de manejo das atividades agropecuárias e sua relação com a qualidade do meio, oferta de água para desenvolvimento de atividades econômicas, natureza das atividades industriais e seus padrões de emissão de efluentes, impactos das atividades minerárias sobre os recursos hídricos, para exemplificar.

Para o equacionamento dos problemas antes comentados, formula-se um conjunto integrado de projetos, visando os seguintes objetivos:

- a. a recuperação da qualidade ambiental da região e preservação de mananciais;
- b. melhoria das características físico-químicas e biológicas dos recursos hídricos da bacia do Alto-Iguaçu;
- c. ampliação da oferta de recursos hídricos para potabilização, mediante a regularização da vazão dos rios e controle da qualidade dos mananciais;
- d. ampliação da oferta de áreas destinadas à urbanização;
- e. controle de cheias;
- f. melhoria da qualidade de vida da população;
- g. desenvolvimento de mecanismos institucionais e de mobilização social para garantir a melhoria da qualidade ambiental da região do Alto-Iguaçu.

Os recursos a serem mobilizados para a consecução destes objetivos serão da ordem de US\$ 230 milhões, parte dos quais oriundos de empréstimo tomado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, no valor de US\$ 117 milhões, num período de cinco anos, com participação da União, do Estado do Paraná, do Município de Curitiba e dos demais municípios da região envolvidos.

Estão previstas ações nas seguintes áreas:

- a. estruturação da base para gestão dos recursos ambientais, visando o controle do uso e ocupação do solo, e da apropriação dos recursos ambientais, abrangendo a capacitação técnica de entidades governamentais, o planejamento, a monitoração, articulação e comunicação social;

- b. proteção e aproveitamento de mananciais de abastecimento, consistindo na construção de reservatório em medidas para a conservação e manejo dos solos, na ampliação de espaços para urbanização e reposição da flora e em mecanismos de preservação de acidentes e recuperação de áreas degradadas;
- c. recuperação ambiental do Alto Iguaçu, por meio de obras para controle de enchentes, coleta e tratamento de esgoto domésticos e drenagem de águas pluviais, ampliação do sistema de coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos e recomposição florística.

ESCRITÓRIO BRASIL-CHINA

Implantado em 1992, o EBC vem realizando, desde então, sua atividade de apoio técnico e operacional aos programas e missões que objetivaram principalmente estabelecer compromissos para o futuro desenvolvimento de intercâmbio e cooperação, especialmente nos campos da suinocultura, hortaliças e frutas, plantio de algodão, cultivo de plantas medicinais e seu aproveitamento fitoterápico, intercâmbio de pessoal entre universidades, técnicas de sensoriamento remoto, automação e controle de sistemas de energia elétrica, técnicas de computação eletrônica na estampagem de tecidos, software para computadores, aplicações de tecnologia fotovoltaica, discussão de detalhes de programas de cooperação em automação, sensoriamento remoto e gerenciamento e controle de sistemas de energia em larga escala.

O EBC prestou apoio a uma segunda Missão Paraná-China, composta por representantes do TECPAR, LAC, (SIMEPAR — Sistema de Meteorologia do Paraná) e IAPAR, que foi enviada à China para juntar-se à missão do Governo Federal que participaria do Quinto Encontro de Cooperação Brasil-China realizado em Pequim. Os nossos técnicos visitaram também as províncias de Jiangsu e Zhejiang, onde foram assinados acordos de longo prazo de intercâmbio e cooperação entre o IAPAR (Instituto Agrônomico do Paraná) e instituições similares de cada uma daquelas províncias. Na ocasião, foi definida programação para 1994, para aprofundar os contatos nas áreas de metodologia, recursos hídricos e geoprocessamento; hidráulica; agricultura; produção de vacinas e informática.

O trabalho desenvolvido pelo EBC tem aproximado entidades do setor público e do setor privado paranaense com congêneres da China, a fim de ampliar o volume de comércio, realizar investimentos e estabelecer o intercâmbio científico. Uma extensa programação de trabalho com as instituições e empresas da República Popular da China, para atender à demanda (crescente) de informações sobre negócios com aquele país, tem sido realizada e constatado interesse, por parte de empresas nacionais, pelos seguintes produtos chineses: equipamentos para laboratórios, rolamentos compressores, máquinas agrícolas de pequeno porte, hidrômetro, medicamentos e matérias-primas farmacêuticas, produtos com aplicação fotovoltaica, correntes de rolo, ventiladores, etc.

A missão chinesa sobre medicamentos da província de Guandong, possi-

bilitou o estabelecimento de contatos, tanto com empresas privadas quanto com instituições públicas daquela área, tendo sido apresentada a essa missão uma proposta de cooperação para produção de heparina de origem suína.

Na área de Ciência e Tecnologia, o EBC articula-se especialmente com diversas instituições públicas e privadas da área de biotecnologia (interesse principal da missão), para fornecer à delegação chinesa de Xangai uma boa visão do estágio de desenvolvimento do Paraná nesse campo e lançar as bases de um futuro intercâmbio e cooperação.

Resta mencionar, finalmente, os esforços desenvolvidos pelo Escritório para viabilizar a vinda de três especialistas chineses, vinculados ao Instituto de Piscicultura de Água Doce de Zhejiang, que deverão, em 1994, atuar junto ao Sistema Estadual de Agricultura.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

A Coordenadoria de Planejamento Governamental desenvolveu, no ano de 1993, suas funções de elaborar estudos e emitir pareceres técnicos sobre os diversos assuntos que envolvem a ação governamental. Foram realizados estudos que subsidiaram a ação do governo paranaense nas áreas de ordenação das atividades econômicas no espaço do Estado e do seu posicionamento na questão da privatização de empresas estatais responsáveis pela oferta de infra-estrutura pública.

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Na área de Planejamento Institucional, a SEPL deu continuidade à elaboração de estudos e projetos de natureza organizacional, ao preparo de propostas de adequações de estruturas, com a conseqüente formatação de leis, decretos, estatutos, regulamentos e regimentos internos de órgãos e entidades da administração pública estadual, à manutenção do Sistema de Legislação Organizacional — LOP e do Sistema de Estrutura de governo — EGO.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO

Nos campos de planejamento e orçamentação, a Coordenadoria de Orçamento e Programação concebeu e elaborou o Anteprojeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 0 LDO para o exercício de 1994, acompanhando todas as fases do processo legislativo, compatibilizando as propostas orçamentárias setoriais às prioridades da ação governamental e à estimativa das possibilidades financeiras do Tesouro Estadual.

No campo da execução orçamentária, a Coordenação emitiu os Quadros de Detalhamento de Despesas (QDD), procedendo sistematicamente aos ajustes e reemissões decorrentes das quatro correções aplicadas nos orçamentos.

Trimestralmente, a Coordenadoria elaborou as programações financeiras, estabelecendo os limites de capacidade de empenho para cada órgão da Administração Pública, relativamente a recursos do Tesouro Geral do Estado,

mediante critério e hierarquização de prioridades. A programação trimestral, com a integração dos sistemas COP (Sistema de Orçamento e Programação) e SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira), veio trazer maior eficácia, velocidade e segurança ao processo orçamentário-financeiro. A prática de programação financeira consolida o orçamento como valioso instrumento de coordenação.

No processo gerencial, a Coordenadoria promoveu substituição de equipamentos de processamento de dados.

COORDENAÇÃO GERAL DE INTEGRAÇÃO DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÕES

Até meados de junho de 1993, o Conselho de Informática do Paraná, desenvolveu suas atividades técnico-administrativas em função da legislação existente. Através de estudos e reuniões internas e externas, discute-se a redefinição das funções institucionais do Conselho de Informática do Paraná. Em face da proposta apresentada, foi extinto, através do Decreto nº 2362, de 8 de junho de 1993, o Sistema Paranaense de Informática e o Conselho de Informática do Paraná. Pelo mesmo decreto, foi instituído o Sistema Estadual de Informações — SEI, integrado por uma Coordenação Geral de Integração de Informática e Informações — CGI, coordenada pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Pela abrangência e importância para a integração do Sistema Estadual de Informações — SEI, a Coordenação Geral de Integração de Informática e Informações — CGI é uma instância de nível gerencial, constituindo-se o ambiente de convergência e compatibilização de metodologias, métodos, normas, padrões e procedimentos em conjunto com as Coordenações de Segmentos de instância operacional e respectivas Câmaras Técnicas. Com este procedimento, o Estado do Paraná conta, atualmente, com um método revolucionário na área de informática e informações, ampliando as formas de participação, diálogo e cooperação entre os órgãos, padronização e avanço significativo quanto ao enfoque tecnológico, agilização, qualidade e confiabilidade na produção e uso das informações, fortalecendo não só as funções de planejamento, pesquisa e administração pública, como também gerando condições adequadas para um melhor atendimento à sociedade, de modo geral. Outro aspecto a ser considerado neste processo é o treinamento e capacitação de recursos humanos, fundamentado nos princípios de integração metodológica e tecnológica, com vistas ao uso adequado dos recursos computacionais e das informações no ambiente do Sistema Estadual de Informações — SEI. Este modelo, ora implementado no Estado, e tendo como elemento balizador o documento — “Sistema Estadual de Informações: Modelo, Funções e Conceitos”, anexo do Decreto nº 2361, tem-se constituído, mesmo em fase de implantação, num modelo consistente e eficiente, propiciando, além dos benefícios esperados, uma economia de escala na aplicação de investimentos, fundamentada em sua estrutura metodológica.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ — CELEPAR

Em 1993, a instituição do Sistema Estadual de Informações — SEI representou um marco significativo na construção de um novo modelo de organização da informática pública no Paraná. A CELEPAR tem dedicado o melhor de seus esforços na implantação do SEI. É dela o papel de agente de informatização e supridor da infra-estrutura imprescindível à sua efetivação.

Para atingir este objetivo, foram concentrados esforços em projetos como: reciclagem do corpo técnico, de forma a capacitá-lo ao desenvolvimento de soluções inovadoras, econômica e tecnologicamente adequadas às necessidades de seus clientes; reorganização do atendimento aos clientes, visando a presença da Empresa junto aos mesmos, assim como a sua capacidade de propor soluções; diversificação da linha de serviços, pela ampliação e atualização técnica da rede estadual de comunicação de dados, ampliação das áreas de consultoria e da oferta das alternativas de desenvolvimento de sistemas aos clientes; programa CELEPAR de Gestão Pela Qualidade Total, que visa assegurar a total satisfação dos clientes com a qualidade dos serviços e do atendimento da Empresa.

A CELEPAR atuou na expansão da informatização da Administração Pública do Paraná através da elaboração de planos de informatização para a FERROESTE, Porto de Paranaguá, PROCON, Secretaria dos Transportes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Secretaria do Trabalho e Ação Social/FASPAR e Assembléia Legislativa do Paraná. Em conjunto com a Secretaria da Justiça, a CELEPAR tem apoiado o processo de informatização das Varas de Execuções Penais — VEPs, no âmbito do Poder Judiciário.

Merece destaque também o desenvolvimento dos seguintes projetos de informática: Programa para o Aumento da Receita Estadual e implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAF em 17 órgãos da administração indireta, para a Secretaria da Fazenda; Projeto de Registro Escolar dos Alunos da Rede Pública de primeiro e segundo graus, para a Secretaria da Educação; Projeto Integrado de Sistemas Administrativos, para a Secretaria da Administração.

Durante o ano de 1993, foram também ampliados os sistemas que atendem ao DETRAN, Polícia Civil e Militar, Casa Civil, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, Secretaria da Indústria e do Comércio, Secretaria da Ciência e Tecnologia, Secretaria do Desenvolvimento Urbano, Instituto de Saúde do Paraná e Biblioteca Pública do Estado.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES

No ano de 1993, o IPARDES consolidou o processo de reorganização de suas atividades e intensificou a sua integração com as demais instituições do Setor Público Estadual.

Através do Centro de Pesquisa, concluiu os seguintes estudos, em apoio ao Sistema Estadual de Planejamento: Estudo de Caso; Projeto Realidade — Uma experiência em alfabetização no Município de Ponta Grossa; MERCOSUL; Custos FOB e Impactos das Medidas Tributárias na Produção Agropecuária e Agroindustrial; Política de Reversão; Critérios e Parâmetros para Formulação de um Projeto de Reversão; Estratégias para implantação do Programa de Apoio à Agroindústria Cooperativa; Cartas Sócio-Econômicas do Paraná Rural; Indicadores Analíticos-Referencial Rural; Cadastramento de moradores em Áreas de Risco do PROSAM — Região Metropolitana de Curitiba; Cartas de Drenagem do Paraná; Avaliação da Estratégia Global do Paraná Rural; Pacto pela Infância; Projeto SIPIA — Sistema de Informação para Infância e Adolescência — 2ª etapa; Delimitação e Avaliação dos Impactos em Áreas de Manguezal na Região Metropolitana de Paranaguá.

Tiveram continuidade ou foram iniciados ao Centro de Pesquisas do IPARDES os seguintes estudos: Análise dos Gastos Públicos em Educação; Cadastro de Ocupações e Acampamentos Rurais do Paraná; Renda Interna do Paraná; Publicação Bimensal do Boletim de Análise Conjuntural; Avaliação Demográfica dos Resultados do Censo de 1991; O Mercado de Trabalho Urbano Paranaense nos anos 80; Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba; MERCOSUL; Infra-Estrutura-Transportes; Comércio Exterior do Paraná; Projeções Demográficas dos Municípios do Paraná até o ano 2000; Formulação Regional para Associação dos Municípios do Norte Pioneiro — AMUNORPI; Estudo da Dinâmica Imobiliária e Estruturação Intra-Urbana das Cidades Paranaenses; Projeto SIPIA — Sistema de Informação para Infância e Adolescência — 3ª etapa; Pesquisa de Emprego Rural; Digitalização da Carta do Uso do Solo do Paraná; Digitalização em PC-ARC/INFO das Cartas Temáticas do Macrozoneamento da APA de Guaqueçaba; Perfil dos Municípios-Piloto; Maringá e Foz do Iguaçu.

O Centro Estadual de Estatística-CEE/IPARDES, responsável pelo gerenciamento da Base Pública de Dados, realizou diversas atividades, objetivando a manutenção e ampliação do banco de dados para atendimento às necessidades dos usuários do Setor Público e da sociedade paranaense.

Em relação ao período anterior, o acréscimo do acervo de dados foi de 15,5%, totalizando 20.204.377 informações disponíveis.

Quanto ao repasse de dados, a Sala de Atendimento Público recebeu em 1993, 1560 solicitações de usuários, transferindo aos mesmos 7.739.413 informações.

Dentro da Base Pública, iniciou-se com outras Instituições, o projeto de montagem do banco de dados sobre comércio exterior.

Além disso, o CEE realizou as pesquisas mensais do Índice de Preços ao Consumidor de Curitiba; Levantamento de Preços de Insumos da Construção Civil e consolidou os procedimentos metodológicos para a implantação da Pesquisa Mensal de Preços para Materiais e Bens de Consumo e, no plano editorial, foram publicadas normas e padrões voltados a processos de Banco de Dados e Informações e elaborados Catálogos e Cadernos Estatísticos para atendimento a usuários.

O CEE também prestou apoio técnico aos seguintes projetos: Previsão de Safras, junto à Secretaria de Agricultura; Sistema de Informações para a Infância e Adolescência, do CBIA; Cadastro de Famílias Carentes, do PROVOPAR; Estudos para o Centro de Hemoterapia e Hematologia do Paraná.

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento 0 CTD/IPARDES consolidou o objetivo de constituir, no Setor Público Estadual, uma Escola de Governo e executou programas de treinamento de funcionários públicos.

2. DESENVOLVIMENTO URBANO

2. DESENVOLVIMENTO URBANO

Norteadada pelo espírito municipalista, tendo como meta primordial a melhoria da qualidade de vida dos centros urbanos do Estado, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano — SEDU encerra o ano de 1993 com um saldo singularmente positivo, graças à vontade política de seus titulares, do esforço incansável de seus funcionários e técnicos e do inquestionável suporte operacional de suas vinculadas, FAMEPAR, SANEPAR, COMEC e SUCEAM, responsáveis diretas pela execução dos diversos programas desenvolvidos.

No balanço geral, entre obras contratadas, iniciadas e concluídas, a SEDU computa um saldo de 4.736 importantes obras, distribuídas nos 371 municípios do Estado do Paraná, que representam um investimento na ordem de US\$ 98,807,997.00, com recursos oriundos do Banco Mundial, da União, do Governo do Estado e contrapartida dos municípios.

Dentre as diversas ações da SEDU, no ano de 1993, destacam-se os programas de:

- modernização administrativa e aprimoramento da capacidade técnico-administrativa-financeira dos municípios, em convênio com o PEDU;
- investimentos em obras de infra-estrutura urbana, aplicados em pavimentação, construção de creches, postos de saúde, escolas, iluminação pública e saneamento básico;
- convênios do PROSANEAR, atendendo a pequenas comunidades, com vistas à implantação do sistema de abastecimento de água e melhoria sanitária;
- programas e convênios com o PRONURB e PROSEGE, executados com recursos da CEF, em atendimento ao saneamento básico;
- programa de Saneamento Ambiental da R.M.C., com recursos do PROSAM;
- execução de serviços de controle da erosão urbana e marinha, saneamento ambiental, macro e microdrenagem, controle de cheias e inundações, recuperação, proteção e preservação de fundos de vales, programa de limpeza pública, coleta e reciclagem de lixo, etc.

No âmbito internacional um grande avanço foi o acordo de Cooperação Técnica firmado com o Governo Japonês, através da JICA, que prevê a viabilização da execução do Plano de Recursos Hídricos para o Estado do Paraná, formalizado com o escopo de trabalho, assinado em 04 de novembro de 1993 e com início previsto para março de 1994, com a instalação do escritório nas dependências da SEDU, onde 13 técnicos daquele País passarão a trabalhar por um período de 2 (dois) anos. Este programa prevê um investimento, por parte do Governo Japonês, da ordem de US\$ 3,5 milhões no Estado do Paraná, a fundo perdido.

Ainda no âmbito internacional, entendimentos com Hyogo, província irmã do Estado do Paraná, iniciado com o governo daquela província e o Governo do Paraná em fevereiro de 1992. Ficou acertado, com a visita do

vice-presidente de intercâmbio internacional, no dia 24 de novembro, que o Paraná receberá um treinamento para oito funcionários na área de Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento Administrativo, com técnicos da província de Hyogo, o que, por certo, em muito contribuirá para a modernização nas ações futuras da SEDU.

Cada ação em referência encontra-se melhor detalhada a nível de cada unidade executora, no presente relatório, para análise e avaliação.

2.1 SANEPAR

A) SANEAMENTO BÁSICO

A SANEPAR é considerada empresa modelo de Saneamento na América Latina, devido à sua tecnologia e, principalmente à participação dos seus empregados, que contribuem com o seu trabalho para melhorar a qualidade de vida da população paranaense. Preocupada em aprimorar o processo de qualidade, responsável pela destacada posição que ocupa atualmente na América Latina, a SANEPAR iniciou, em 1993, um trabalho junto ao seu corpo funcional, visando alcançar a plena satisfação do cliente.

A grande meta do Governo Estadual para o saneamento básico, a ser alcançada até o final de 1994, é atender com água tratada a 100% da população urbana e garantir o tratamento de 100% do esgoto coletado. Apesar da insuficiência de recursos para financiar investimentos públicos e a quase inexistência da participação do Governo Federal, o Paraná conseguiu, com criatividade e qualidade, utilizando-se de recursos próprios e convênios com as Prefeituras, dar andamento às obras para o atendimento da referida meta.

A seguir apresentamos um conteúdo simplificado, sintetizando as principais ações da SANEPAR:

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO,
INCREMENTO NO PERÍODO**

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO

	Situação 31/12/92	Situação 30/11/93	Incremento em 1993
Ligações			
Água	1.350.587	1.427.378	76.761
Esgoto	311.549	323.891	12.342
Economias			
Água	1.684.765	1.766.148	81.383
Esgoto	515.553	534.298	18.745
Econ. Domiciliar			
ÁGUA	1.533.459	1.610.211	26.752
Esgoto	451.632	497.701	16.069
Extensão Rede (KM)			
ÁGUA	26.570	27.449	879
Esgoto	5.785	5.907	122
Localid. Atendidas			
ÁGUA	589	599	10
Esgoto	67	70	3
Nível atendido			
Água	93,40%	99,85%	6,45%
Esgoto	27,51%	29,00%	1,49%

PRINCIPAIS OBRAS

	Investimentos US\$ 1,00	População Atendida
ÁGUA	99.276.803	1.007.864
ESGOTO	83.297.656	247.580

B) SANEAMENTO RURAL

Durante o exercício de 1993, visando a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e melhorias sanitárias em comunidades rurais do Estado do Paraná, foram concluídas 536 perfurações de poços artesianos.

Foram elaborados 566 projetos de sistemas de abastecimento de água, dentre os quais 111, com a captação através de manancial de superfície; foram fornecidos materiais e/ou equipamentos para 560 sistemas e implantação de 4200 módulos sanitários.

Com recursos provenientes do Tesouro do Estado, foram investidos em tais ações, CR\$ 745.464.069,00, beneficiando 141.500.000 habitantes.

C) PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A SANEPAR tem dado a sua contribuição na recuperação e preservação do meio ambiente. Diversas ações foram desenvolvidas através de iniciativas, tais como:

- Proteção ambiental das bacias hidrográficas dos mananciais, para garantir a qualidade da água;
- Diminuição do impacto ambiental no lançamento de efluentes em sistemas de esgotamento sanitário;
- Sensibilização da sociedade para as questões ligadas ao saneamento ambiental.

D) PROSAM

Foram iniciadas, em 1993, as obras referentes à primeira etapa do PROSAM, compreendendo 600 km de rede de esgoto, 32.000 ligações e estações de tratamento, com investimento de US\$ 15 milhões de dólares. Esta etapa atenderá aos municípios de Curitiba, Campo Largo e São José dos Pinhais.

2.2. FAMEPAR

O Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná tem por finalidade a prestação de assistência técnica aos municípios paranaenses, auxiliando-os quanto à administração racional e desenvolvimento social, objetivando possibilitar a melhoria dos serviços e a integração aos programas de desenvolvimento do Estado.

AS ATIVIDADES DA FAMEPAR

- desenvolvimento de estudos e pesquisas visando a elaboração de documentos técnicos e didáticos para orientação aos municípios;
- promoção de cursos, seminários, congressos, reuniões e palestras, visando o treinamento e capacitação de funcionários e servidores municipais;
- emissão de pareceres e informações sobre instrumentos técnico-legais elaborados pelos municípios;
- prestação de assessoria e consultoria aos municípios nas áreas de atuação do instituto;
- manutenção de banco de dados com informações de interesse dos governos locais;
- gerenciamento do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- organização e métodos;

- administração de Recursos Humanos;
- orçamento, contabilidade e finanças;
- cadastro técnico imobiliários e econômico;
- planejamento Urbano e Regional.

2.3. PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO — PEDU

Conforme estabelece o contrato BR 3100 firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a coordenação do programa está a cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, através da Coordenadoria de Programas de Desenvolvimento Urbano e Regional — CPU, e a FAMEPAR é o órgão responsável pela gestão do Programa e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU.

Este Programa está subdividido em dois subprogramas, sendo: Subprograma de Investimento em Infra-Estrutura Urbana e Subprograma de Desenvolvimento Institucional.

DESEMPENHO FINANCEIRO DO PROGRAMA ATÉ 12/93

Resumo da execução financeira do PEDU, por fontes de recursos, em 1993.
(Valores em US\$ 1.000)

Subprogramas	Fontes	Comprometido	Pago
Institucional	BIRD		419
	ESTADO	(*)	259
	MUNICÍPIOS		164
	TOTAL		842
Infra-estrutura (**) Municípios	BIRD	8.331	4.875
	ESTADO	4.686	2.742
	MUNICÍPIOS	4.340	2.540
	TOTAL	17.357	10.157
Sanepar	BIRD	5.093	9.836
	ESTADO	2.865	9.074
	MUNICÍPIOS	2.652	1.578
	TOTAL	10.610	20.488
TOTAL GERAL	BIRD	13.424	15.130
	ESTADO	7.551	12.075
	MUNICÍPIOS	6.992	4.282
	TOTAL	27.967	31.487

(*) Dados disponíveis no D.T.

(**) Nos Projetos Infra-estrutura Municípios e SANEPAR, os valores comprometidos são referentes aos contratos autorizados e autorização de programação, respectivamente

**DESEMPENHO FINANCEIRO DO PROGRAMA
NO EXERCÍCIO DE 1993**

Resumo da execução financeira do PEDU, por fontes de recursos, até 21 de dezembro de 1993.

(Valores em US\$ 1.000)

Subprogramas	Fontes	Comprometido	Pago
Institucional	BIRD		1.056
	ESTADO	*	735
	MUNICÍPIOS		327
	TOTAL		2.118
Infra-Estrutura (**) Municípios	BIRD	45.792	30.550
	ESTADO	25.758	17.183
	MUNICÍPIOS	23.850	15.911
	TOTAL	95.400	63.644
Sanepar	BIRD	41.696	19.021
	ESTADO	23.454	17.694
	MUNICÍPIOS	21.716	2.910
	TOTAL	86.866	39.625
TOTAL GERAL	BIRD	87.488	50.627
	ESTADO	49.212	35.612
	MUNICÍPIOS	45.566	19.148
	TOTAL	182.266	105.387

(*) Dados disponíveis no D.T.

(**) Nos Projetos Infra-estrutura Municípios e Sanepar, os valores comprometidos são referentes aos contratos autorizados e autorizações de programação, respectivamente.

PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO — PEDU

RESUMO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DO PEDU INFRA-ESTRUTURA ATÉ 1993

Obras Concluídas: 659 obras, sendo 59 de saneamento, 519 de pavimentação, 16 terminais rodoviários, 15 creches, 11 iluminações públicas, 07 praças, 07 postos de saúde, 05 quadras de esportes, 07 centros de convivência de idosos. 01 centro comunitário, 08 escolas, 01 matadouro, 01 teatro, 01 posto de bombeiros e 01 mercado-feira, em 132 municípios, num valor total de CR\$ 14.935.538.295,00 ou US\$ 65,537,610.031.

Situação Geral: 1286 obras (concluídas e em andamento), sendo 468 de saneamento, 660 de pavimentação, 27 terminais rodoviários, 31 creches, 16 iluminações públicas, 02 mercados-feiras, 07 praças, 07 centros de convivência de idosos, 12 escolas, 05 quadras de esportes, 17 postos de saúde, 02 matadouros, 01 teatro, 06 centros comunitários, 01 posto de bombeiros, 05 controles de erosão e 09 projetos a redefinir, em 329 municípios, num valor total de CR\$ 23.400.341.090,00 ou US\$ 182,266,013.727.

PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-PEDU SÍNTESE DAS OBRAS CONCLUÍDAS/ANDAMENTO EM 1993 PEDU — INFRA-ESTRUTURA

Obras Concluídas: (No exercício de 1993) 155 obras, sendo 35 de saneamento, 82 de pavimentação, 09 terminais rodoviários, 08 creches, 04 iluminações públicas, 04 praças, 05 postos de saúde, 05 escolas, 01 matadouro, 01 teatro, 01 mercado-feira, em 89 municípios, num valor total de CR\$ 5.355.918.097,91 ou US\$ 22,697,453.48.

Obras em Andamento: 627 obras, sendo 419 de saneamento, 141 de pavimentação, 11 terminais rodoviários, 16 creches, 05 iluminações públicas, 01 mercado-feira, 04 escolas, 07 postos de saúde, 01 matadouro, 05 centros comunitários e 09 projetos a redefinir, em 315 municípios, num valor total de CR\$ 28.464.802.795,00 ou US\$ 116,728,403.695.

2.4. SUCEAM

A Superintendência de Controle de Erosão e Saneamento Ambiental,

é responsável pelo planejamento, fiscalização e execução de serviços concernentes aos problemas de erosão, causados por escoamento pluvial, erosão marinha, saneamento ambiental, especialmente atinentes a macro e microdrenagem urbana, ao controle de cheias e inundações, à recuperação, proteção e preservação de fundo de vales, bem como está voltada aos problemas de limpeza pública.

Detalhamos a seguir os Programas relativos a atuação da SUCEAM:

PROGRAMA DE CONTROLE DA EROSÃO URBANA

No programa de obras de controle da erosão, a SUCEAM participou com recursos e tabulações em concreto no montante de CR\$ 1,5 bilhão, a valores dez/93, além do fornecimento de projetos e assistência técnica aos municípios, os quais, como contrapartida, executam as obras, utilizando equipamentos e mão-de-obra próprios. A tônica das obras é a estreita parceria com as prefeituras municipais, numa prática que pressupõe a divisão de responsabilidade, conscientização e treinamento da mão-de-obra local. Essa parceria permite ao programa, hoje, manter cerca de 303 pequenas e médias obras, totalizando ações em 158 municípios do Estado.

Para consecução desse programa de obras, a SUCEAM produziu, neste ano, 136 mil tabulações de concreto com diâmetros variando entre 40 centímetros a 1,20 metro e forneceu para auxiliar nos serviços de escavação de valas, 6.539 horas/máquina para diversas prefeituras, visando a implementação dos sistemas de drenagem.

Na área de Prevenção da Erosão Urbana, foi assinado termo de cooperação técnico financeira entre a SUCEAM/FAMEPAR (PEDU-INSTITUCIONAL) e FUEM, referente ao Programa de Mapeamento Geotécnico e Estudos dos Fenômenos Erosivos na Região Noroeste do Paraná. Esses serviços mantêm-se em andamento e subsidiarão o planejamento urbano e prevenção da erosão no município de Umuarama.

PROGRAMA ESTADUAL DE LIMPEZA PÚBLICA

Na área de limpeza pública, a SUCEAM, durante o ano de 93, atendeu 42 municípios, prestando apoio técnico nas áreas de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos a 39 prefeituras municipais, e elaborando projetos de Aterro Controlado para outras 3 prefeituras.

A SUCEAM forneceu também, neste período, na modalidade de comodato, 11 caminhões coletores compactadores para coleta de resíduos sólidos urbanos, no valor de CR\$ 325 milhões, a custo de dezembro/93.

PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO — PEDU

A SUCEAM é hoje responsável, dentro do programa PEDU, pela análise e acompanhamento dos projetos e obras na área de pavimentação e drena-

gem urbana, envolvendo todos os municípios do Estado. Foram analisados cerca de 151 projetos de drenagem urbana e pavimentação, gerando um atendimento a 73 municípios dentro do PROGRAMA.

PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

1. ATENDIMENTO À REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1.1. Limpeza e desassoreamento de canais e córregos visando o saneamento ambiental nos municípios de Fazenda Rio Grande e Colombo.

1.2. Projetos sob responsabilidade da SUCEAM-PROSAM

1.2.1. Plano Diretor de Drenagem

Valor do Projeto: US\$ 1,142,000.00

1.2.2. Tratamento e disposição do Lixão da Lamenha Pequena

Valor do Projeto: US\$ 620,000.00

1.2.3. Resíduos Sólidos Urbanos

1.2.4. Parque e Controle de Cheias do Alto Iguaçu

2. ATENDIMENTO À REGIÃO LITORÂNEA DO PARANÁ

No litoral do Estado, a SUCEAM vem dando continuidade às ações de observações e monitoramento, não só das obras existentes, mas, principalmente, da necessidade de obras complementares de controle.

2.5. COMEC

A COMEC é o órgão estadual criado especialmente para planejar e executar as funções públicas de interesse comum de Curitiba e dos municípios vizinhos.

Desde sua criação, a COMEC vem desenvolvendo planos e programas, com o objetivo de consolidar a proposta de integrar a ação do setor público na Região Metropolitana de Curitiba, tais como: abastecimento público de água, transporte coletivo, esgoto, lixo, mercado de trabalho e proteção do meio ambiente.

PLANOS E PROGRAMAS

I — PROSAM — PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA RMC.

Conjunto de obras e ações que têm como objetivo proteger os mananciais

de água e garantir o abastecimento da população da RMC O PROSAM prevê a transferência das pessoas que vivem em áreas insalubres na região dos mananciais, para locais mais apropriados. Os loteamentos que vão permanecer nas proximidades das nascentes dos rios serão urbanizados, para evitar que causem a poluição dos mananciais.

PROJETOS

Desenvolvimento de projetos para implementação dos seguintes componentes:

	Valor Estimado (US\$)
• Reassentamento de 1.360 famílias	3.869.440,00
• Desapropriação de 7.600 lotes vagos	4.983.000,00
• Infra-estrutura de 17.420 lotes	6.639.130,00
• Resíduos sólidos:	
07 Estações de transbordo	462.900,00
19 Caminhões de lixo	3.688.420,00
01 Aterro sanitário e obras de compensação	6.785.000,00
• Parque linear e canal extravasor do Alto Iguaçu (15 km)	34.341.000,00
• Parque ambiental do Passaúna	1.553.000,00
• Esgoto sanitário	10.000.000,00
TOTAL	72.321.890,00

II — PROGRAMA DE TRANSPORTE COLTIVO — TRANSPORTE POPULAR METROPOLITANO

O objetivo do Plano é reestruturar o Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano, racionalizando-o e adequando as suas linhas, de forma a fortalecer os municípios da região e a organizar as ligações entre os municípios e Curitiba, oferecendo condições de integração com o sistema de Transporte Coletivo de Curitiba, principalmente nas áreas conurbadas e em processo de conurbação.

AÇÕES	US\$
• Implantação de 290 abrigos para passageiros de ônibus	290.000,00
• Implantação de 11 terminais de passageiros de ônibus	4.149.000,00
• Reforma e ampliação de 03 terminais de passageiros de ônibus	165.034,34
• Implantação de nova sistemática de gestão do Transporte Metropolitano:	
• Padronização frota metropolitana em 550 ônibus	
• Entrada em operação de 15% da frota total de ônibus novos no Sistema, sendo 12 articulados, 40 "PADRON" e 30 convencionais	
• Sistema de controle diário de quilometragem e demanda de toda a frota metropolitana.	
• Implantação do Sistema de Transporte Popular Integrado nos Municípios de Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Araucária, Alm. Tamandaré, Pinhais, Colombo.	
TOTAL	4.604.034,34

III — ESTRUTURAÇÃO VIÁRIA REGIONAL

Desenvolvimento e implantação de um sistema viário integrado (urbano-regional), buscando solucionar os conflitos de tráfego rodoviário e urbano.

Os trabalhos executados em articulação com o DER/PR, para estruturação do Sistema Viário Básico, consistiram na elaboração de projetos finais de engenharia e licitação da obras para os seguintes trechos viários:

Trecho	Extensão (km)	Valor (US\$)	Local
Contorno Norte	14,00	12.600.000,00	Curitiba e Alm. Tamandaré
Trincheira Jardim Paulista	0,80	450.000,00	Quatro Barras Campina Grande do Sul
Trincheira do Atuba	1,20	750.000,00	Colombo
Av. Maringá	4,00	1.300.000,00	Pinhais
Av. Afonso Camargo	3,80	2.200.000,00	Pinhais
Av. Leopoldo Jacomel	3,50	875.000,00	Pinhais
Rodovia da Uva	9,30	1.590.555,00	Colombo

Elaboração de projetos finais de engenharia para os seguintes trechos viários:

Trecho	Extensão (km)	Valor (US\$)	Local
Av. Rui Barbosa	5,04	1.520.000,00	S. J. Pinhais
Av. Rocha Pombo	1,60	480.000,00	S.J.Pinhais
Marginais/Trincheiras	4,00	1.200.000,00	F. Rio Grande

Elaboração de estudos preliminares para os seguintes trechos viários:

Trecho	Extensão (km)	Valor (US\$)	Local
Interseções Av. Rui Barbosa/ Av. Rocha Pombo/ Av. Torres/BR-376	0,70	4.000.000,00	S.J.Pinhais
Interseção em dois níveis para o Trevo do Atuba	0,80	5.000.000,00	Curitiba

Complementação da infra-estrutura viária da Rede de Transporte Coletivo Metropolitano.

Definição do tipo de intervenção nas vias com itinerários de transporte coletivo, execução dos projetos finais de engenharia e licitação das obras para os seguintes trechos:

Município	Extensão (km)	Valor (US\$)	Intervenção
Fazenda Rio Grande	8,00	1.960.000,00	Pavimentação
Colombo	3,50	245.000,00	Pavimentação

Definição do tipo de intervenção nas vias itinerárias de transporte coletivo para os seguintes trechos:

Município	Extensão (km)	Valor (US\$)	Intervenção
Colombo	9,90	1.782.000,00	Pavimentação/CBUQ
	18,40	1.288.000,00	Pavimentação
	8,05	56.350,00	Recuperação
Pinhais	3,18	22.260,00	Recuperação
	1,40	252.000,00	Pavimentação/CBUQ
	2,79	195.300,00	Pavimentação
Piraquara	3,30	231.000,00	Pavimentação
Araucária	2,50	450.000,00	Pavimentação/CBUQ
Campina Grande do Sul	1,00	70.000,00	Pavimentação
São José dos Pinhais	3,80	226.000,00	Pavimentação
Alm. Tamandaré	3,30	23.100,00	Recuperação
	8,60	1.548.000,00	Pavimentação/CBUQ
	9,27	648.900,00	Pavimentação

IV — PEHAB — PROGRAMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO PARA A REGIÃO METROPOLITANA

Implantação de uma política habitacional para a RMC, provendo os municípios de soluções para a população de baixa renda.

AÇÕES

- Pesquisa de campo em todas as áreas invadidas por populações de baixa renda, nos municípios limítrofes a Curitiba.
- Levantamento do número de habitações e das condições das áreas invadidas, quanto a: declividade, fundos de vale, infra-estrutura, transportes coletivos, equipamentos urbanos e situação legal dos imóveis.
- Estimativa do número de unidades a serem urbanizadas.
- Estimativa do número de unidades a serem reassentadas.
- Convênio COMEC/COHAPAR para execução do programa Lote da Família.
- Aquisição pela COHAPAR de área com capacidade para 860 lotes, no município de Araucária.
- Aquisição pela COHAPAR de área com capacidade para 311 lotes, no município de Piraquara.
- Aquisição pela COHAPAR de área com capacidade para 370 lotes, no município de Campina Grande do Sul.

3. MEIO AMBIENTE

3. MEIO AMBIENTE

O Instituto Ambiental do Paraná — IAP desenvolveu, no exercício de 1993, atividades de sua responsabilidade, através de suas áreas de atuação executadas pelas Assessorias, Diretorias e Escritórios Regionais.

1. DIRETORIA TÉCNICO CIENTÍFICA — DITEC

A DITEC está estruturada em 5 áreas técnicas:

- Recursos Naturais;
- Saneamento Ambiental,
- Floresta Atlântica;
- Terras e Sócio-Economia;
- Sólidos e Agrotóxicos

1.1 ÁREA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Nesta área estão inseridas as Coordenadorias de Unidades de Conservação, Desenvolvimento Florestal, Matas Ciliares e Fauna.

Na seqüência estão descritas as atividades desenvolvidas pelas coordenadorias referidas.

1.1.1. Coordenação de Unidades de Conservação

Sob a responsabilidade do Instituto Ambiental existem implantadas no Paraná 46 Unidades de Conservação, que representam a preservação e a conservação de cerca de 1.122.000 hectares de remanescentes da cobertura vegetal original.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO IAP

Quantidade	Tipos de Unidades	Áreas (HA)
01	Área de Especial Interesse Turístico — AEIT	66.732
05	Áreas de Proteção Ambiental — APA	1.007.131
04	Áreas de Relevante Interesse Ecológico — ARIE	342
02	Estações Ecológicas	3.390
04	Florestas Estaduais	930
04	Hortos Florestais	390
19	Parques Estaduais	43.351
01	Parque Florestal	57
01	Reserva Biológica	385
05	Reservas Florestais	372
(46)		(1.122.002)

Além dessas Unidades de Conservação, o IAP mantém parceria com o IBAMA, para a fiscalização e monitoramento em mais 500.947,90 ha, nas áreas de proteção existentes no território paranaense, de responsabilidade do Governo Federal.

Essas áreas somadas propiciam ao Estado a conservação e proteção de 1.622.949 ha de sua cobertura vegetal nativa.

Encontram-se em fase de elaboração os planos de manejo do Parque Estadual Mata dos Godoy, do Pico do Marumbi e de Campinhos.

Foram definidos os índices de participação municipal no ICMS — Ecológico, em cumprimento à Lei Estadual nº 59, de 01/10/91, tendo sido beneficiados 151 municípios paranaenses.

1.1.2. Coordenação de Desenvolvimento Florestal

As atividades executadas pela coordenadoria visam a implantação de práticas conservacionistas e preservacionistas, a nível de propriedades rurais.

Estão sendo produzidas, para florestamento e reflorestamento, milhares de mudas de espécies florestais, que representam a produção de fontes de energia, madeira, extrativismo racional.

No ano de 1993, foram produzidas 18.065.800 mudas florestais, sendo 10.116.848 exóticas e 7.948.952 de nativas, o que permitiu a cobertura florestal de 13.552,0 ha do Estado. As principais espécies produzidas são: Erva-Mate, Pintanga, Cereja, Goiaba, Gurucaia, Peroba, Imbuia, caroba, Cedro e Eucalypto.

Para o incremento de produção de mudas, o IAP conta com uma unidade laboratorial instalada em Engenheiro Beltrão, voltada para as atividades de melhoria produtiva de sementes, na qual são realizadas análises sobre germinação, pureza, teor de umidade, tempo de armazenamento e de produtividade de sementes. No ano de 1993, o Laboratório realizou 151 análises completas de sementes de diferentes espécies e de várias procedências.

Com idênticos objetivos, está em fase final a implantação de outro Laboratório de melhoria produtiva de sementes, junto ao viveiro do Guatupê, em São José dos Pinhais.

1.1.3. Coordenação de Matas Ciliares

O objetivo principal desta coordenadoria é a recuperação dos mananciais do Estado do Paraná. Para esta atividade foi firmado convênio com o IAP e a SANEPAR.

No transcorrer deste exercício foi realizada a recuperação de matas ciliares em 30 mananciais e afluentes de captação de água, sendo beneficiados 42 município, totalizando a recuperação de uma área de mil quilômetros às margens dos rios.

1.1.4. Coordenação da Fauna

O manejo e a conservação dos ecossistemas, a realização dos estudos e levantamentos de fauna, com a caracterização da flora do Estado do Paraná, são atividades desenvolvidas nesta coordenação.

1.2. ÁREA TÉCNICA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Esta área trata da caracterização e avaliação de tecnologias de controle de poluentes, bem como da avaliação do seu grau de toxicidade no ambiente, visando a indicação de medidas de minimização dos seus impactos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade ambiental.

De acordo com diagnóstico da carga poluidora industrial realizado neste Governo, o número de indústrias em operação geradoras de despejos líquidos orgânicos é de aproximadamente 480. Essas são geradoras de uma carga poluidora equivalente ao esgoto produzido por uma população de 36,7 milhões de pessoas que, após a adoção de medidas de controle, é reduzida para o equivalente a 1,2 milhões de habitantes, representando uma eficiência de cerca de 97% na remoção desta carga.

As pesquisas demonstram que, apesar do aumento do número de atividades poluidoras instaladas no Estado, as ações desenvolvidas pelo Instituto, com exceção daquelas de fiscalização, têm garantido a redução da sua carga poluidora, e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de água dos nossos rios.

1.2.1. Coordenação de Efluentes Líquidos

Esta coordenação tem como competência a realização de estudos e pesquisas visando a minimização de impactos causados por poluentes ao meio ambiente, através do desenvolvimento, adaptação e avaliação de tecnologias de tratamento e disposição de efluentes e do incentivo à implantação de processos de tecnologias limpas.

1.2.2. Coordenação de Ecotoxicologia

A Ecotoxicologia tem por objetivo avaliar a contaminação do ambiente.

As atividades da Ecotoxicologia, no ano de 1993, permitem afirmar que a capacidade analítica de seu laboratório aumentou 15%, se comparada ao ano de 1992. Atualmente a equipe desta área é reconhecida nacionalmente, tendo prestado assistência técnica à FEPAM — Porto Alegre, na estruturação do Laboratório de Ecotoxicologia.

Na avaliação da toxicidade aguda de efluentes industriais, o número de amostras testadas aumentou em 70%, se comparado ao ano de 1992, demonstrando a incorporação, pela instituição, do uso deste parâmetro na avaliação do impacto de efluentes sobre a biota aquática.

1.3. ÁREA TÉCNICA DE PROJETOS ESPECIAIS — FLORESTA ATLÂNTICA

Trata-se da proteção e conservação do maior remanescente da cobertura florestal que, originalmente, se estendia pelo Litoral Brasileiro, da costa do Rio Grande do Norte ao Nordeste do Rio Grande do Sul. É uma das florestas tropicais mais ameaçadas de extinção, tendo, na zona litorânea do Paraná e de São Paulo, uma das concentrações mais significativas de seus remanescentes. Abriga grande número de espécies animais e vegetais, em sua maioria endêmica. Constitui-se em uma das reservas da Biosfera criadas pela UNESCO.

O IAP vem desenvolvendo ações no sentido de conter as agressões ambientais verificadas, bem como conter a pressão econômica exercida na região.

Os Programas desenvolvidos com a cooperação de instituições financeiras internacionais são: Programa Paraná Rural/BIRD e Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA/BIRD.

O Programa Paraná Rural/BIRD tem suas ações voltadas nas áreas abrangidas pela Serra do Mar e, durante o ano de 1993, foram executadas as seguintes atividades:

a) Na AEIT do Marumbi:

- Desenvolvimento e conclusão de três ações discriminatórias administrativas — Imóvel Pau ôco (950,00 ha); Imóvel Estrada da Graciosa (1500,00 ha) e imóvel ponte Alta Fundos (250,00 ha), cujos imóveis, após titulados, serão incorporados ao patrimônio do Estado e decretados como unidades de conservação, com vistas a constituir o Parque Marumbi.
- Limpeza de 10 km de picadas, nas linhas demarcatórias da AEIT do Marumbi;
- Desenvolvimento de ações de fiscalização na AEIT do Marumbi (barreiras, incursões e vistorias);
- Elaboração do cadastro ocupacional na AEIT do Marumbi e dos planos particularizados de gerenciamento.

b) Na porção Sul de tombamento da Serra do Mar (expansão da AEIT do Marumbi:

- Elaboração do mapeamento planialtimétrico escala 1:10.000 com equidistâncias de curvas de 5 em 5m, para a área de sua equivalente a 142.000 ha;
- Elaboração e conclusão dos editais de inventário quali-quantitativo da vegetação e levantamento de fauna, para a área de sua equivalente, em 142 ha.

O componente Floresta Atlântica, inserido no Programa Nacional do Meio Ambiente, no Estado do Paraná é executado em conjunto com outras instituições estaduais, que também recebem os recursos oriundos do BIRD para a concepção do projeto

No PNMA/BIRD, durante o ano de 1993, foram cumpridas e executadas as seguintes metas:

- Aquisição de material e equipamentos como: veículos, embarcações e equipamentos gerais destinados ao IAP BPFlo, DPMA, SMMA, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Educação, para atendimento às atividades previstas no plano anual de ação.
- Em julho/93, foi elaborada e apresentada junto ao BIRD proposta de projeto para o triênio 94/96, utilizando e adequando os saldos do PNMA às necessidades do Estado do Paraná. Tais recursos previstos significam a cifra de US\$ 1.500.000,00 para aplicação em equipamentos, obras para consolidação e implantação das unidades de conservação, além de pesquisas básicas complementares realizadas através do Programa Paraná Rural, na APA de Guaratuba (a área de expansão da AEIT do Marumbi encontra-se inclusa na APA de Guaratuba).

Por último, ressalta-se que estão sendo mantidos contatos com a instituição financeira Alemã KFW, para desenvolvimento de ações e implementos à proteção da Floresta Atlântica. Os recursos previstos para o desenvolvimento do projeto Floresta Atlântica/KFW representam a cifra de US\$ 13.000.000,00 destinados a fundo perdido para o Paraná, sendo exigida uma contrapartida de 30%, ou seja US\$ 3.900.000,00, totalizando US\$ 16.900.000 em investimentos novos para proteção e preservação da Floresta Atlântica.

O Projeto já foi objeto de análise do banco e atualmente estão sendo revisados os seus componentes, no sentido de adequação às normas estabelecidas pela instituição KFW.

1.4. ÁREA TÉCNICA DE TERRAS/SÓCIO-ECONOMIA

Uma das finalidades do IAP é de executar a política agrário-fundiária do Estado. A regularização fundiária consiste basicamente na discriminação de terras devolutas e na sua destinação, com o objetivo de levar ao homem a possibilidade de integrar sua produção ao conjunto da sociedade paranaense.

Para promover a execução da regularização fundiária das terras devolutas, são desenvolvidas diversas etapas de trabalho, que consistem em:

- a. Apuração — a declaração e o registro de posse;
- b. Separação — a discriminação administrativa ou judicial;
- c. Destinação — o Plano de Colonização — Titulação

O resultado dessas ações propicia a incorporação de terras ao processo produtivo, com acesso às fontes de financiamento, tranquilidade e justiça nas relações de produção no campo e fixação do homem ao meio rural.

Esses procedimentos de regularização fundiária culminam com a destinação da terra aos seus legítimos detentores, através da outorga de Título de Domínio — o “documento da terra”.

**DEMONSTRATIVO DOS TÍTULOS EXPEDIDOS EM 1993
POR ESCRITÓRIO REGIONAL**

ESREG	Título Incorporação			Título de Domínio		
	Quant. Títulos	Quant. Lotes	Área/ha	Quant. Títulos	Quant. Lotes	Área/ha
Pitanga	312	312	10.397,6250	199	199	3.371,5198
Ponta Grossa	19	19	269,8034	02	02	1,6000
Litoral	19	21	1.462,5898	09	09	257,9892
Curitiba	19	24	440,5821	01	01	4,6098
Jacarezinho	03	03	124,0088			
Paranavaí	01	01	12,1000			
Total	373	380	12.704,7061	211	211	3.650,1188

Total de Títulos Expedidos: 584

Área Abrangida: 16.354,8249 ha

O reordenamento territorial é executado de modo a garantir a função social da terra, a proteção dos recursos naturais e a manutenção de biodiversidade; a mediação dos conflitos sociais e a indicação técnico — econômica de imóveis suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária são outras das atribuições do setor.

As áreas de conflitos para fins de reforma agrária representam áreas ainda sem imissão na posse pelo INCRA. Cabe ao IAP a intermediação entre o proprietário do imóvel, seus ocupantes e o Governo Federal, viabilizando a permanência dos posseiros e a desapropriação das áreas.

No ano de 1993 foram realizadas intermediações em 13 áreas, totalizando 68.836 ha e contemplando 4.027 famílias.

Após a desapropriação do imóvel, faz-se necessária a imissão na posse pelo INCRA, para que se possa realizar o assentamento definitivo.

No período foram atendidas 4.311 famílias, assentadas em 84 áreas com imissão na posse, em 91.020 ha. Competiu ao IAP, neste ano de 1993, o parcelamento dos imóveis, viabilização de infra-estrutura e apoio aos agricultores, até que os mesmos tivessem condições de viabilizar as suas propriedades.

1.5. ÁREA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E AGROTÓXICOS

Tem sob sua responsabilidade a orientação da destinação dos resíduos sólidos.

No Exercício de 1993, foram vistoriados e orientados 106 municípios do Estado, visando uma melhor destinação dos resíduos. Além da destinação do lixo domiciliar, industrial e hospitalar, uma outra preocupação do Instituto é de orientar e criar alternativas para a disposição de resíduos oriundos do tratamento de efluentes, como por exemplo, o lodo do esgoto.

2. DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Uma das atividades mais intensas do IAP, na sua função de preservação e conservação dos recursos naturais do Estado, é a que compreende a fiscalização ambiental executada de forma corretiva. Nesta atividade são desenvolvidas diversas operações, como a Blitz Ambiental, Operação Fumaça, Blitz no Transporte de Cargas Perigosas, Operação Verão, que visam o combate às mais diferentes formas de poluição.

A fiscalização Ambiental compreende a execução de combate às formas predatórias de exploração dos recursos da fauna e da flora e das atividades economicamente poluidoras. Com esse propósito, no exercício de 1993, foram realizadas diversas ações, que resultaram em:

- 2409 autos de infração de caça, pesca e floresta;
- 234 autos de infração de atividades industriais.

Neste período foram atendidas 1331 denúncias de ocorrências perturbadoras ao meio ambiente.

A partir dos autos lavrados, foram restauradas áreas anteriormente degradadas, perfazendo um total de 461,61 hectares.

Na área industrial, o Departamento possui um sistema permanente de levantamento da carga poluidora industrial, tendo sido executadas, no período, 3.666 inspeções.

Como resultado desta atividade foi alcançada a redução de 97% no nível de poluição hídrica-industrial nas bacias hidrográficas do Paraná.

OBPFlo — Batalhão de Polícia Florestal, da Polícia Militar do Paraná, em atuação conjunta com o IAP, tem participação das mais destacadas no combate e na prevenção de práticas anti-ambientalistas, bem como, na ajuda à implementação das políticas de conservação e preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

3. DIRETORIA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

3.1. DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Dentro do Departamento de Difusão de Informações Ambientais, o IAP conta com um moderno centro de documentação que objetiva atender às necessidades de informação e documentação do Instituto, bem como dar apoio informativo e documental ao público usuário, representado por seus funcionários e dos demais órgãos da Administração Pública e por usuários não vinculados ao Serviço Público.

Seu acervo é constituído de aproximadamente 5.000 monografias, 150 títulos de periódicos, folhetos e relatórios. A cobertura temática do seu acervo abrange as áreas do meio ambiente, ecologia, engenharia sanitária e ambiental, recursos hídricos, poluição da água e do ar, águas residuárias, florestas, cartografia, direito agrário, reforma agrária e direito ambiental.

Encontra-se em fase de implantação o Projeto de Informações Georrefe-

renciadas.

Outra importante atividade do DIAMB é a execução do Cadastro Técnico de Imóveis Rurais, que se constitui em ferramenta de trabalho das mais importantes para todo e qualquer planejamento regional.

O Instituto Ambiental do Paraná concluiu, em novembro/93, em Foz do Iguaçu, o primeiro Cadastro Técnico Rural e Ambiental do País, realizado em conjunto com a Prefeitura de Foz do Iguaçu e a Universidade Federal do Paraná, com a cooperação do Governo Alemão, através do convênio com a GTZ.

Em 1993 foi editado o novo Mapa Oficial do Estado do Paraná, elaborado com base em restituição aerofotográfica, na escala 1:1.000.000. O mapa do Estado do Paraná na escala 1:500.000 deverá ser concluído no início do próximo ano.

Outros materiais produzidos pela Divisão neste exercício foram:

- mapa da rede pluviométrica;
- mapa da rede fluviométrica;
- mapa da rede hidrográfica de monitoramento da qualidade da água.
- mapa mural escolar (em fase final)
- mapa turístico do PR (em conjunto com a Sec. de Turismo)

3.2. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA AMBIENTAL

O monitoramento dos recursos hídricos é desenvolvido pelo IAP, com o objetivo de fornecer, no tempo e no espaço, a toda a comunidade interessada, as condições ambientais do Paraná. Para monitorar as condições ambientais em todo o Estado, o IAP dispõe de um rede de estações nas quais são coletados dados referentes à climatologia, fluviometria, pluviometria, qualidade d'água e sedimentometria.

O Instituto Ambiental do Paraná, através de sua área de Limnologia, desenvolveu o "Sistema de Avaliação e Classificação de Qualidade das Águas dos Reservatórios do Estado do Paraná" e vem executando, desde 1987, o monitoramento sistemático destes ecossistemas.

4. OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO IAP EM 1993

4.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com o objetivo de desenvolver programas educativos de esclarecimento à população, foram promovidas caminhadas ecológicas, principalmente nos caminhos históricos da Serra do Mar, realizadas palestras, exposições, distribuição de materias de cunho educativo, barreiras ecológicas, concursos escolares e mutirões ecológicos.

Paralelo a essas atividades foi implantado no Estado o Programa de Educação Ambiental "Festa da Vida", que tem sido coroado de êxito.

4.2. PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA — PROSAM —

O PROSAM é um Programa de Saneamento para a Região Metropolitana de Curitiba, cujos objetivos são:

— Recuperação da qualidade ambiental da região e preservação de mananciais.

— Viabilização do desenvolvimento e urbanização da região, tendo em vista a qualidade ambiental e de vida das populações.

O PROSAM é constituído por um conjunto de 27 componentes, coordenado pela COMEC e SEPLAN, com a interveniência do IAP/SEMA.

Sob a coordenação direta do Instituto Ambiental do Paraná, encontram-se os seguintes componentes:

1. PEB — 08 — Fiscalização e Monitoramento Ambiental.

2. PEB — 09 — Educação Ambiental.

3. PMA — 06 — Reposição Florestal e Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do Alto Iguaçu.

4.3. LABORATÓRIOS

O IAP possui três laboratórios e um Centro de Piscicultura localizados nos Escritórios Regionais de Curitiba, Londrina e Toledo, cujas atividades e responsabilidades são exclusivas desses Escritórios.

Os laboratórios do IAP dispõem de modernas estruturas de operação e são objetos de constantes melhoria e aperfeiçoamento, tanto no que se refere a equipamentos e instalações, como na capacitação do pessoal de operação. Esses laboratórios ocupam uma área construída de 1.508 m², com uma capacidade operacional de realizar, em média, cerca de 75.000 análises por ano.

ÁREA E CAPACIDADE DE OPERAÇÃO DOS LABORATÓRIOS

Laboratório	Área (m ²)	Análises/ano
Curitiba	900,0	50.000
Londrina	413,0	16.800
Toledo	195,0	8.200
TOTAL	1.508,0	75.000

Fonte: IAP/DITEC

Desde 1990 já foram realizadas mais de 262.760 análises laboratoriais, sendo 8.530 de absorção atômica, 18.819 de poluição do ar, 69.196 bacteriológicas, 18.111 cromatográficas, 136.731 físico-químicas e 11.373 de sedimentometrias. Entre o número de análises bacteriológicas está o de 535 análises do cólera realizadas entre 1992 e 1993, nos laboratórios de Londrina e Toledo.

O Centro de Pesquisa em Piscicultura localiza-se em Toledo e um dos seus objetivos é o de promover o repovoamento da fauna dos rios, lagos e açudes, com espécies nativas, muitas das quais já em processo de extinção, integrando a atividade da piscicultura como uma fonte alternativa de renda dos produtores rurais.

O Centro conta com dois laboratórios, uma sala de incubadeiras, um centro de treinamento, dois alojamentos, um galpão para fábrica de ração e almoxarifado. Ocupa uma área de 120.000 m², onde estão instalados 93 tanques, utilizando 11.320 m².

4. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

4. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Várias ações de significativo impacto no meio rural, com conseqüentemente reflexos para a população urbana, foram desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e suas vinculadas, tendo como diretrizes básicas a conservação e recuperação dos recursos naturais, o aumento da produção e da produtividade, a produção de alimentos básicos e o abastecimento.

Tratando da conservação e manejo adequado dos recursos naturais, merece destaque o PARANÁ RURAL, cuja denominação engloba os diversos programas executados pela SEAB neste campo, com recursos do Tesouro do Estado e do BIRD, tendo já beneficiado 206.000 produtores rurais, com mais de 50 práticas de conservação de solos, em 2.253 microbacias hidrográficas, que perfazem uma área de 6.450.000 hectares, ou seja, 49% da área ocupada com agricultura e pecuária do Estado e quase 30% do território paranaense.

Somente em 1993 foram cadastradas 521 novas microbacias, beneficiando 46.000 produtores, abrangendo uma área de 1.510.000 ha.

No âmbito deste Programa foram readequados 6.400 km de estradas rurais que, somados aos 40.000 km já executados, facilitam o escoamento da produção agrícola; implantados 240 abastecedores comunitários, beneficiando 4.600 produtores, contribuindo para redução da poluição e fornecendo água potável para essas comunidades; desenvolvidas práticas de conservação de solo em 48.000 ha, envolvendo 5.500 propriedades, garantindo o aumento da produção e produtividade agrícola; implantados 2.605 empreendimentos comunitários, que beneficiaram 23.000 famílias; e destinadas 10 milhões de mudas de essências florestais, num esforço para recompor a cobertura florestal do Estado e para fins econômicos, que beneficiaram 3.600 produtores.

Também, num esforço para aumentar a produção, 14.300 produtores, em 1993, foram beneficiados com subsídios para aquisição de calcário, sendo aplicados em nossos solos 220 mil toneladas desse importante corretivo.

Tratando de calcário, salienta-se o investimento feito pelo Governo do Estado para implantação de uma adequada infra-estrutura de embarque de calcário na região produtora e de desembarque nas regiões consumidoras. Para tanto, foi construído um terminal ferroviário de embarque, em Araucária, e três de desembarque, em Cianorte, Guarapuava e União da Vitória, sendo que em 1993 foram movimentadas 175.000 toneladas, atendendo 7.000 produtores rurais.

No ano de 1993 a abrangência das atividades extensionistas foi alcançada por 369 Escritórios Municipais e 23 Escritórios Distritais, distribuídos nas 19 regiões administrativas.

Apenas dois municípios recentemente criados não contam com a estrutura da EMATER — Pr; no entanto, os agricultores são atendidos pelas equipes dos municípios de onde foram desmembrados.

Dessa forma, são 412 as unidades de execução em campo, permitindo que a Extensão Rural esteja cada vez mais próxima da família rural, que

seja mais eficaz nas suas ações, proporcionando facilidades para o agricultor participar, em conjunto, na busca do desenvolvimento rural.

No tocante a investimento, para dar suporte e melhores condições de acolher os expositores, foi construído um pavilhão de 5.400 m² no Parque de Exposições Castelo Branco. Foram ainda adquiridos e distribuídos aos Escritórios Municipais 150 videotecas rurais, que complementam as ações extensionistas. Foram concluídas as construções de 17 Escritórios Municipais, havendo mais 47 com obras em andamento.

A assinatura de convênio entre várias entidades públicas paranaenses permitem os investimentos iniciais para a construção do SINEPAR — Sistema Meteorológico do Paraná, no qual o IAPAR funciona como órgão de Coordenação, responsabilizando-se pela captação de recursos. Enviada ao FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, proposta de financiamento para a efetiva implantação a partir de 1994.

Lançamento, pelo IAPAR, de variedades de batata doce, que alcançou grande destaque em termos de qualidade nutritivas e possibilidade de plantio no estado, além de variedade de café algodão e aveia preta.

Implantação da Estação Experimental do IAPAR em Xambê, e a conclusão e inauguração do seu Centro de Difusão de Tecnologia de Londrina, com recursos do Paraná Rural.

Sendo impossível segmentar as ações da SEAB em conservação dos recursos naturais e produção agrícola e desenvolvimento, cabe destacar que, no Programa de Irrigação e Drenagem, foram incorporados ao processo produtivo 4.500 ha de várzeas, beneficiando 850 produtores, além de serem concedidos subsídios para 690 projetos de irrigação por aspersão e plasticultura.

Através do Programa de Abastecimento Alimentar foram implantadas 314 unidades de transformação animal e vegetal, como farinheiras, engenhos de cana, moinhos coloniais e outras, agregando renda aos produtores rurais. Ademais, foram apoiadas 52 hortas comunitárias de grande porte.

Pelo Programa de Apoio e Assentamentos Rurais, foram beneficiadas 6.040 famílias de assentados, em 92 assentamentos, através de ações de suporte à produção, horas-máquina para preparo do solo, insumos, ferramentas, implementos, armazéns, moinhos e unidades de transformação. Foram apoiadas, também, 15 comunidades indígenas, atividade esta inovadora.

Prosseguiu em 1993 a implantação do Programa Estadual de Revitalização da Cafeicultura, que preconiza a adoção de um modelo tecnológico desenvolvido pelo IAPAR, chamado de “Café Adensado”. Através deste Programa, a cafeicultura paranaense teve seu modelo tecnológico redefinido, realizando a capacitação de 400 técnicos de extensão oficial, do Ministério da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária, de Prefeituras e de Cooperativas para atuarem no Programa. Foram implantadas 690 unidades demonstrativas, em todos os municípios cafeeiros do Estado e 41 viveiros, com capacidade inicial de produção de 20.000.000 de mudas.

Na Fruticultura, tiveram destaque em 1993, a instalação de 1 viveiro para produção de mudas de abacaxi, com capacidade de 1,5 milhão de mudas/ano e 1 viveiro para produção de mudas cítricas com capacidade de 300

mil mudas/ano.

Foram produzidas e comercializadas, em 1993, 2.960.000 mudas; concedidos subsídios a 1.000 produtores, através do Subprograma de Incentivos à Implantação de Pomares de Frutíferas. Dando continuidade à produção de mudas: destaque para as de morango com 2.765.000 mudas, abacaxi com 15.200 mudas, maracujá com 29.000 mudas e 57.700 mudas cítricas, nos viveiros de Prado Ferreira, Mirasselve, Ponta Grossa, Xambrê e Morretes, perfazendo um total de 6.500 ha.

Quanto à Produção Animal, com a integração de 150 entidades, o Programa de Inseminação Artificial atendeu a 14.000 propriedades, com 120 mil vacas inseminadas, resultados estes alcançados em função da doação de 260.000 mil doses de sêmem. O Programa de Alimentação Animal atingiu cerca de 11.200 ha de área, com preparo de silagem e fenação, o que resultou em 105.600 toneladas de silagem e 1.350.000 fardos de feno, viabilizados com o repasse de 52 conjuntos de fenação e de 66 ensiladeiras.

Pelo Programa de Recuperação Intensiva de Pastagens do Arenito de Cuiúá — REIPAR, foram beneficiados 5.450 produtores, em uma área de 110.000 hectares.

Através da CODAPAR, os 4 centros Regionais de Produção Animal produziram e comercializaram 3.763 dúzias de ovos galados para reprodução e 14 mil aves. Além desses Centros, estão sendo operados, em conjunto com Prefeituras, 60 Centros de Produção Municipal, atendendo 65 mil produtores.

Dando continuidade ao Programa de Tração Animal, a SEAB apoiou 02 postos de monta, o que resultou em 1.840 coberturas, com o nascimento de 552 animais.

Para estimular a ovinocultura, em 1993, a SEAB distribuiu 128.000 ovinos a produtores, que pagarão em ovelhas, após três anos do recebimento, beneficiando 4.700 produtores e envolvendo 330 entidades municipais.

Visando apoiar a modernização da Bovinocultura de Corte, garantindo o aumento da produtividades e melhoria da qualidade da carne, lançou-se, no final de 1993, o Programa de Produção do Novilho Precoce — PRONOVILHO, que consiste em uma linha de crédito, cuja correção monetária se dá por equivalência-produto.

O PRONOVILHO, através do BANESTADO, financiará reprodutores, instalações para confinamento e equipamentos para inseminação artificial.

Além do apoio e incentivo à produção, que abrange ainda bubalinos, peixes, bico-da-seda e abelhas, a SEAB atua na agroindústria para transformação de produtos de origem animal.

Foi implantado o Centro Estadual de Produção e Transferência de Embriões, em Castro, com o objetivo de produzir e comercializar 1.000 embriões de bovinos por ano. Com isso, coloca-se à disposição do pequeno criador uma avançada tecnologia de melhoramento genético, antes só possível a poucos. O Programa de Melhoramento do Rebanho Bovino Leiteiro financiou 15.910 novilhas leiteiras, beneficiando 2.487 produtores, em 1993.

As ações de Defesa e Fiscalização Agropecuária desenvolveram-se atra-

vés de atividades específicas, com a finalidade de garantir a boa qualidade dos insumos utilizados na agropecuária, a sanidade animal e vegetal, e, por conseguinte, a produção de alimentos.

Graças aos trabalhos realizados pela Defesa Sanitária Animal, o Paraná credenciou-se como exportador de carnes principalmente bovina e de frangos. Foram vacinados, em 1993, 7.100.000 bovinos.

Foi implantada área sem vacinação contra a Peste Suína Clássica, envolvendo 65 municípios das Regiões Oeste e Sudoeste, desde março/92, conforme Portaria do Ministério da Agricultura, atendendo às exigências do mercado internacional de produtos de origem suína. A perspectiva para o ano de 1994 é de ampliação da área sem vacinação para todo o estado e erradicação da enfermidade. Ressalta-se, também, a implantação do Programa de Erradicação da Febre Aftosa.

Dando continuidade aos trabalhos de fiscalização realizados pelo Serviço de Inspeção do Paraná, buscando a qualidade higiênico-sanitária dos produtos e, por consequência, a saúde da população, foram analisados e orientados 430 projetos de estabelecimentos de produtos de origem animal e construídos, reformados ou reaparelhados 97 matadouros municipais.

O Serviço de Inspeção de Sementes e Mudanças vem propiciando, através da certificação e fiscalização, o aumento da produtividade via introdução de novas variedades, e da garantia da qualidade desses insumos. Neste período, foram inspecionados 164.000 hectares de campos de sementes, assegurando a qualidade de 455.848 toneladas de sementes e 105.000.000 mudas.

A qualidade dos insumos (agrotóxicos, sementes, mudas, fertilizantes e corretivos) foi garantida através de 14.328 fiscalizações, realizadas em estabelecimentos que comercializam esses produtos.

Os estabelecimentos que comercializam produtos de origem vegetal a nível de mercado atacadista e varejista sofreram 5219 fiscalizações, com o objetivo de garantir a qualidade dos alimentos.

Foram realizadas 3.494 vistorias a propriedades agrícolas, visando a preservação do solo agrícola, em cumprimento à Lei Estadual 8014/84 (Lei de Preservação do Solo Agrícola).

Merece destaque a implantação do Banco de Dados Informatizado sobre Agrotóxicos, que contém informações agrônomicas sobre 789 marcas comerciais e que possibilita informações técnicas à disposição da agricultura paranaense.

Em 1993, teve continuidade o Programa Painela Cheia, forma encontrada pelo Governo do Paraná para impulsionar a modernização da infra-estrutura de produção, onde a moeda utilizada é o produto agrícola tomado como referência (milho ou leite). Foram ampliados os limites de área das propriedades e de faturamento anual. Com isso, novos agricultores tiveram acesso ao crédito, tendo sido celebrados 15.603 contratos, no valor equivalente a US\$ 34.141.000. Além disso, através do FDE/BANESTADO, foi mantida aberta linha de crédito para que criadores integrados financiassem a construção de instalações para a expansão da produtividade de aves e suínos. Foram liberados US\$ 1.691.205 para 126 projetos.

Visando acelerar o processo de renovação da frota de tratores e implementos agrícolas, foi aberta linha especial de crédito, composta com recursos da FINAME e do BANESTADO, para financiar os agricultores em equivalência-milho. Foram celebrados 308 contratos, no valor de US\$ 3.861.000.

A CESA/PR deu continuidade ao termo de cooperação nutricional firmado com o PROVOPAR e PREFEITURA, repassando a entidade assistenciais 390 toneladas de hortigranjeiros, beneficiando 24.100 pessoas.

A CEASA promoveu o atendimento a famílias de Baixa Renda (até 3 salários mínimos) e desenvolveu a venda de 17 alimentos básicos (arroz, feijão, açúcar, farinha de trigo, farinha de milho, farinha de mandioca, fuba, óleo de seoja, macarrão, biscoito, leite em pó, achocolatado, sal, café, chá mate, gelatina e sardinha) e ainda 7 produtos de higiene/limpeza (creme dental, papel higiênico, sabão em pedra, sabão em pó, saonete, esponja de aço e fósforo), através dos MERCADÕES POPULARES, COMPRAS COMUNITÁRIAS E ARMAZÉNS COMUNITÁRIOS instalados em 25 municípios do Estado.

Em 1993 foram vendidas 7.770 toneladas de gêneros básicos a 45.710 famílias, em 34 municípios, totalizando 2,8 milhões de dólares, contra 3,4 milhões, para 6.770 toneladas, em 1992, o que implica em admitir que o preço médio do kg repassado às famílias declinou de 0,51 US\$/kg para 0,36 US\$/kg, ou seja, 29% de redução real.

5. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

5. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Com o objetivo de incrementar o apoio às ações empresariais, valorizando a integração Governo/Setor Produtivo do Estado, o Governador criou, através do Decreto nº 2097, de 12/02/93, o cargo de Secretário Especial da Indústria e do Comércio, incluindo em suas funções a promoção econômica e providências visando o desenvolvimento do Setor Industrial e Comercial do Estado do Paraná. Nestes onze meses de atuação, resultados significativos podem ser destacados na busca da retomada do desenvolvimento. Destacam-se, no exercício, a criação de 2.674 novas indústrias e os resultados alcançados pelo Programa Bom Emprego Industrial-Urbano, onde foram registradas 1.624 operações, que representaram a aplicação de 14 bilhões de cruzeiros reais em investimentos e 10 bilhões de cruzeiros reais em financiamentos. Na área social, o Programa assegurou a manutenção de 12.952 empregos e a criação de outros 10.790, números estes que evidenciam os resultados positivos obtidos. Registre-se também, a construção do Pavilhão Internacional da Indústria e do Comércio no Parque Castello Branco, com espaço ocupado durante a II Exposul e na I Expoverão. Quanto à atração de empresas de porte, mesmo enfrentando a concorrência de oferta de incentivos fiscais de outros estados, fatos concretos foram registrados. Deverão transferir-se para o Paraná, em espaço de tempo de 2 a 3 anos, um número considerável de empresas que já adquiriram terrenos para suas instalações. Este sucesso está calcado na oferta de mão-de-obra especializada, na infra-estrutura apresentada e pelo fato de que o Paraná é um Estado sem déficit público e com suas contas em dia. Como próxima medida, está sendo providenciada a abertura de escritório do Mercosul em Buenos Aires, com o apoio da FIEP, CEXPAR e BANESTADO. O escritório terá como objetivo facilitar a exportação de produtos industrializados à Argentina, transformando-se em base de apoio aos micros e médios empresários paranaenses, dando-lhes suporte necessário para a concretização de seus negócios. Ao mesmo tempo, o Núcleo Mercosul continuará exercendo suas ações na doutrinação do empresariado, juntamente com o SEBRAE e outras entidades, na conscientização do que é o Mercosul — futuro Mercado Latino Americano — e da possibilidade de negócios com outros países.

1 — COORDENADORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Desenvolvimento das atividades decorrentes do convênio SEIC/Itamaraty — Projeto SIPRI — que visa a transferência de tecnologia e atração de investimentos estrangeiros para o Paraná, com a divulgação de oportunidades de cooperação com empresas estrangeiras, encaminhadas através dos Consulados e Embaixadas do Brasil no exterior.
- Acompanhamento a missões oficiais e delegações de empresários estrangeiros em visita ao Paraná: Missão Argentina da Indústria Química e Petroquímica; Missão de Empresários e Funcionários do

- Governo da Alemanha; Delegação da Samsung, com vistas à avaliar a possibilidade de investimento no Paraná; Visitas diplomáticas; Embaixadores de Israel, Costa Rica, Honduras, Canadá, Guatemala.
- Participação no Programa de Comércio Exterior para a Pequena e Média Empresa, desenvolvido sob a coordenação do SEBRAE.
 - Proposta de convênio com o BRDE, SEBRAE e IPARDES, visando o desenvolvimento de estudos setoriais e reestruturação do sistema de informações para a pequena e média empresa, com vistas ao estabelecimento de ações governamentais voltadas ao fomento e maior integração a nível estadual e regional, tendo em conta inclusive o MERCOSUL.
 - Desenvolvimento de atividades, de caráter permanente, de contatos com consulados, bancos estrangeiros, câmaras de comércio, entre outras instituições, objetivando a divulgação de oportunidades de investimentos no Estado, atração de investimentos, identificação de oportunidades de cooperação e intercâmbio comercial a nível externo.
 - Participação, juntamente com a Secretaria de Estado do Planejamento, no estudo e discussão técnica para viabilizar a instalação de unidade industrial de fiação e tecelagem de seda no Estado do Paraná, com capacidade de 50 teares, proposta pela Missão Técnico-Comercial da Província de Zhejiang — China. O processo continua em andamento, através do Escritório Brasil-China da SEPL, com acompanhamento da SEIC.
 - Firmado Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Ponta Grossa — UEPG, para elaboração do projeto “Levantamento do Setor Florestal e Madeireiro do Paraná e dos seus Recursos Humanos”. O projeto está em fase de execução pela UEPG.
 - Coordenação, planejamento, preparação do encontro bi-lateral de intercâmbio comercial entre empresários paranaenses com a Missão Comercial Argentina da Indústria Química/Petroquímica, da Província de Buenos Aires, com transações comerciais realizadas com empresários do Paraná.
 - Análise e parecer favorável quanto ao interesse da SEIC em associar-se ao Sistema SAE/BRE — Serviço de Aproximação de Empresas/Bureau de Reprochement de Enterprises, fazendo da SEIC um dos núcleos de geração e acesso a informações quanto a investimentos, formação de joint-ventures, transferência de tecnologia, etc, com empresas e governos.
 - Realização do Seminário Paranaense de Conservação de Energia, integrando as indústrias ao governo, com vistas à redução de custos industriais, através da diminuição do consumo de energia.
 - Construção, através do DECOM, e inauguração do Pavilhão Internacional da Indústria e do Comércio, com área de 5400m², no Parque Castello Branco, destinado a apoiar as empresas paranaenses na promoção de eventos e intercâmbio com outros Estados e países.

- Realização da I EXPOVERÃO, feira de oportunidades comerciais para Natal e verão, em apoio principalmente às pequenas e médias empresas paranaenses, no Pavilhão Internacional da Indústria e do Comércio.
- Elaboração de proposta conjunta com o TECPAR, OCEPAR e SINDICARNES, para viabilizar o atendimento às solicitações da indústria relativas à realização de testes químicos, físicos e biológicos nos alimentos produzidos no Estado, para viabilização de mercados externos e redução de custos industriais.
- Colaboração com o Departamento Nacional de Combustíveis do Ministério das Minas e Energia, para subsidiar a criação do Programa Nacional do Alcool e Leite (PRONAL), a nível nacional, através do repasse da experiência adquirida pelo Estado do Paraná, no setor sucro-alcooleiro.
- Coordenação do Programa “Paraná em Ação”, que visa o desenvolvimento das potencialidades de recursos naturais das microrregiões do Estado do Paraná, através de reuniões, envolvendo os vários setores que possam colaborar no programa. Encontros já realizados nos municípios de Jacarezinho, Bandeirantes e Pinhalão.
- Levantamento, em todos os municípios paranaenses, dos incentivos e estímulos passíveis de serem concedidos pelos poderes municipais para instalação de indústrias, tais como: doação de terreno, serviços de terraplenagem, impostos, taxas, bem como identificação das alternativas de investimentos passíveis de serem indicados para investidores interessados e, ainda, as condições de infra-estrutura das áreas industriais delimitadas. Os dados resultantes da pesquisa de campo, estão disponíveis na SEIC para os interessados em investir no Estado do Paraná.
- Participação com outras entidades estaduais no Programa Integrado de Desenvolvimento do Comércio Exterior para as pequenas e médias empresas do Paraná, com o objetivo de que este segmento industrial tenha condições de participar do mercado internacional.
- Em conjunto com a SEPL/BRDE/SETI/SEFA, elaboração do Programa Paranaense de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Micro e Pequena Empresa do Paraná, com objetivo de viabilizar, através de aporte de recursos financeiros, projetos relativos ao desenvolvimento de novos produtos e processos e/ou melhorias nos já existentes.
- Com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná pesquisa junto às empresas industriais, para análise e publicação mensal de dados destinados aos órgãos governamentais e às empresas, sobre a evolução conjuntural do nível da atividade industrial paranaense.
- Desenvolvidos, juntamente com a SEDU, estudos sobre a viabilidade de construção de “barracões” para a implantação de condomínios industriais nos municípios paranaenses, com recursos do PEDU. Os estudos continuam para a implantação no exercício de 1994.

- Criado o Programa Bom Emprego Industrial-Urbano, coordenado pelo Secretário Especial da Indústria e do Comércio e executado pelo BANESTADO, que financiou a implantação, expansão e modernização de 1.624 pequenas e microempresas industriais do Paraná, gerando e/ou conservando 23.742 novos empregos.
- Elaboração do “Catálogo das Indústrias do Paraná”, em parceria com a FIEP e o SEBRAE, com a identificação e classificação das empresas paranaenses. A publicação está prevista para março de 1994.
- Atualização e manutenção do Sistema de Informações da Indústria e do Comércio, o qual tem como objetivo a disponibilidade de informações cadastrais dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços do Paraná, como subsídio para qualquer tipo de trabalho de planejamento, projeto ou pesquisa. Estas informações estão disponíveis por faixa de faturamento, por MRH e município.
- Elaboração e distribuição dos boletins informativos: “Distribuição das Atividades Econômicas” e “Paraná — Conhecer para Investir”.

2 — MERCOSUL

Através do Decreto nº 1.702, de 09 de novembro de 1992, o Governador do Estado do Paraná instituiu o Núcleo de Articulação do Mercosul, enquanto unidade de execução programática, passando este a ser vinculado, através do Decreto nº 2.318, de 19 de maio de 1993, ao Secretário Especial da Indústria e do Comércio.

O Núcleo tem por objetivos integrar as ações do Governo relativas ao Mercosul, estabelecer canais de discussão e de encaminhamento de questões de interesse do empresariado paranaense, bem como daqueles provenientes dos países membros do Mercosul com interesse no Estado do Paraná, relacionados ao processo de integração, e de constituir-se em elo de articulação entre as instâncias do Governo Federal voltadas para a problemática desse processo e os diversos segmentos da sociedade paranaense.

Dentro destes objetivos, os integrantes do Núcleo participaram de grupos de trabalho, seminários, painéis e conferências, realizadas no Estado, no País e no Exterior.

Foram organizados pelo Núcleo, em conjunto com o CEXPAR, SEBRAE, IPARDES, OCEPAR, EMATER, SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, IAPAR, EMBRAPA, UEL, SEAG e FACIP, seminários internacionais nas cidades de Paranaguá, Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, sempre com o apoio das prefeituras e entidades do local de sua realização.

3 — PROGRAMA NOSSO

Fiel ao seu objetivo fundamental que consiste em apoiar e incentivar as indústrias “de fundo de quintal” no Paraná, o Programa Nosso encerrou o ano de 1993 com um saldo altamente positivo.

São, ao todo, 25 lojas — uma na própria sede do Programa em Curitiba, e 24 espalhadas pelo interior do Estado — através das quais os produtos da economia informal são colocados junto à rede convencional de estabelecimentos comerciais, que dispõe ainda de representantes em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis.

São 12.860 produtores de artesanato cadastrados no Programa Nosso, dos quais, 1.518 somente no ano de 1993. Considerando-se que cada produtor de artesanato gera, em média, 3 empregos — auxiliares e/ou fornecedores de matéria prima — podemos afirmar que o Programa Nosso é responsável pela geração de mais de 50 mil empregos diretos e indiretos em todo o Estado.

Quanto ao volume de vendas, verificou-se um crescimento em relação a 1992, quando as vendas alcançaram US\$ 1 milhão, e em 1993, US\$ 3,4 milhões, com aumento de duzentos por cento. Registre-se que as vendas revertem diretamente em benefício dos produtores, sendo que o Programa Nosso retém apenas um percentual dos negócios realizados através da loja de Curitiba, destinado a cobrir as despesas administrativas (embalagens, blocos de notas fiscais, impostos, etc).

6. TRANSPORTES

6. TRANSPORTES

1 — TRANSPORTES

As atenções do Governo no Setor de Transportes foram dirigidas, principalmente, para o melhoramento e manutenção das redes rodoviárias municipal e estadual, como também para dotar o Estado de sistemas ferroviário e portuário eficientes.

No que concerne à rede de rodoviárias municipais, deu-se continuidade aos programas de pavimentação poliédrica, adequação de estradas e construção de pontes de concreto, executados em parceria com as prefeituras.

Por outro lado, através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, iniciou-se o programa do BID-IV, destinado a recuperar e rejuvenescer uma grande extensão de pavimentos da malha estadual.

Na área ferroviária, a Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A. aplicou vultosos recursos financeiros em obras de infra e superestrutura, da ligação Guarapuava-Cascavel. Foi concluído e entregue ao tráfego o módulo I, correspondente a um trecho de 16 km de extensão, ligando o pátio da Rede Ferroviária Federal, em Guarapuava, ao terminal rodoferroviário da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios. Enquanto isso, prosseguiu em colaboração com o Exército Nacional, a implantação da infra-estrutura dos outros módulos, tendo sido concluídos 50% das obras previstas para essa fase. Paralelamente, estão sendo providenciadas as aquisições dos materiais e aparelhos para a superestrutura.

Na área portuária, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina conseguiu bater o recorde histórico na movimentação de cargas, atingindo 15 milhões de toneladas entre a importação e a exportação, ou seja, um crescimento de 15,09% em relação a 1992. Para melhoria das condições operacionais do Porto de Paranaguá, foram realizados serviços de aprofundamento e limpeza do canal da Galheta, bem como modernização, reformas e melhorias nos equipamentos e instalações físicas.

2 — TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A rede rodoviária do Estado do Paraná está estruturada em três níveis distintos (federal, estadual e municipal), que atuando de forma integrada, constituem o Sistema Rodoviário do Estado.

A sua extensão é de 264,7 mil km, desse total, 245,6 mil km referem-se às rodovias municipais, 14,7 mil km às estaduais e 4,4 mil km às federais.

A rede estadual pavimentada conservada pelo Estado perfaz 12 mil km, incluindo os segmentos duplicados. Esse patrimônio, estimado em US\$ 3 bilhões, é resultado de pesados investimentos realizados pelo governo estadual, durante os últimos vinte anos, na construção de estradas vicinais e importantes ligações entre os grandes núcleos urbanos.

Pode-se afirmar que o Paraná já dispõe de uma infra-estrutura rodoviária básica implantada, não exigindo de imediato obras novas de grande porte. As necessidades atuais estão centradas nas atividades de conservação, opera-

ção, segurança e melhoramento das vias existentes.

Nesse sentido, a SETR através do DER/PR tem desenvolvido um trabalho constante de conservação, seja de rotina, periódica ou de emergência. Nas atividades de operação e segurança, os investimentos concentram-se na eliminação de “pontos críticos”, na correção de deficiências e reposição da sinalização horizontal e vertical.

A fim de proporcionar um nível de esforço adicional à conservação e melhoramento da rede pavimentada estadual, deu-se início, em 1993, ao Programa de Corredores Rodoviários do Paraná, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

O total de investimentos previsto no Programa BID—IV será de US\$ 173,5 milhões, a serem aplicados no período de 1993 a 1996, nos seguintes subprogramas:

— Reabilitação de Pavimentos	— US\$ 119,7 milhões;
— Selagem de Pavimentos	— US\$ 12,5 milhões;
— Gerência de Pavimentos	— US\$ 1,4 milhão;
— Segurança Rodoviária	— US\$ 1,8 milhão;
— Gastos Financeiros	— US\$ 16,2 milhões;
— Escalonamento Imprevistos	— US\$ 15,2 milhões;
— Administração	— US\$ 6,7 milhões.

Outra prioridade na área rodoviária foi o auxílio técnico e financeiro à pavimentação, conservação e ao melhoramento da rede rodoviária municipal. Para melhorar as condições de vida na área rural e gerar empregos, o governo do Estado, através do DER/PR, intensificou e ampliou os Programas de Apoio Rodoviário aos Municípios.

Dentre os programas de apoio destacam-se três experiências inéditas no país e que hoje estão consolidadas no Paraná:

- Programa de Calçamento com Pedras Irregulares;
- Programa de Adequação de Estradas Rurais e
- Mutirão de Pontes.

No exercício, foram desenvolvidas atividades voltadas para o crescimento econômico e o bem estar social da comunidade paranaense. Com esse objetivo o Governo dispendeu, através do DER/PR, o valor estimado de US\$ 80 milhões, assim distribuídos:

— Construção de rodovias	— 17,0%
— Conservação de rodovias	— 32,0%
— Apoio Rodoviário aos Municípios	— 24,5%
— Administração Geral	— 26,5%

2.1 — CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

De modo constante, porém não sistemático, o governo continua a construir rodovias vicinais para alimentar o sistema secundário e troncal das regiões e assegurar acesso a todos os municípios.

Dessa forma, o DER/PR contratou e concluiu em 1993 a pavimentação asfáltica de 17,60 km de rodovias, a construção de 132,20 metros de obras-

de-arte especiais e permanece em andamento a pavimentação de 104,38 km.

Através da construção por administração direta, que prevê a utilização dos recursos materiais e humanos do próprio órgão, foram concluídos 38,80 km de pavimentação e em andamento estão mais 65,00 km.

Na construção de novas obras, em 1993, destacaram-se as seguintes em andamento:

- Ponto Internacional sobre o Rio Santo Antonio, 124,15m, ligando Capanema (Brasil) a Andresito-Guacurari (Argentina);
- Viaduto sobre Av. Rio Branco e Av. Brasília, no município de Londrina, numa extensão de 104,00m;
- Contorno Norte de Curitiba (PR/092 — BR/277), numa extensão de 14,50 km;
- Duplicação da BR/376, trecho Curitiba — Guaruva, numa extensão de 74,00 km e
- Viaduto na Interseção da BR/376 com PR/151, no local onde existe o Posto Presidente (Ponta Grossa).

Na construção de novas rodovias, o DER/PR tem desenvolvido um programa de pavimentação poliédrica em rodovias vicinais com baixo volume de tráfego (até 300 veículos/dia). Por meio de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, são repassados recursos do Tesouro do Estado às Prefeituras Municipais, que executam a pavimentação, enquanto o DER/PR efetua a assistência técnica e fiscalização das obras.

Em 1993, foram assinados 116 Termos de Cooperação Técnica e Financeira, através dos quais foram concluídos 183,10 km de pavimentação poliédrica, através de convênios com 176 municípios, e estão em andamento outros 3.307,13 km, desse total, aproximadamente 950,00 km encontram-se em fase de conclusão e liberação ao tráfego.

Com relação aos projetos, foram concluídos 766,00 km de projetos estruturais, 204,77 km de restauração e 828,00m de pontes e viadutos.

2.2 — CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

A conservação rodoviária consiste em atividades destinadas a manter: pavimentos, acostamentos, taludes, dispositivos de drenagem e todas as outras estruturas situadas na faixa de domínio.

As principais práticas de conservação são: a rotineira, que deve iniciar tão logo a rodovia seja inaugurada e a periódica, que visa restabelecer as condições da rodovia após um período de utilização.

CONSERVAÇÃO ROTINEIRA

A conservação rotineira envolve as ações realizadas diariamente na rodovia, como os pequenos reparos do pavimento, corte de vegetação, limpeza de dispositivos de drenagem e sinalização.

Esta conservação é em grande parte realizada por administração direta, através dos 18 Distritos Rodoviários, distribuídos em todo o território paranaense.

Em virtude da redução do quadro de pessoal próprio, em especial na área de conservação, foram implementadas outras formas de contratação ou convênios para realização de serviços rotineiros, a saber:

- Contratação de empresas privadas, tendo sido celebrados 19 contratos em 1993;
- Contratação de mão-de-obra temporária (contratos de 120 dias). Foram contratados 1881 operários em 101 municípios paranaenses. O intuito do programa é absorver uma parte da mão-de-obra ociosa em períodos de entre-safras;
- Assinados convênios entre o DER e as Prefeituras Municipais, por meio dos quais o órgão rodoviário executa a pavimentação em vias urbanas ou fornece materiais, e em contrapartida os municípios prestam serviços de conservação rotineira em rodovias estaduais. Foram celebrados em 1993, cerca de 116 convênios de parceria.

Entre os serviços rotineiros e melhoramentos realizados na área de segurança rodoviária, destacam-se os seguintes:

- Prosseguimento do Programa de Eliminação de “pontos críticos”, através de melhorias nas interseções e em segmentos localizados;
- Implantação de tachas refletivas em 200,00 km de rodovias tronco;
- Recomposição de sinalização nas pontes da rede de conservação;
- Reposição de sinalização horizontal em aproximadamente 2.500,00 km de rodovias estaduais;
- Produção de 7.600,00 m² de placas para sinalização vertical.

CONSERVAÇÃO PERIÓDICA

Um pavimento rodoviário é concebido para durar um determinado número de anos. Posteriormente, deve sofrer as chamadas intervenções periódicas, que são: selagem, recape e restauração.

No Estado do Paraná, usualmente a selagem dos pavimentos é feita através da aplicação de lama asfáltica. Em 1993, foram executados por administração direta 547,30 km de selagem.

O recape constitui-se na aplicação de capa asfáltica de espessura variável (2,5 a 7,0 cm), foram realizados 312,24 km.

O serviço de restauração compreende o reforço de grande espessura, eventualmente combinado com a reconstrução de segmentos mais degradados. A rede restaurada no ano foi de 170,82 km.

A administração estadual, consciente da necessidade de investimentos adicionais na conservação periódica, buscou a cooperação financeira junto ao BID, contratou empresas privadas e autorizou, ao final de 1993, o início das obras de selagem e reabilitação do Programa BID—IV. Estando em andamento, 278,80 km de lama asfáltica (Subprograma de Selagem) e 435,90 km

de recapês e restaurações (Subprograma de Reabilitação).

2.3 — APOIO RODOVIÁRIO AOS MUNICÍPIOS

O DER, através da Diretoria de Apoio Rodoviário aos Municípios e das patrulhas mecanizadas alocadas nos Distritos Rodoviários, executou, em parceria com as Prefeituras Municipais, um total de 2.299,04 quilômetros de revestimento primário.

A integração dos trabalhos de conservação em estradas rurais, respeitando as características de solo, as peculiaridades geográficas e a hidrografia local, é indispensável para o futuro agrícola do Estado do Paraná.

Desta forma, o DER/PR é o executor da adequação de estradas rurais municipais, no Programa Paraná-Rural, parcialmente financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD. No ano, foram concluídos 2.318,02 km de adequação de estradas rurais, dos quais 961,39 Km com realização de revestimento primário, além de 20.462 lombadas e 27.014 caixas de retenção de águas pluviais.

No Programa Paraná-Rural, foram construídas 16.523 lombadas para redução de velocidade das águas pluviais (4.405 na região Noroeste) e ainda 22.949 caixas de retenção.

Deu-se continuidade, em 1993, ao Programa de Mutirão de Pontes, onde o DER/PR realizou o fornecimento, transporte e montagem de 1.483,90 metros de vigas pré-moldadas de concreto, para a construção de pontes em rodovias municipais.

Outra atividades de auxílio aos municípios, iniciada neste ano, foi o fornecimento às prefeituras municipais de 487 abrigos para passageiros de ônibus, implantados nos pontos de parada mais necessários em estradas federais e estaduais.

2.4 — MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS

O sistema Ferry-Boat, gerenciado pelo DER/PR, transportou no ano de 1993 um total de 422.555 veículos, assim distribuídos: 386.465 automóveis, 18.944 caminhões, 7.763 ônibus, 9.383 motocicletas e similares.

No sistema de transporte coletivo intermunicipal, foram transportados aproximadamente 66 milhões de passageiros, através de 39 empresas, que utilizaram 2.325 veículos em 748 linhas de operação.

No ano, a Divisão de Serviços de Transporte Coletivo (DSTC), além das atividades rotineiras de gerência do transporte coletivo, atribuiu especial ênfase à fiscalização e vistoria dos veículos, realizando 30 Operações de Rodovia, nas quais foram retidos mais 180 ônibus, por apresentarem irregularidades.

3 — TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Esta modalidade de transporte, foi a que mais atenção recebeu do atual governo, tendo em vista a construção do trecho ferroviário entre as localidades

de Guarapuava a Cascavel, pela Ferroeste.

Detentora de concessão federal para construir uma ferrovia entre Guarapuava e Guaira, com 419 km, a empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Orçada em US\$ 600 milhões, a obra foi modulada em duas etapas, estando em plena construção a primeira, que liga Guarapuava a Cascavel, numa extensão de 248 km. A segunda etapa, Cascavel-Guaira, com 171 km, será iniciada após a conclusão da primeira e estará pronta dezoito meses depois de começada, de acordo com os cronogramas físicos. A previsão de conclusão do trecho Guarapuava a Cascavel é dezembro de 1994, exigindo investimentos da ordem de US\$ 200 milhões.

A construção está sendo executada pelos Batalhões Ferroviários de Lages (SC) e Araguari (MG), por força de convênios firmado entre o Governo do Paraná e o Ministério do Exército, que originou uma parceria inédita no País e determinou uma redução de custos em torno de US\$ 40 milhões no cronograma financeiro anteriormente elaborado.

As obras em execução chegaram, ao final do ano, com aproximadamente 50% dos trabalhos de infra-estrutura concluídos.

A infra-estrutura, assim entendidos os serviços de terraplanagem e obras-de-arte correntes e especiais (bueiros, drenagem, túnel de 400m, pontes, viadutos e interseções), executadas pelos dois Batalhões Ferroviários e suas subempreiteiras, avança nos dois sentidos do traçado. Em que pese a ocorrência anormal de chuvas em períodos seguidos, o cronograma físico está sendo cumprido dentro das metas traçadas, sendo possível admitir sua operação ferroviária, o transporte de 4 milhões de toneladas/ano de grãos agrícolas com destino ao nosso parque agroindustrial e ao Porto de Paranaguá.

Atendendo a diretriz de adquirir os principais insumos necessários à infra e superestrutura da ferrovia, garantindo melhores preços e eliminando custos indiretos, foram repassados aos dois Batalhões US\$ 1 milhão em explosivos e US\$ 2,9 milhões em combustível.

Além das atividades pertinentes à infra-estrutura, em agosto, foi inaugurado o módulo I, compreendendo um trecho de 16 km de extensão, ligando o pátio da Rede Ferroviária Federal em Guarapuava ao terminal rodoferroviário da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios, permitindo, desde já, o escoamento de cerca de 700 mil toneladas/ano de grãos e farelo. A implantação desse trecho, exigiu investimentos de US\$ 13 milhões, com recursos totalmente provenientes do Tesouro do Estado. Já no início de 1994, paralelamente as obras de infra-estrutura, será iniciado o lançamento da superestrutura (assentamento de dormentes, trilhos, lastros). Para tanto, a Empresa, reiterando a filosofia governamental, realizou inúmeros procedimentos licitatórios, com vistas à aquisição dos insumos necessários.

Todos os recursos foram oriundos do erário Estadual, situação que deverá se repetir, salvo se concretize as negociações, que estão sendo desenvolvidas para a captação de financiamento, junto ao BNDES e/ou se defina uma operação casada para o fornecimento de trilhos.

Com respeito a este modal, a SETR desenvolve, a nível de administração direta, acompanhamento técnico dos serviços de desapropriação das áreas atingidas pela obra da Ferroeste, bem como mantém contato com organismos federais congêneres, inclusive participando do Conselho de Usuários da RFFSA.

4 — TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O Governo do Estado, visando o desenvolvimento do transporte hidroviário ordenado e eficiente, mediante convênio, transferiu US\$ 70 mil aos municípios de Nova Laranjeiras, Mariluz, Cândido de Abreu e Guaraqueçaba, para aquisição de embarcações.

Nessa mesma linha de ação, foi providenciada a documentação necessária à formalização do convênio com o Ministério dos Transportes, visando a transferência ao Estado de recursos do orçamento da União, para estudos da Hidrovia do Rio Ivaí.

Além das atividades de acompanhamento junto aos órgãos federais, responsáveis pelo modal hidroviário, foram elaboradas mensalmente as planilhas de composição e cálculo das tarifas do serviço de Ferry-Boats, travessia da Baía de Guaratuba.

Destaca-se ainda, o convênio formalizado com o município de Antonina, no valor de US\$ 51 mil, para a reconstrução do trapiche, que terá como finalidade atender à navegação local e futura implantação da linha regular de navegação.

5 — REDE AEROPORTUÁRIA

O Transporte Aeroviário exige uma permanente preocupação com a manutenção e o melhoramento da rede básica do Estado, que conta com 84 aeródromos, dos quais 36 são públicos pavimentados. No exercício, foram desenvolvidas ações para conservar essas instalações, bem como foram feitos investimentos em equipamentos de proteção ao voo, de modo a aumentar a segurança operacional desta modalidade.

Nesse sentido, foram restaurados pelo Estado os aeródromos públicos de Loanda, Jacarezinho, Araongas, Maringá e Manoel Ribas.

Formalizado convênio para transferência de recursos ao município de Maringá, destinados a recuperação da sinalização luminosa do aeródromo local.

Elaborada e encaminhada, ao Ministério da Aeronáutica, a documentação necessária para obtenção de recursos aos aeródromos públicos da rede estadual, dentro do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos — PROFAA. Nesse programa, através da Portaria nº 778/GM4 de 26 de outubro de 1993, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de outubro de 1993, foram destinados recursos para a construção do novo aeroporto de Maringá, no valor de US\$ 2,1 milhões, na Fase 2 e US\$ 2,6 milhões, na Fase 3. Bem como, encontra-se em execução o projeto de pavimentação do aeródromo de Andirá.

7 — ATIVIDADES PORTUÁRIAS

O Porto de Paranaguá venceu dois grandes desafios em 1993: conseguiu bater o recorde histórico de movimentação de cargas e consolidou a sua posição no cenário econômico como o grande porto brasileiro, frente à implantação da lei de modernização dos portos. Avanços que marcam o ajuste do Paraná no esforço de inovação e desenvolvimento para aproveitar as oportunidades potenciais surgidas no contexto da nova ordem econômica regional (Mercosul) e mundial. Tanto que, para chegar às duas comemorações, o porto de Paranaguá ultrapassou obstáculos de percurso, como a discutível redução do calado do canal de acesso da Galheta pela Capitania dos Portos e as mudanças com a implantação da lei n. 8.630, de modernização dos portos, que trouxe profundas alterações nas relações governo/trabalho/capital.

No caso do canal de acesso, a redução do calado, de 37 para 32 pés, dificultou o tráfego tradicional de navios de grande porte, obrigando a nomeação de embarcações menores e maior utilização do cais de atracação. Entretanto, a administração portuária somada aos esforços dos empresários e trabalhadores, conseguiu, com planejamento eficaz, extrair dessa união resultado extraordinário: foram movimentadas 15 milhões de toneladas, mais que em qualquer outro ano da história do porto. A formação do Conselho de Autoridade Portuária — CAP — previsto pela nova lei foi outro ponto forte a nível nacional. O CAP do Paraná direcionou sua atuação no equilíbrio dos três blocos envolvidos — governo/capital/trabalho e o grande objetivo de agregar forças para transformar, definitivamente, Paranaguá no segundo porto brasileiro em importância econômica.

As condições estratégicas estão alinhadas para isso. O Porto de Paranaguá, pela sua situação micro e macrogeográfica, exerce forte influência sobre vasta área do continente Sul-Americano, ultrapassando as fronteiras nacionais e alcançando os contrafortes da Cordilheira dos Andes, no Extremo-Oeste do continente. Com privilegiada localização geográfica, bem ao centro de rica região produtora e industrial do País, constituiu-se também num ponto que liga em menor distância regiões de consumo/produção do Brasil com países do Mercosul — Argentina, Paraguai e Uruguai.

Acrescentada pelo esforço na busca do trabalho com produtividade, qualidade e eficácia, a avaliação geo-econômica tem sido decisiva para a manutenção e expansão da clientela do porto. Os importadores de fertilizantes, por exemplo, — uma das cargas responsáveis pelo record — anunciaram ser irreversível a tendência de Paranaguá transforma-se no polo nacional do produto.

O Porto de Paranaguá é detentor do título de maior exportador de cereais da América Latina. E vem somando esforços, neste final de século, para agregar eficiência e competitividade na movimentação das mais diversas mercadorias, dinamizando terminais que operam com fertilizantes, congelados, bobinas de papel, madeira e outros. Quer ainda prosseguir na política de parceria do Estado com a iniciativa privada. A parceria iniciou-se no sistema “Corredor de Exportação”, onde foram construídos silos e armazéns

diretamente ligados aos porões dos navios graneleiros. Esta área portuária, na retaguarda administrada pelo Capital privado, gerou desconcentração e resultou na projeção de Paranaguá como um porto moderno e, em muitos pontos identificado com terminais marítimos europeus.

O ano foi significativo para o porto na consecução de objetivos: conseguiu-se implantar todo o sistema de informatização dos serviços nas áreas operacional, administrativa, financeira e de manutenção. O aprofundamento e limpeza do canal da Galheta, ainda em andamento, foi feito ao longo de vários meses do ano, tempo ocupado também para a modernização, reforma e melhorias nos equipamentos e instalações físicas do porto.

7.1 — MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS

Os portos de Paranaguá e Antonina movimentaram 15 milhões de toneladas de mercadorias, registrando crescimento de 15,09% em relação ao desempenho obtido em 1992. Dados que revelam fato histórico: é a primeira vez, ao longo de mais de 50 anos de atuação como porto organizado, que se obtém esta marca no manuseio das cargas. Quatro itens do boletim de cargas, tiveram desempenho excepcional. No bloco da carga geral — produtos manufaturados e semi-manufaturados — ocorreu acréscimo de movimentação na ordem de 31,34%, comparado com o ano anterior. Mas isoladamente, a grande performance foi dos fertilizantes, com a ampliação das descargas em 47,08%. Vindo a seguir o soja em grão, que creceu 25,48% e os derivados de petróleo, que retornaram ao bom desempenho na pauta, exportando 43,71% a mais que no ano passado.

Foram embarcadas em Paranaguá, durante o ano, 12 milhões de toneladas de cargas, com predominância quase absoluta do tráfego internacional. A cabotagem — navegação doméstica — ficou com 2 milhões de toneladas, desse total. A importação seguiu igual receita. As mercadorias provindas do exterior estiveram mais presentes no porto que as de origem nacional. Por longo curso vieram 3 milhões de toneladas, enquanto a cabotagem contribuiu com 356 mil toneladas.

Em 1992 os números foram mais modestos: 9 milhões de toneladas de mercadorias exportadas para o mercado internacional e 1,5 milhões enviadas ao consumo interno. A importação de longo curso chegou a 2 milhões de toneladas, enquanto a cabotagem ficou na marca de 567 mil toneladas.

CARGA GERAL

A exportação do açúcar e da madeira registraram o melhor desempenho no bloco da carga geral. O açúcar entrou em 1993 na pauta, fechando o embarque de 163 mil toneladas. A madeira subiu de 397 mil para 627 mil toneladas. A exportação de congelados manteve o patamar de 220 mil toneladas. Foram importados, no período, 45 mil toneladas de algodão, 79 mil toneladas de celulose, 62 mil toneladas de arroz em sacas e 310 mil toneladas de diversos produtos industrializados. A movimentação global desses produtos

atingiu a marca de 2,5 milhões de toneladas. Uma das fontes de crescimento da carga geral em Paranaguá está no binômio preços competitivos com produtividade/qualidade praticados pelo porto.

GRANÉIS SÓLIDOS

Três produtos obetiveram expressivo crescimento na pauta. O soja em grão, que subiu de 1,5 para 1,9 milhões de toneladas, a importação de trigo que cresceu de 384 para 475 mil toneladas e os fertilizantes que tiveram o salto mais significativo, passando de 949 mil para 1,4 milhão de toneladas.

O desempenho dos farelos praticamente repetiu o ano anterior e o trigo, que em tempos passados alcançou mais de 1 milhão de toneladas movimentadas, foi modesto: ficou nas 475 mil toneladas. No total os granéis sólidos somaram 9,5 milhões de toneladas, 1 milhão acima de desempenho de 1992.

GRANÉIS LÍQUIDOS

Na exportação dos derivados de petróleo foi registrado significativo crescimento, subindo de 1,4 pra 2 milhões de toneladas transferidas da Refinaria "Getulio Vargas", em Araucária, para vários pontos do País, através do terminal petroleiro de Paranaguá. A exportação para o mercado externo somou 275 mil toneladas, contra 76 mil em 1992. Devido ao grande consumo interno, a comercialização externa dos óleos vegetais comestíveis é menor que na década de 80. Em 1993, foram embarcadas 17,5 mil toneladas. A movimentação de granéis somou, no total 3,3 milhões de toneladas.

7.2 — RECEITA CAMBIAL

O Porto de Paranaguá participou com quase US\$ 3 bilhões para a balança comercial brasileira, (ano passado foi de US\$ 2,5 bilhões), sendo US\$ 1 bilhão carregado só pelos farelos. Em segundo lugar aparece a madeira/manuf, com US\$ 326 milhões, vindo a seguir os congelados, com US\$ 298 milhões. Tiveram ainda importante participação o soja em grão, carregando US\$ 273 milhões e o papel, com US\$ 157 milhões.

RECEITA CAMBIAL 1989 — 1993

Ano	Ton. Líquida (milhões)	Receita (US\$ bilhões)	Receita (US\$/t)
1989	9,6	2,911	303,23
1990	8,3	2,591	312,17
1991	7,9	2,396	303,29
1992	8,2	2,498	304,63
1993 (*)	8,7	2,657	305,40

FONTE: APPA/SETR

(*) ESTIMATIVA

7.3 — INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS

Foi investido 1 bilhão de cruzeiros reais em construções, reformas, aquisições e na dragagem do canal de acesso da Galheta, durante o ano. Uma soma de recursos próprios foram alocados para completar o programa de informatização de todo sistema, aquisição de diversos equipamentos, dragagem dos berços de acesso.

7.4 — PORTO DE ANTONINA

A Secretaria dos Transportes, em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, desenvolveu estudos e ações objetivando à reativação do Porto de Antonina, que experimentou, no passado, posição de destaque no cenário portuário do País.

Vários são os interessados na revitalização, visando principalmente a exportação de madeira em toras para a Ásia, carvão vegetal para a Europa, “chips” de madeira, carga geral e carga frigorífica.

Além disso, a construção da Ferroeste, a ponte em Capanema (fronteira Brasil-Argentina), a ponte de Guaíra, carreando a produção do Mato Grosso do Sul e norte do Paraguai, e o incremento no oeste e sudoeste do abate de frangos tornam iminente a adequação de Antonina para auxiliar o escoamento.

Nesse sentido, no exercício, procedeu-se à propeção geofísica de pontos determinados do Canal entre Antonina e Paranaguá, no montante de US\$ 25 mil. O estudo demonstrou que, com pequena intervenção de obras de engenharia, pode-se viabilizar o calado para 26 pés (8,00m).

Foi proposto um sistema de transporte por barcaças, com carregamento de navios ao largo, através de plataformas flutuantes ou por equipamentos de bordo.

Elaborado estudo de viabilidade econômica para instalação de um terminal frigorífico na Ponta do Félix.

Desenvolvidas ações visando oferecer condições de participação de capital privado nas instalações portuárias, sob condições que estão sendo estabelecidas pelo SEPL e analisadas pela Procuradoria Geral do Estado.

7. ENERGIA

7. ENERGIA

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Usina de Segredo

Com a entrada em operação de suas duas últimas unidades geradoras — a terceira e a quarta —, a Usina Hidrelétrica de Segredo, localizada entre os municípios de Mangueirinha e Pinhão, passou a operar em 1993 com 100% de sua capacidade.

Com 1.260 MW, Segredo aumentou em mais de 60% a capacidade instalada da COPEL e em mais de 70% a capacidade de produção de energia da Empresa, que se eleva de 7.000.000 para 12.000.000 MWh por ano.

A construção de Segredo exigiu investimento global de US\$ 950 milhões, com custo de US\$ 750 por quilowatt, um dos mais baixos já alcançados no Brasil.

Derivação do Rio Jordão

O projeto de Segredo será complementado com o desvio de parte da vazão do rio Jordão para o reservatório da usina, aumentando sua capacidade em 550.000 MWh por ano. A obra já foi licitada através de concorrência internacional.

O rio Jordão — afluente do Iguaçu que deságua 2 km a jusante de Segredo — terá mantida, abaixo da barragem de desvio, uma vazão mínima de 10 m³ por segundo, aproveitada por uma pequena central hidrelétrica com 6,5 MW de potência instalada.

Usina de Salto Caxias

O projeto básico para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, foi concluído em novembro.

Último grande aproveitamento previsto para o rio Iguaçu, Caxias terá potência estimada em 1.240 MW, com a geração comercial da primeira unidade projetada para dezembro de 1998. Com a usina, a capacidade de geração própria da COPEL aumentará em mais 5.000.000 MWh por ano, garantindo que a Empresa continue auto-suficiente no final do século.

DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Programa Qualiluz

O Programa Qualiluz teve início em meados de 1993, para reduzir a quantidade e a duração das interrupções no fornecimento de energia elétrica,

bem como garantir aos consumidores uma tensão mais regular.

O Qualiluz representa investimento adicional de US\$ 8,8 milhões ao programa original de 1993, de melhoria do fornecimento de energia elétrica, que era de US\$ 3,12 milhões.

Foram iniciadas e até julho de 94 estarão executadas obras de construção de 233 km de novas linhas de distribuição e alimentadores; reforço de 256 km de linhas e alimentadores já existentes; melhorias em 684 circuitos em baixa tensão; e construção de 30 km de rede compacta.

O programa inclui obras no litoral, para reforçar 3,3 km de linhas existentes, construir 11 km de novos alimentadores e melhorar 60 circuitos em baixa tensão, assegurando maior tranquilidade aos balneários paranaenses, principalmente na época de maior demanda, que é a temporada de verão.

Programas Sociais

O Força Comunitária, programa social de eletrificação urbana, atingiu sua meta de 80 mil ligações um ano antes do previsto, levando maior conforto para famílias carentes, com custo reduzido e condições facilitadas.

O Força Rural, maior programa de eletrificação rural em andamento no País, ultrapassou, em 1993, 80% de seu objetivo, aproximando-se das 50 mil ligações projetadas. Há obras de eletrificação rural em 320 dos 371 municípios do Paraná. O investimento no programa atingirá, até 1995, US\$ 100 milhões.

Ampliação dos Sistemas

Além dos programas citados, em 1993 foram realizadas obras para ampliação dos sistemas de distribuição e transmissão de energia elétrica, de modo a assegurar atendimento às crescentes necessidades do Estado. Durante o ano aumentou em 5,5% o número de ligações, e o consumo foi 7,0% superior ao do ano passado, na área de concessão da COPEL.

ABERTURA DE CAPITAL

A atual dificuldade de captação de recursos nas fontes tradicionais, em consequência do contingenciamento de crédito do setor público via Resolução 2008 do BACEN, aliada às elevadas taxas de juros internas, torna a obtenção de recursos no mercado nacional, via empréstimos, alternativa não atraente.

O mercado acionário, por sua vez, apresentou desempenho muito favorável em 1993, tanto em termos de valores de negociação quanto de valorização das ações. No caso do setor elétrico, esse movimento coincidiu com a reestruturação que está ocorrendo em função da Lei nº 8.631, que fez com que as ações das empresas se tornassem muito procuradas, aumentando seu preço. Diante dessa valorização e da contínua demanda pelas ações do setor, a opção de captar recursos no mercado acionário tornou-se alternativa viável,

uma vez que as empresas poderão ir ao mercado sem causar diluição de seu patrimônio.

Assim, em face da necessidade de obter recursos para os programas de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia, a COPEL iniciou processo para transformar-se em companhia de capital aberto.

Tornando-se empresa aberta, a COPEL poderá ter suas ações negociadas nas principais bolsas de valores do País. Essa criação de amplo mercado para as ações da Empresa lhes proporciona maior liquidez e possível valorização, beneficiando os acionistas, entre os quais as prefeituras municipais.

8. EDUCAÇÃO

8. EDUCAÇÃO

8.1. EDUCAÇÃO DE 1º E 2º GRAUS

A consolidação do compromisso político-pedagógico do Governo do Estado do Paraná foi efetivada neste ano de 1993 na área da Educação através de duas diretrizes principais:

1— A melhoria dos padrões de ensino nas escolas públicas de 1º e 2º graus e,

2 — A melhoria de desempenho dos profissionais em atuação nos diferentes setores educacionais.

1. Destacam-se, dentre as estratégias de ação mais relevantes voltadas à política de melhoria da qualidade da escola pública.

1.1. o prolongamento do Ciclo Básico de Alfabetização para um “continuum” único, reunindo as quatro séries iniciais do ensino de 1º grau, na rede estadual, a ser implantado em 1994 em grupo de controle de 130 estabelecimento de ensino, e a extensão da proposta pedagógica do Ciclo Básico de Alfabetização às escolas municipais, como forma de reduzir os índices de reprovação na passagem da 1ª para a 2ª série.

O atendimento às características diferenciadas da clientela escolar, como são exemplos significativos as comunidades indígenas, os sem-terras os bóias-frias e os pequenos produtores rurais, teve tratamento específico, que permitiu compatibilizar o respeito a essas culturas e o direito à escolaridade com qualidade.

Assim, nas 17 áreas indígenas do Paraná, todos os 2.000 alunos beneficiaram-se dos Cr\$ 97.500.000,00 ali utilizados, para suprir as condições materiais e pedagógicas necessárias à educação indígena.

As 20 Casas Rurais mantidas em 1993 repercutiram seu trabalho na exigência de criação de mais duas para 1994.

E os sem-terras, protegidos por uma ação integrada da Pastoral da Terra e do Governo do Estado, tiveram a possibilidade de alfabetização através do incentivo e da realização de cursos de capacitação aos seus monitores.

1.2. a consolidação, na rede estadual, da proposta curricular para 5ª a 8ª série do 1º grau, nas diferentes áreas do conhecimento, ampliando-se 39 novos cursos em estabelecimentos já existentes e criando-se 36 novas escolas;

— a expansão ordenada das matrículas no atendimento à demanda pelo ensino público, com ênfase na eliminação do turno intermediário e na mobilidade da população.

Essa estratégia dirigiu todo o esforço de concretização de obras escolares

desenvolvido em 1993, conforme demonstrado a seguir.

Obras	Nº Prédios	Nº/Salas		Nº/Demais		Área m ²	Investimento	
		Aula	Outras	Dependências			US\$	CR\$
Concluídas	174	601	472	944	60.041	523.645,74	133.697.230,00	
Em andamento	335	1.957	1.323	2.579	196.792	7.243.990,09	1.849.535.549,00	

Igualmente, para oportunizar a melhoria na qualidade de ensino ofertada aos alunos da rede pública, foram as atividades de reforma, recuperação e equipamento de ambientes escolares, através de programas como “Escola Nota 10” e restauração do patrimônio arquitetônico do Colégio Estadual do Paraná, onde a conclusão do Observatório Astronômico em Almirante Tamandaré foi a última etapa em 1993.

1.3. a reformulação curricular dos cursos de magistério e das áreas profissionalizantes no ensino de 2º grau, possibilitando ajustar os avanços científicos e tecnológicos à realidade econômica e social do aluno; são expressivas as atividades de reequipamento de todos os laboratórios relacionados com as habilitações, bem como as quadras esportivas e polivalentes já existentes nas escolas.

Ênfase especial também foi dada à continuidade de ação voltada para a oferta específica do ensino agrícola e florestal, onde 1.800 alunos preparam sua formação profissional voltada à transformação de produtos agropecuários.

1.4. a expansão da oferta de ensino supletivo, via ampliação das oportunidades de alfabetização de jovens e adultos, teve como suporte a criação de 1 novo Centro de Estudo Supletivo — CES e 3 Núcleos Avançados de Estudos Supletivos — NAES que, ao lado da manutenção dos já existentes, totalizam 16 CES e 32 NAES em atividade, em 44 municípios do Estado;

1.5. a implantação de novos programas de educação especial na rede pública de ensino, com 149 novos programas de atendimento educacional especializado nas diversas áreas de deficiência, acrescidos aos das 25 Escolas Especiais da iniciativa privada, estendem, com garantia de qualidade, o atendimento a uma clientela específica.

Como oferta qualitativa de apoio ao aluno em todo os níveis e modalidades de ensino, devem ser destacados como significativas as ações de:

— merenda escolar, que atendeu 1.590.000 alunos em 1993, com 1.121 toneladas de alimentos; — mobiliário e material escolar, através de pro-

gramas específicos de manutenção da rede pública;

— práticas educativas de arte-educação e de esportes, onde, por exemplo, o ensino do xadrez, “Fazendo Arte na Escola”, oficinas, artísticas os Jogos Escolares são a maior evidência da escola participativa.

2. Quanto à melhoria do desempenho profissional dos agentes educativos, os destaques em 1993 estão referidos a:
 - 2.1. reforço e manutenção do programa de capacitação dos recursos humanos de todos os níveis e modalidades de ensino da rede pública, operacionalizados via 1.400 cursos, encontros e seminários, com a presença de cerca de 150.000 participantes e desenvolvidos segundo metodologia de ensino direto ou à distância, com estratégia de execução descentralizada, que incluiu desde as emissões de programas via 408 antenas parabólicas adquiridas e instaladas nos estabelecimentos estaduais de ensino em todo o Estado, até os cursos de pós-graduação aos diretores de escolas;
 - 2.2. implantação de processo contínuo de treinamento do quadro de pessoal técnico e de apoio, encarregado de administrar a educação, com cursos especificamente dirigidos aos novos diretores de escolas estaduais bem como cursos para chefias e lideranças dos órgãos administradores, sob perspectiva da Teoria de Qualidade Total;
 - 2.3. extensão da gestão escolar à participação de segmentos da sociedade civil organizada, viabilidade pelo funcionamento efetivo dos Conselhos Escolares, com acesso às decisões da ordem pedagógica, administrativa ou financeira, a exemplo do crescente Fundo Rotativo, onde recursos financeiros são repassados sistematicamente para decisão, uso e gestão pela comunidade escolar; também é outro exemplo significativo a criação do Museu Escolar de Paranaguá, onde a comunidade escolar vivencia a história da educação paranaense;
 - 2.4. produção de documentos norteadores da prática pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento, como instrumento de apoio ao trabalho docente; também expressiva foi a distribuição dos acervos bibliográficos, permitindo a diversidade de interpretações das teorias e metodologias de abordagens educativas, no âmbito da organização escolar, os documentos produzidos pelo Sistema SERE, já em fase operacional, possibilitam o aperfeiçoamento do planejamento da escola até o controle da vida escolar de cada aluno, tudo sob a égide dos procedimentos de informática, com instalação de microcomputadores nas escolas estaduais de maior porte;
 - 2.5. vantagens e incentivos ao exercício profissional do magistério estadual, em destaque os de ordem financeira, como a implantação de gratificação de apoio educacional por local de exercício, e exercício em período noturno; e a realização dos testes seletivos para suprimento de regência e

funções administrativas.

Houve ainda a participação do setor educacional na definição e implantação de projetos intersetoriais, tais como o de Educação para o Trânsito e o de Turismo nas Escolas, respectivamente com as Secretarias de Esporte, Turismo e Cultura.

A valorização de toda a experiência pedagógica dos profissionais de educação foi sistematizada no objetivo maior do Projeto Escola Cidadã: o desenvolvimento de metodologia de construção de um projeto político-pedagógico, que contemple a adoção da filosofia do Currículo Básico da Escola Pública do Paraná e sua expressão local no nível de cada estabelecimento, sua identidade e sua diversidade.

O resgate da cidadania orientou todas as ações que foram desenvolvidas nas escolas públicas do Paraná, envolvendo o esforço do poder público estadual e municipal, onde o Programa de Municipalização demonstrou ser o eixo principal da parceria educacional, na oferta das 4 primeiras séries do ensino de 1º grau. Os encargos financeiros decorrentes da passagem de estabelecimentos de ensino estaduais para a administração municipal foram, neste ano, da ordem de CR\$ 900.000.000,00 aproximadamente, transferidos para dar continuidade ao custeio do atendimento a 670.000 alunos, de 318 municípios paranaenses.

Paralelamente, o setor privado contribuiu fortemente para a garantia da oferta de educação especial e para a expansão dos programas de ensino supletivo dirigidos aos trabalhadores das empresas conveniadas.

No plano nacional, a presença do Estado do Paraná evidenciou-se na frequência às reuniões do CONSED — Conselho Nacional de Secretários de Educação, culminando por organizar e sediar em Curitiba a reunião “A Educação no Caminhos da Cidadania”. Em outras oportunidades, atendendo aos apelos das lideranças políticas comprometidas com a solução dos problemas da criança e da educação de modo geral, os dirigentes e administradores da educação do Paraná colaboraram de forma efetiva na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, do Pacto pela Infância e na gestão do Programa dos CAICs — Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, onde 11 já estão em gerenciamento e 18 em previsão para 1994.

Essa posição de vanguarda da educação paranaense é testemunhada pelo aval que o Banco Mundial — BIRD ofereceu, através da aprovação do financiamento de US\$ 90 milhões de dólares para o Projeto Qualidade de Ensino Público, com duração entre 1994 e 1998, fazendo antever a garantia de continuidade necessária às propostas qualitativas consubstanciadas nos seus principais programas: Rede Física. Materiais Pedagógicos, Capacitação de Recursos Humanos e Desenvolvimento Institucional.

Também em resposta à participação do Estado do Paraná no âmbito do Mercosul, a iniciativa de realização do Seminário-Educação sem Fronteiras integrou os países vizinhos e as Secretarias de Educação dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, na discussão pela introdução das línguas maternas — português e espanhol — no currículo dos países

signatários.

Toda a gestão do sistema educacional do Estado esteve apoiada na estrutura administrativa da Secretaria de Educação e na Fundepar.

A responsabilidade normativa do encaminhamento pedagógico das ações desenvolvidas pela administração educacional teve o necessário respaldo do Conselho Estadual de Educação, através dos atos legais específicos.

8.2. ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

I — COORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR

1. Investimento

1.1 Financiamento/Manutenção do Sistema Estadual de Ensino Superior gratuito:

- 16 Instituições de Ensino Superior, sendo 05 Universidades (03 consolidadas e 02 em consolidação) e 11 Faculdades Isoladas;
- 168 cursos de graduação;
- 134 cursos de pós-graduação: 18 a nível de stricto sensu, 16 de mestrado e 02 de doutorado;
- 116 a nível de latu sensu (especialização);
- 45.971 acadêmicos;
- 3.286 docentes atuando em atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- 3.105 técnicos-administrativos.

2. Retorno Social

2.1 Incremento ao mercado de trabalho de mão-de-obra especializada e qualificada:

- 7.233 graduados;
- 5.675 pós-graduados;

2.2 Capacitação docente: aprimoramento do desempenho docente, através de cursos de pós-graduação:

- incremento de capacitação instalada;
- docentes que concluíram curso de pós-graduação: 423 a nível de mestrado e doutorado, 105 a nível de especialização.

3. Expansão/Verticalização

3.1 Implantação de novos cursos de graduação:

- transferência de mantenedora da PUC/PR-Teatro Guaíra para a Faculdade de Artes do Paraná — FAP, dos cursos de Artes Cênicas e Dança;

- Ciência da Computação — UNIOESTE/FECIVEL
- Matemática (LP) — Biologia (LP) — UNIOESTE/FECIVEL
- Reformulação e atualização curricular dos cursos de Ciências Contábeis
- Reformulação de utilização do tempo — EPB por Sociologia

3.2 Oferta de novos cursos de pós-graduação:

4. Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná, visando uma melhor distribuição quantitativa e qualitativa de esforços e recursos, detectando áreas deficitárias e áreas sobrecarregadas, a fim de realizar os investimentos coerentes ao processo de desenvolvimento social.

4.1 Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Informações do Ensino Superior do Paraná — SIESP, objetivando estabelecimento de diagnóstico para elaboração de diretrizes e política para o 3º Grau.

4.2 Avaliação institucional do Sistema, pelo mecanismo de Comissões de Sindicância:

- 1) Resolução Conjunta nº 01/93 — PGE/SEAD/SETI
- 2) Resolução Conjunta nº 05/93 — PGE/SEAD/SETI
- 3) Resolução nº 69/93 — 23/11/93 — EMBAP

5. Cooperação — Extensão e Pesquisa

Desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e sociais, abrangendo segmentos que mantêm acesso ao 3º Grau, como mecanismo de transmissão do saber aos avanços sociais.

5.1 Extensão — execução e desenvolvimento de projetos de integração/capacitação:

- 231 cursos de curta duração;
- 190 outros eventos (seminários, palestras, painéis, etc.);
- 166 serviços de extensão universitária (projetos de longo alcance, envolvendo as diversas classes sociais);
- programa de integração/capacitação, com vistas à capacitação dos profissionais de ensino de 1º e 2º graus das escolas públicas, através da SEED/CES/SETI;
- manutenção e administração do Hospital Universitário de Londrina;
- manutenção e administração de Colégios Agrícolas de Ponta Grossa e Campo Mourão;
- manutenção e administração do Colégio de Aplicação a nível de 1º Grau, na UEM e a nível de 1º e 2º graus, na UEL;

— manutenção e administração dos cursos Preparatório e Instrumental da EMBAP.

- 5.2 Pesquisa — desenvolvimento de 456 projetos de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento, reforçando o papel do Estado como indutor do processo de desenvolvimento sócio-econômico, dado a relevância das atividades científicas e tecnológicas, que, ao lado das prioridades nas áreas sociais, são imprescindíveis para os avanços sociais.

II — COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Projetos Especiais compatíveis com as prioridades do Governo

A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia elaborou, analisou, coordenou e negociou os seguintes projetos:

- Implantação de uma Escola de Tecnologia do Couro em Maringá.
- Projeto Produção de Proteínas a partir de Dejetos Industriais — autorizado apoio financeiro ao Projeto pelo Governador.
- Projeto Competitividade da Indústria Paranaense — UFPR/IPARDES.
- Projeto da missão técnica das universidades estaduais para curso de treinamento na Universidade Tecnológica de Compiegne — França.
- Projeto Trava Bloco.
- Análise do Projeto “Censo Tecnológico” de São Paulo, com vistas a avaliar a possibilidade de transferência de metodologia para o Paraná.
- Projeto Carta Geoquímica da Minerais do Paraná S/A — MINEROPAR.
- Coordenação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Micro e Pequenas Empresas, em conjunto com BRDE/SEFA/SEPL e SEIC.
- Projeto Casa da Ciência e Tecnologia — conclusão do Plano Diretor elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, a Minerais do Paraná — MINEROPAR e a Companhia Paranaense de Energia — COPEL, já aprovado pelo Governador do Estado. Em elaboração o projeto Museográfico e Museológico da Exposição Inaugural, prevista para 10 de março de 1994.

2. Programas Especiais

- Coordenação e direção da INCUBADORA TECNOLÓGICA DE CURITIBA — INTEC:

- Assinatura de Convênio com o Banco do Brasil e liberação de CR\$ 15,7 bilhões a fundo perdido, para o projeto que prevê, entre outras coisas, a construção de 1000 m² de área para sediar a incubadora.
 - Elaboração e encaminhamento de Relatório Final das bolsas concedidas pelo Programa RHAE, em 1992.
 - Elaboração e encaminhamento do Projeto de Solicitação de Bolsas para o Programa RHAE, num total de 28 (vinte e oito) bolsas, para atendimento às empresas incubadas, em 1994.
 - Recebimento do Prêmio Destaque Indústria, versão paranaense, em Curitiba e Maringá, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná — FIEP, pela empresa incubada AIRTECH-Equipamentos de Automação Industrial LTDA.
 - Coordenação de gravação para o Programa Globo Ciência sobre a Incubadora Tecnológica de Curitiba, dias 16 e 17/12/93.
- Coordenação do Projeto da REDE PARANAENSE DE PESQUISA — RNP/RPP:
- Lançamento de “folder” explicativo quanto ao funcionamento da Rede Nacional de Pesquisa e instruções para a conexão institucional.
 - Cadastramento de 14 (quatorze) instituições solicitando a conexão à RNP.
 - Entrada no ar da ligação do Roteador à RENPAC, em setembro/93.
 - Definição do projeto final para a implantação da Rede Paranaense de Pesquisa — RPP, com aprovação, em 16/11/93, pelo Senhor Governador, para a compra dos equipamentos necessários.
- Coordenação do CENTRO INTEGRADO DE NOVOS MATERIAIS — CIMATI
- Recebimento do RHAE, análise e encaminhamento dos relatórios e solicitação de bolsas para 1993 às instituições do CIMATI para atualização, em função das novas exigências do RHAE.

III — TECPAR

DESEMPENHO OPERACIONAL

ÁREA DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA

Além da prestação de serviços específicos, a área de Tecnologia Química e Biológica abrange um amplo campo de atividades, desenvolvendo testes, análises, projetos especiais e consultoria a empresas e outros interessados.

DIVISÃO DE QUÍMICA ORGÂNICA

Tem por finalidade a prestação de serviços e assistência tecnológica para indústrias de alimentos e bebidas, defensivos agrícolas, resíduos e defensivos.

A Divisão fornece pareceres técnicos, elabora qualificação técnico-operacional de indústrias, bem como presta consultoria técnica a pequenas e médias empresas.

Análises de: alimentos, bebidas, resíduos, defensivos e medicamentos; 1.888 amostras.

DIVISÃO DE QUÍMICA INORGÂNICA

Seus técnicos elaboram pareceres e prestam serviços de consultoria técnica a pequenas e médias empresas.

Análises de: minérios e minerais, solos, fertilizantes, produtos industriais, pareceres técnicos e absorção atômica; 9.997 amostras.

DIVISÃO DE QUÍMICA INDUSTRIAL

Esta Divisão realiza ensaios físico-químicos de matérias primas ou produtos de indústrias de cerâmicas, de borracha, de plásticos, tintas, vernizes, solventes, madeiras, couros, domissanitários, combustíveis e lubrificantes.

Análises de: produtos domissanitários, combustíveis e lubrificantes, produtos cerâmicos e calcários, tintas, vernizes e resinas, madeiras, papel e papelão, plásticos, adesivos, óleos essenciais, pareceres técnicos, inspeções (tubos e conexões, cerâmica e de PVC); 680 amostras.

DIVISÃO DE ANÁLISES BIOLÓGICAS

Esta Divisão tem como objetivo controlar e proporcionar orientação técnica às indústrias, permitindo-lhes identificar, avaliar e eliminar problemas que possam comprometer a qualidade de seus produtos. Em seus laboratórios realizam controle microbiológico de alimentos de origem vegetal ou animal, controle de viabilidade de inoculantes para leguminosas, de defensivos biológicos e eficiência de produtos domissanitários, controle de esterilidade e esterilização de produtos médico-hospitalares, tais como seringas descartáveis, gases, soluções injetáveis, medicamentos, vacinas, etc., controle toxicológico em animais de laboratório, de produtos agrotóxicos, domissanitários, cosméticos, tecidos, tintas, plásticos, colas, produtos médico-hospitalares e medicamentos. Realizam também ensaios para avaliação de potência e inocuidade em imunobiológicos.

Análises de: alimentos, cosméticos e medicamentos não estéreis, saneantes e domissanitários, controle de qualidade industrial, equipamentos médico/hospitalares/odontológicos, cosméticos, defensivos e plásticos: 5.875 amostras.

DIVISÃO DE BIOLOGIA AMBIENTAL

Desenvolve atividades e tarefas inerentes à pesquisa, desenvolvimento de produtos biológicos e técnicas de diagnósticos, segundo objetivo e programas do **TECPAR**, aliados à prestação de serviços especializados à indústrias.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Nesta área de atuação, o Instituto materializa sua tecnologia, através de vacinas, atendendo a demanda nacional no que lhe compete.

— Produção de Vacina Anti-Rábica Canina	22.275.250 (doses)
— Produção de Vacina Anti-Rábica para uso Humano . . .	2.413.550 (doses)
— Antígeno para Diagnóstico de Brucelose Acidificado Tamponado	828.750 (doses)
— Antígeno para Diagnóstico de Brucelose Prova Rápida em Placa	1.455.950 (doses)
— Tuberculina P.P.D. Mamífera	698.125 (doses)
— Tuverculina P.P.D. Aviária	411.375 (doses)

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL

Com significativo contingente de animais mantidos sob rigorosas condições técnicas, dá suporte necessário à manutenção do elevado padrão de qualidade de vacinas produzidas nos laboratórios do Instituto, bem como, dá suporte aos trabalhos de pesquisa nas áreas de biotecnologia e toxicologia, e no controle da qualidade de medicamentos e equipo médico-hospitalares. A Excelência destes biotérios é reconhecida pela OPS/OMS, que os recomenda como Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Técnicos para toda a América Latina.

Camundongos Produzidos	5.399.972 (unidades)
Ratos	37.634 (unidades)
Cobaias	3.708 (unidades)
TOTAL	5.441.314 (unidades)

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL

O **TECPAR**, através deste Departamento, está capacitado a dar o apoio necessário às indústrias, prestando serviços técnicos, difundindo informações

científicas à geração e adaptação de tecnologia, com o objetivo básico de promover o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos industriais paranaenses.

DIVISÃO METAL-MECÂNICA

Realiza ensaios destrutivos, como tração, compressão, flexão, impacto, etc., e não-destrutivos, como líquidos penetrantes, ultra-som e raio X. Realiza análises metalográficas, microscopia eletrônica e análises químicas. Na área metrológica está capacitada a apoiar o controle dimensional, de força impressão, como laboratório secundário de metrologia industrial.

Presta serviços e apoio tecnológico ao setor metal-mecânico em geral, visando a melhoria da qualidade de seus produtos e a solução de problemas tecnológicos deste setor.

DIVISÃO DE ELETRO-ELETRÔNICA

Esta Divisão realiza ensaios para controle e melhoria da qualidade de componentes eletrônicos, como capacitores, indutores, resistores, semi-condutores, chaves e conectores, circuitos impressos, sensores, etc... Igualmente afere e calibra instrumentos utilizados nas indústrias deste setor, promovendo o aumento da capacidade de seus componentes e produtos.

DIVISÃO DE ENGENHARIA

Com laboratórios e técnicos qualificados, realiza ensaios físico-químico dos diversos constituintes e produtos finais das indústrias cerâmicas, além de controle da qualidade de concreto e ensaios rotineiros de cimento, agregados e aglomerantes. Também avalia componentes de construção e presta serviços de caracterização de estruturas acabadas, acompanhamento da execução de obras e inspeções.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO NO EXERCÍCIO

Prestação de Serviços e Qualidade (serviços)	2.240
Projeto Desenvolvimento Tec. Ind. (projetos)	239
Projeto Coop. Tec. Internacional (projetos)	61
Projeto Gestão da Qualidade (emp) (UD.	27

CONVÊNIOS/CONTRATOS FIRMADOS PROJETOS EM ANDAMENTO E/OU NEGOCIAÇÃO

APROVADOS PELO PADCT/FINEP/BIRD

Máquina Universal de Medição, Correção e Controle da Qualidade de Peças Cilíndricas

Recursos Aprovados — US\$ 263.084,00 (no país)
US\$ 54.180,00 (no exterior)
Produção de filmes de curta duração/gestão da Qualidade

Recursos Aprovados — US\$ 31.000,00

Capacitação de R.H. em Qualidade e Normalização
Recursos Aprovados — US\$ 51.314,00

Produção de vacina anti-Rábica em Cultivo Celular para uso Humano
— Laboratório Piloto

Recursos Financeiros — US\$ 116.001,00 (PADCT)
US\$ 41.083,00 (BIRD)

Qualidade Paraná — TIB (Tecnologia Industrial Básica)
RHAЕ/CNPq

Núcleo Regional de Informações (NRI/PADCT);

Elaboração de normas de procedimentos de vistorias para veículos em
Trânsito/PADCR);

APROVADOS PELO CONCITEC

Projeto Biofill Desenvolvimento de Novos Produtos a partir da Celulose
Proveniente de Fermentação Bacteriana e Adequação de sua aplicação em
substituição a produtos já existentes.

Bomba de Calor Domiciliar.

Equipamento computadorizado para congelação de Embriões Bovinos.

PROJETOS EM ANDAMENTO

Qualidade Paraná

Curso de Especialização em Engenharia da Qualidade (CTI/PUC/CIT-
PAR)

Qualidade das Argamassas (Convênio CTI, PUC e Irmãos Thá)

Centro Internacional de Tecnologia de Software — CITS — Convênio
CTI/PUC/CITPAR/POLO S.A.)

Serviço Integrado de Assessoria para o Desenvolvimento Econômico-
Industrial das pequenas e médias empresas projeto Integrado com o ITPAR).

Microtécnicas, no âmbito do Programa Paranaense de Formação de
R.H. em Mecânica de Precisão/RHAЕ.

Sistemas Especialistas — CTI/BISA, no âmbito do Programa Paranaense de Formação de R.H. em Informática Industrial, Convênio CTI/BISA/RHAE — Informática.

Avaliação da Resistência à Abrasão de Pisos Industriais.

Aproveitamento do Resíduo de Couro.

INCUBADORA TECNOLÓGICA

Convênio com a Fundação Banco do Brasil no valor de US\$ 360.000,00, para edificações de novas bases físicas e equipamentos, dando condições a novas incubadas.

PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO

Centro da Qualidade e Produtividade/JICA;

Laboratório aberto de SOFTWARE — recursos aprovados pela FINEP aguardando autorização do Banco Central.

Equipamento de Hipertermia Intersticial para o tratamento do câncer.

Programa Paranaense de capacitação de pessoal em informática industrial — Fase I — Fase II — Fase III.

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO

RELAT — de âmbito do MERCOSUL composto pelos Institutos do Brasil (TECPAR), Argentina (CERIDE), Paraguai (INTN) e Uruguai (LATU), com o objetivo de dotar as regiões de influência da RELAT de Infra-estrutura Laboratorial adequada a critérios e procedimentos padronizados e reconhecidos, que tenham credibilidade nacional e internacional.

NRI/CNPq/IBCT — implantar o núcleo Regional de Informação Tecnológica do Paraná — NRI/PR, com o objetivo de oferecer serviços de informação tecnológica e industrial nas áreas de Metal-Mecânica, Eletro-Eletrônica e Agro-Indústria (US\$ 800.000,00).

INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE — promoção de intercâmbio técnico e institucional nas áreas científicas e tecnológicas que forem identificadas como de interesse mútuo.

CRIQ — convênio de Cooperação Técnica com o CENTRE DE RECHERCHE INSUSTRIELLE DO QUÉBEC.

Durante o ano de 1993, a MINEROPAR manteve as suas atividades de atendimento ao setor mineral e ao público em geral, perfazendo um total de 218 consultas sobre aspectos legais, técnicos e políticos da atividade mineral, tendo emitido 60 sinopses dos eventos minerários para o controle das empresas de mineração do Estado. O atendimento às prefeituras municipais, no que diz respeito a questões relacionadas com a atividade mineral e problemas

ambientais, foi dado a dezenas de municípios paranaenses, durante o exercício findo.

9. SAÚDE

9 SAÚDE

MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Área Ambulatorial

Tem-se hoje 100% dos municípios paranaenses gerenciando os serviços básicos de saúde que eram do Instituto de Saúde do Paraná — ISEP. Quanto à rede especializada, 09 municípios assumiram os Centros Regionais de Especialidades — CREs (Curitiba — parcial; Guarapuava e Telêmaco Borba, em 1992; Paranaguá, Cascavel, Campo Mourão, Paranavaí, União da Vitória e Foz do Iguaçu, em 1993). Dos gastos com pessoal da SESA e do ISEP, que são cobertos com recursos do Tesouro do Estado, respectivamente 26% e 38% foram destinados aos servidores cedidos.

Área Hospitalar

Dando continuidade ao processo de municipalização, foram doados/cedidos 05 hospitais, que pertenciam à SESA/ISEP, a municípios, e 01 hospital encontra-se em regime de cogestão com Conselho Comunitário (Anexo 1).

Dos municípios do Estado, 270 já assumiram o gerenciamento das internações hospitalares, estando sob controle das Secretarias Municipais de Saúde a distribuição das Autorizações de Internações Hospitalares — AIHs.

Área de Vigilância Sanitária

No Paraná, aproximadamente 294 municípios já assumiram a execução das atividades de Vigilância Sanitária. Em 1993, ocorreu a estruturação de equipes completas de vigilância sanitária em 09 municípios que já possuíam algum serviço nessa área; e da vigilância em 20 municípios (novos ou não-municipalizados ainda) e em 30 municípios que possuíam os serviços mas as novas administrações os desativaram.

Área de Epidemiologia

O processo de municipalização das ações de vigilância epidemiológica ocorreu em 258 municípios e das ações de imunizações em 323 municípios.

CONSELHO DE SAÚDE

Em seu segundo ano de funcionamento, o Conselho Estadual de Saúde — CES realizou 12 reuniões ordinárias e uma extraordinária. O Programa de Interiorização das Ações do CES atingiu 11 regionais de saúde, reunindo municípios para discussão sobre o controle social e a participação popular. Nosso Conselho organizou o I Encontro dos Conselhos Estaduais de Saúde dos estados que compõem o CODESUL, ocorrido dia 03 de agosto, na Capital.

Nesse ano, ainda, foi instituído um comitê formado por membros da Comissão de Saúde Legislativa e do CES/PR, visando uma melhor integração com o Poder Legislativo.

Quanto aos Conselhos Municipais, somente 39 municípios do Estado (de 245 cadastrados até o final de 1993) ainda não tinham conselhos constituídos.

OBRAS

De janeiro a dezembro, através do Departamento de Engenharia do ISEP, foram fiscalizadas e supervisionadas 143 obras (totalizando 117.958 m²), em convênio com prefeituras e o DECOM, e, deste total, 35.199 m² de obras foram concluídas.

Obras	Constr.	Refor.	Ampl.	Ampl./Reform.	Total
Em Andamento					
Hospital	08	05	06	01	20
Centro de Saúde	03	—	03	—	06
Posto de Saúde	08	—	03	—	10
Pronto Socorro	—	—	01	—	01
Central de Apoio do Capanema	01	—	—	—	0
Subtotal	20	05	12	01	38
Concluídas					
Hospital	04	05	06	—	15
Centro de Saúde	04	01	01	—	06
Posto de Saúde	12	01	01	—	14
Regional de Saúde	—	06	—	—	06
CEMEPAR/ISEP	—	02	—	—	02
DEMP/ISEP	—	01	—	—	01
Prédio R. do Rosário/ISEP	—	01	—	—	01
Unidade Mista	01	—	—	—	01
Auditório*	—	01	—	—	01
Setor de Bioquímica e Odontologia/UEPG	01	—	—	—	01
Pronto Socorro	—	01	01	—	02
CRE — Francisco Beltrão	—	02	—	—	02
CAIF — Curitiba	—	01	—	—	01
SESA (Central)	—	01	—	—	01
CPM — Curitiba	—	01	—	—	01
Laboratórios	—	03	—	—	03
CPPI	—	01	—	—	01
Subtotal	22	28	09	—	59
Total Geral	42	33	21	01	97

(*): Associação Médica de Maringá.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

Atendimento Ambulatorial

De janeiro a dezembro, os atendimentos realizados por todos os prestadores do SUS perfizeram um total de 67.973.640 atendimentos básicos, 14.002.206 consultas médicas básicas, 2.188.664 consultas médicas especializadas, 2.986.285 consultas com procedimentos de urgência/emergência, 5.614.438 exames de patologia clínica, 561.835 exames de radiologia, 812.462 exames especializados e 3.341.757 terapias especializadas. Através da rede própria estadual, prestou-se 2.206.107 atendimentos básicos, 843.477 consultas médicas básicas e especializadas, 128.067 consultas de urgência e emergência, 334.451 exames de patologia clínica, 46.012 exames de radiologia, 49.510 exames especializados, 250.692 terapias e, a partir de outubro foi incluído em terapias o fornecimento de Ciclosporina pelo CEMEPAR (média de 75.000 cápsulas/mês).

Atendimento Odontológico

De janeiro a dezembro, todos os prestadores do SUS realizaram 10.039.196 procedimentos individuais em odontologia, sendo que, deste total, 127.819 pela rede própria estadual. Com relação aos procedimentos coletivos, que incluem o bochecho com flúor e orientações de higiene bucal, foram atendidas 1.218.811 crianças de 1ª a 4ª série do 1º grau de escolas públicas, com 32.199.415 bochechos.

Atendimento Hospitalar

À SESA/ISEP, como gerente a nível estadual do Sistema de Internações Hospitalares do SUS, coube a distribuição e controle de 919.386 Autorizações de Internações Hospitalares — AIHs. O número de pacientes que deram entrada nos 12 hospitais próprios do ISEP foi de 14.208 (dados preliminares).

Imunização

De janeiro a agosto, na vacinação de rotina e campanha, independente da faixa etária, foram aplicadas 494.902 doses de vacina Tríplice, 2.573.414 doses de Antipólio, 152.936 doses de BCG, 337.391 doses de Anti-Sarampo, 548.716 doses de vacina Dupla, 425.639 doses de vacina Toxóide-Tetânica e 12.340 de Anti-Rábica. Para os menores de 01 ano, alcançou-se as seguintes coberturas, na rotina: 79,9% (Tríplice), 79,6% (Antipólio), 96,8% (PCG) e 118,4% (Anti-Sarampo).

No dia 21/08 ocorreu a 1ª etapa da Campanha Antipólio, sendo vacinadas 1.065.309 crianças de 0 a 4 anos, ou seja, 98,8% do esperado; e na 2ª etapa, em 23/10, foram vacinadas 1.013.272 crianças, atingindo-se 93,9% de cobertura.

Ocorreu a vacinação antimeningocócica para o sorogrupo C por indicação epidemiológica, abrangendo 3.713 pessoas do Município de Pitangueiras (17ª RS), obtendo-se 161.9% de cobertura. No período de 10 a 30/06, foi intensificada a vacinação de rotina nos municípios com baixa cobertura vacinal, que apresentaram casos de sarampo a partir de 06/92 e casos de tétano.

No mês de agosto, foi inaugurado o Centro de Referência para Administração de Imunobiológicos Especiais — CRIE, na Capital, o primeiro deste tipo no país. O CRIE é de referência estadual, mas com capacidade para atender outros estados da Região Sul. Implementou-se o Sistema de Vigilância e Controle de Efeitos Adversos às Vacinas, sendo investigados 98 casos.

SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA

A rede própria estadual de hemoterapia e hematologia conta hoje com 09 agências transfusionais regionais, 04 núcleos de hemoterapia e 04 hemocentros funcionando. Através da mesma, foram realizadas 60.998 coletas de bolsas de sangue, 107.693 transfusões, 567.944 exames de sangue dos doadores e a produção de 118.335 hemocomponentes, no período de janeiro a novembro.

Com recursos de Convênio entre a SESA e o Ministério da Saúde, foram adquiridos equipamentos para essa rede no valor de CR\$ 7.380.175,02 (US\$ 134.991,16); bem como com recursos próprios (CR\$ 11.383.378,50 — US\$ 34.907,63).

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Visando atender ao Convênio ISEP/Central de Medicamentos — CEME do Ministério da Saúde, de janeiro a dezembro foram produzidos 143.600 frs. de 100 ml de Benzoato de Benzila a 25%, 5.000.000 comprs. de AAS 100 mg, 5.000.000 comprs. de AAS 500 mg, 12.550.000 comprs. de Hidroclorotiazida 50 mg, 3.600.000 comprs. de Mebendazol 100 mg e 750.00 comprs. de Furosemida 40 mg, pelo Laboratório do Centro de Medicamentos do Paraná — CEMEPAR.

Para a rede própria e prefeituras municipais: 85.200 frs. de 100 ml de Hipoclorito de Sódio a 2,5%, 1.188 frs. de 500 ml de Hipoclorito de Sódio a 2,5%, usados nas ações de prevenção e combate ao Cólera, 23.680 litros de Hipoclorito de Sódio a 1%, para desinfecção hospitalar da rede do ISEP, 904,207 comprs. de Fluoreto de Sódio, 31.150 frs. de 100 ml de Benzoato de Benzila a 25%, 2.241.300 comprs. de 100 mg de Mebendazol e 3.340.374 comprs. de Mebendazol 200 mg, 1.561.000 comprs. de Furosemida 40 mg, 39.00 comprs. de AAS 100 mg e 15.000 de AAS 500 mg.

Distribuíram-se 86.445.343 unidades de medicamentos para reposição trimestral a regionais de saúde, hospitais próprios do ISEP, convênios e municípios (medicamentos comprados pela SESA ou recebidos da CEME); 6.314 frs. de Ciclosporina (medicamento para transplantados) e 13.465.435 unidades

de vacinas e soros. Tendo em vista que os medicamentos básicos recebidos da CEME não atenderam à demanda, foram adquiridos 18.480.500 unidades de medicamentos básicos com recursos próprios do ISEP, totalizando US\$ 473.956,06; bem como Ciclosporina (medicamento para transplantados), na forma de frascos e cápsulas, no valor de US\$ 1.514.018,14.

Na área de fitoterapia, foram realizadas palestras para alunos do Curso de Auxiliar de Enfermagem do Hospital da Polícia Militar do Paraná, Cursos de Farmácia da UFPR, UFSC e PUC — PR, Cursos de Agronomia da UFPR e UFRS, e Curso de Pós-Graduação em Química da UFPR. Visando preparar pessoal para uso de fitoterápicos, realizou-se Curso para Enfermeiros graduados na ABEN e palestras para implantação da fitoterapia em serviço nos municípios de Capitão Leônidas Marques e Santa Helena.

Um acervo de referências bibliográficas nessa área vem sendo sistematizado sob a forma de Banco de Dados, atendendo a profissionais, instituições e empresas.

Foram elaborados “folders” sobre “Cuidados com Plantas Medicinais”, “Manual de Atendimento Primário em Fitoterapia”, para utilização clínica de 16 plantas selecionadas, e folheto informativo sobre coleta de material, para identificação botânica. Encontram-se em andamento a “Pesquisa de Mercado de Plantas Medicinais” e “Propagação de *Maytenus Illicifolia* (espinha santa)”. Em fase piloto, ocorreu a produção de 08 kg de pomada de confei e 02 kg de chá de menstrato, com estudos de estabilidade; além do extrato fluído de confei e arruda. Adquiriram-se 100 kg de espinha santa, enviadas à Regional de Saúde de Maringá, para introdução na terapêutica. Em conjunto com o IAPAR (Curitiba e Londrina), foram produzidas 17.000 mudas de espinha santa.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

As ações desenvolvidas nesta área contemplam o controle de alimentos e zoonoses, de produtos (medicamentos, correlatos, cosméticos, etc) e serviços de interesse em saúde (hospitais, bancos de sangue e outros), saneamento básico e ambiental e saúde do trabalhador, cujas atividades são desenvolvidas pelo Centro de Saneamento e Vigilância Sanitária do Paraná, Seções de Ação sobre o Meio das Regionais, em conjunto com os municípios que possuem equipes de Vigilância Sanitária.

De janeiro a dezembro, destacam-se as seguintes atividades:

- 1) a realização de 132.433 inspeções em estabelecimentos de maior e menor risco (rotina e emergências), no controle de alimentos;
- 2) a investigação de 102 surtos de doenças veiculadas por alimentos;
- 3) a coleta de 7.030 amostras, aproximadamente, de alimentos e matérias-primas de alimentos para exames;
- 4) a coleta de 40 amostras de alimentos dietéticos para análise fiscal;
- 5) a realização de 339 auditagens/inspeções em sistemas e 375 análises laboratoriais de amostras de água, na vigilância da qualidade da água distribuída pelos sistemas públicos de abastecimento;

- 6) o cadastramento de 145 municípios para construção de módulos sanitários e o repasse de recursos financeiros para a construção de 100 módulos;
- 7) a realização de 512 cursos, 1.820 palestras, 39.820 visitas domiciliares e 1.970 reuniões relativas a educação sanitária nas ações de saneamento e vigilância sanitária dirigida a grupos prioritários;
- 8) a realização de 292 inspeções em bancos de sangue e 1.000 inspeções em agências transfusionais;
- 9) a coleta de 1.927 amostras de sangue para análise pelo HEMEPAR;
- 10) a avaliação de 90% do total de hospitais do Estado para liberação da placa de classificação dos estabelecimentos hospitalares ("Este Hospital tem CCIH"). Hoje 58% dos hospitais do Estado já possuem Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, colocando o Paraná numa posição de vanguarda no País. Em 1991, quando do início deste Programa, só 15% dos hospitais tinham CCIHs;
- 11) a realização de 43 inspeções em ambientes de trabalho e 06 investigações em acidentes de trabalho.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Através dos municípios, regionais de saúde e do Centro de Epidemiologia do Paraná/ISEP, de janeiro a dezembro, vem sendo acompanhado, analisado e controlado o comportamento das doenças infecciosas e parasitárias de maior interesse em saúde pública, tendo como dados preliminares a notificação de:

- 78 casos de tétano acidental (51 confirmados, 22 em investigação e 05 descartados);
- 02 casos de tétano neonatal (notificados e confirmados);
- 42 casos de difteria (03 confirmados, 11 em investigação e 28 descartados), e ações de bloqueio em 99 pessoas;
- 212 casos de coqueluche;
- 32 casos notificados de paralisia flácida e aguda (nenhuma confirmação de Poliomielite);
- 534 casos de sarampo (17 confirmados, 90 em investigação e 427 descartados), e ações de bloqueio em 129 pessoas;
- 84 casos de febre reumática;
- 2.658 casos de meningite, sendo 352 de doenças meningocócica, com ações de bloqueio em 3.914 pessoas, e 2.306 casos de outras meningites;
- 505 casos de AIDS (340 diagnosticados em 93 e 1.165 em anos anteriores); e 37.446 de outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

No controle da tuberculose, até novembro, foram realizados exames em 9.343 pacientes sintomáticos respiratórios; descoberta e tratamento de 1.175 casos novos de pulmonares bacilíferos, 542 pulmonares não confirmados e 474 extrapulmonares; além do exame de 7.588 comunicantes e quimioprofilaxia em 307 destes.

No controle da hanseníase, foram descobertos 1.632 casos novos e realizado controle de 16.208 casos antigos (até setembro). Quanto à leishmaniose

tegumentar americana, efetuou-se o diagnóstico e tratamento de 812 casos novos (janeiro a novembro).

Entre as doenças relacionadas ao meio-ambiente, teve-se 4.872 casos notificados de hepatite, 34 de febre tifóide, 193 de leptospirose, 01 de raiva humana (contraída no Paraguai), 169 de cisticercose humana, 30 de dengue (06 confirmados) e 246 de cólera, sendo 08 casos confirmados (02 importados). No controle da raiva, de janeiro a setembro, prestou-se orientação a 12.689 pessoas, em relação a medidas a serem tomadas quando da agressão por animais domésticos ou selvagens. Foram observados 9.931 animais agressores, tratadas 4.735 pessoas e coletadas 775 amostras de animais para exame em laboratório. Na prevenção da cólera, vem sendo realizado o monitoramento das doenças diarreicas, com 81.322 notificações em todo o Estado, até setembro. Na 1ª etapa da Campanha de desverminação no Combate à Teníase e Cisticercose realizada na área de Telêmaco Borba, atingiu-se 95% da população.

APOIO LABORATORIAL

Através do laboratório Geral do Estado — LACEN, que atua a nível de investigação e pesquisa para apoio à área ambulatorial, de vigilância epidemiológica e sanitária, foram realizados de janeiro a novembro: 22.053 exames em bacteriologia, 28.559 em imunologia, 6.623 em virologia, 19.640 em controle de qualidade (Hanseníase), 1.985 em controle de qualidade em análises clínicas, 1.122 em toxicologia, 10.979 em bromatologia (amostras analisadas) e 1.543 outros.

Para suprir as necessidades do LACEN, laboratórios regionais e equipes de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, realizou-se o preparo de 1.860.498 ml de meios de cultura e de 2.159.760 ml de reativos e corantes.

No controle de qualidade de produtos alimentícios, foram realizados exames em 5.398 amostras de produtos de origem animal e em 3.577 amostras de produtos de origem vegetal; no controle de qualidade de bebidas alcoólicas ou não, exames em 455 amostras; e no controle de produtos dietéticos, exames em 139 amostras. Na pesquisa de aflatoxinas em grãos e subprodutos, analisaram-se 92 amostras (Projetos em fase de implantação); e, no controle de qualidade de produtos alimentícios e bebidas responsáveis pelas toxinfecções alimentares, 1.070 amostras.

No controle da qualidade da água de consumo humano de populações não favorecidas com sistemas de tratamento e abastecimentos público, realizaram-se exames em 293 amostras; para controle de qualidade da água relacionada ao Programa de Controle de Infecções Hospitalar da Rede Pública, a análise microbiológica em 71 amostras (em fase de estruturação); no controle de medicamento fitoterápicos, 532 análises em 76 amostras e no controle de medicamentos alopáticos, 2.630 análises em 268 amostras.

PRODUÇÃO E PESQUISA DE IMUNOBIOLOGICOS

O Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos — CPPI, atendeu à demanda por Antígeno de Mitsudina, Antígeno de Montenegro, Antígeno de *Cysticercus Cellulosae* e Antisoro para Sorogrupo Estreptococo Beta-Hemolítico, com o excedente da produção de 1992. Deu-se início à produção do Antígeno de Mitsudina; e encontravam-se disponível para envase 2.282 ml de Antígeno de Montenegro, bem como 11.000 ml de soro antibotrópico e anticrotálico na forma concentrada e 6.000 ml prontos para envase.

Dentro do Programa de Saúde do Trabalhador, coordenado em conjunto pelo Departamento de Programas Especiais, Centro de Epidemiologia do Paraná e Centro de Saneamento e Vigilância Sanitária, vem funcionando o Fórum Inter institucional de Saúde do Trabalhador (abrangendo a I Macro-Região de Saúde), e está sendo dado assessoramento às regionais e municípios, na execução das ações.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA CÓLERA

- Na prevenção e controle da cólera, destacam-se de janeiro a dezembro:
- a realização de pesquisa pelo LACEN do vibrião colérico, coliformes fecais e salmonella sp, em 204 amostras de hortaliças e hortifrutigranjeiros provenientes dos CEASAs de Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Cascavel;
 - a realização de exames pelo LACEN em 261 amostras para diagnóstico laboratorial do vibrião em pacientes com diarreia aguda;
 - a realização de monitoramento de esgotos sanitários, com o encaminhamento das amostras coletadas pela Vigilância Sanitária para análise pelo Laboratório da SUREHMA (1.080 análises);
 - o diagnóstico e mapeamento das principais áreas de risco nos municípios de 08 regionais, a fim de priorizar ações de nível emergencial, minimizando o risco de propagação e instalação da doença;
 - a adequação de 72 garagens e postos de combustíveis que efetuam limpeza e descarga de efluentes sanitários de ônibus advindos de áreas de risco.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA AIDS

- No que se refere aos serviços ambulatoriais e hospitalares:
- a implementação do Serviço Ambulatorial Especializado (CRE-Barão, em Curitiba) com a alocação de 01 Médica, 03 Auxiliares de Enfermagem, 01 Auxiliar de Serviço Social e retorno de 01 Psicóloga;
 - a ampliação do atendimento a pacientes em regime de Hospital-Dia, no Oswaldo Cruz — Curitiba, de 02 para 20 pacientes/dia, com 3.165 atendimentos de janeiro a dezembro;
 - a implantação de um Centro Primário de Serviços Clínicos para pessoas com DST, em Cascavel e manutenção do Secundário, em Paranaguá.

ANEXO 1

Hospitais Próprios sob Administração Direta do ISEP

1. Hospital Oswaldo Cruz — Curitiba
2. Hospital Geral do Portão — Curitiba
3. Centro Psiquiátrico Metropolitano — Curitiba
4. Hospital Colônia Adauto Botelho — Piraquara
5. Hospital de Dermatologia Sanitária — Piraquara
6. Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araujo — Lapa
7. Hospital Regional da Lapa — São Sebastião
8. Hospital Dr. Anísio Figueiredo — Londrina
9. Hospital Eulalino de Andrade — Londrina (Zona Sul)
10. Hospital Infantil Getúlio Vargas — Ponta Grossa
11. Hospital Luiza Borba Carneiro — Tibagi

Hospital Próprio sob Regime de Cogestão com Conselho Comunitário

1. Hospital Regional de Cascavel

Hospitais Cedidos/Doados a Prefeituras

1. Hospital Carolina Lupion — Jaguariaíva (Doação)
2. Hospital Bom Jesus — Castro (Ana Fiorillo Manarin) (Doação)
3. Hospital Sílvio Bittencourt Linhares — Antonina (Cedido)
4. Hospital Nossa Senhora dos Navegantes — Matinhos (Cedido)
5. Hospital Infantil Antônio Fontes — Paranaguá (Cedido) 08/01/93

Hospital Vitor do Amaral — não era próprio do ISEP, foi devolvido à UFPR.

10. JUSTIÇA E CIDADANIA

10. JUSTIÇA E CIDADANIA

A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania atuou, em 1993, como órgão público destinado especialmente a desenvolver uma política penitenciária adequada aos objetivos de custódia e recuperação dos apenados e a desenvolver ações voltadas à promoção e ao respeito das condições básicas de cidadania, seja no respeito ao indivíduo consumidor, na garantia do acesso à justiça ao carente ou no respeito aos direitos humanos e sociais.

O programa de investimentos implementado pela SEJU responde aos anseios da população e do Governo do Estado de interiorizar o Sistema Penitenciário, com a construção da penitenciária Estadual de Londrina, a ser inaugurada no dia 25 de janeiro, bem como a realização do processo licitatório para a construção da Colônia Penal Agro-Industrial de Tamarana e dos muros com guaritas e passarelas no terreno onde será construída, em 1994, a Penitenciária Estadual de Maringá.

Realização do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos, com a participação de 900 congressistas.

Em parceria com o Ministério da Saúde foi equipado o Hospital Penitenciário, concluído e inaugurado neste exercício com recursos do FAS e Tesouro do Estado.

Para compor o quadro funcional da Penitenciária de Londrina, foi realizado concurso público, selecionados 113 agentes penitenciários e 46 servidores remanejados de outros órgãos do Estado.

Objetivando melhor segurança para a população através de ampliação e melhorias na infra-estrutura carcerária e a valorização do ser humano, foram desenvolvidos programas pelas Unidades da estrutura funcional da SEJU.

CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES — CONEN —

Composto por 17 membros, entre representantes de órgãos públicos estaduais e da comunidade, reuniu-se mensalmente para traçar a política Estadual de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas.

O CONEN promoveu cursos, palestras e seminários em escolas, empresas, grupos comunitários, igrejas, grupos de jovens, clubes de serviços e outros.

Há de se destacar o curso aberto a comunidade “Módulos”, em diversos horários, de modo a permitir maior oportunidade aos interessados.

Através de convênio com o Ministério da Justiça, participa da destinação dos bens apreendidos com o tráfico de drogas.

Na área de Tratamento, o CONEN atendeu 100 famílias de usuários de drogas, incluindo menores de rua.

O CONEN atendeu mais de 3.000 pessoas, na sua grande maioria educadores.

No 2º semestre foi dado início ao projeto “Paraná Livre de Drogas”.

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ — CONPEN —

Durante o exercício de 1993 o Conselho Penitenciário realizou 172 sessões, emitiu 1.322 pareceres, sendo relatados 795 processos e 527 convertidos em diligências. Realizou 28 sessões de livramento condicional presididas pelos conselheiros e efetuou 15 visitas aos diversos estabelecimentos prisionais do Estado.

COORDENADORIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA — CODIC —

A Codic, instituída pela lei n° 9619, tem por finalidade a divulgação do verdadeiro significado da cidadania e a proposição de medidas que conduzam à preservação de seus direitos.

Visando contribuir para o resgate da dignidade, da cidadania real do cidadão paranaense, recuperando a consciência coletiva e suscitando a necessidade de participação de todos na vida da sociedade, a CODIC desenvolveu, neste período, os projetos Educar para os Direitos Humanos e Pro-Cidadania.

Partindo do princípio de que é pela sensibilização, percepção e reflexão que se caminha na direção da conscientização, a CODIC executou o projeto Educar para os Direitos Humanos, comprometendo-se com a educação do cidadão substancial, que a sociedade necessita.

Para efetivação deste projeto, a CODIC vem realizando encontros, palestras com especialistas em direitos humanos, seminários e cursos destinados a alunos do 2° e 3° graus, bem como a professores da rede pública.

PROJETO PRO-CIDADANIA

O projeto tem por objetivo propiciar à população carente, o acesso aos documentos necessários para participação efetiva na sociedade.

O Projeto Pro-Cidadania, mediante convênio com prefeituras, entidades públicas e privadas patrocinou documentação aos carentes de 90 municípios do Estado, num montante de CR\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros reais).

Também fizeram parte das atividades da CODIC, a publicação da Cartilha do Cidadão, de uma coletânea de textos sobre direitos humanos e a realização de semanas culturais em diversos municípios.

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ

Com o objetivo de proporcionar à população economicamente carente melhor atendimento jurídico, foram instaladas Defensorias Públicas em 47 municípios, através de convênios.

Constituindo uma das prioridades do governo a assistência gratuita à população carente, a Defensoria avançou, elaborando e editando o Manual

da Defensoria Pública do Paraná, distribuído às varas civis do interior e da capital, aos municípios e ainda aos cidadãos, dando total conhecimento da função, composição e atendimento jurídico ao necessitado.

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR — PROCON/PR —

Ao longo do ano de 1993, o PROCON, através da Divisão de Atendimento, registrou 24.930 atendimentos ao público e 1.580 audiências de conciliação.

Os dados de 1993 exibem crescimento acentuado da procura dos consumidores ao órgão, seja para obter informações antes do processo de compra, seja para dirimir dúvidas quanto ao cumprimento de obrigações das partes, seja para fazer valer seus direitos quando há conflito não resolvido nas relações de consumo:

Atendimentos em 1991: 13.810

Atendimentos em 1992: 14.038

Atendimentos em 1993: 24.930, destes atendimentos, a média de solução para o consumidor é de 70%, impedindo que se recorra à esfera judicial, demonstrando o efetivo resgate da cidadania aos consumidores paranaenses.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO — DEPEN —

Na efetivação de seus objetivos, os Estabelecimentos Penais desenvolveram ações para a promoção da reintegração social dos internados e o zelo pelo seu bem-estar, através da profissionalização, educação, prestação de assistência jurídica, psicológica, social, médica, odontológica, religiosa e material, bem como a prestação de assistência social aos familiares dos internos.

Em 1993, iniciando com uma população de 3.274, encerrou o exercício com 3.448 internos, sendo 3.301 homens e 147 mulheres. Com uma movimentação significativa, houve 7.020 entradas de presos nas unidades penais, enquanto que saíram 6.846 presos, considerando-se as saídas definitivas e transferências entre as unidades.

Procedeu-se à triagem e atendimento das solicitações através de cartas da “Linha Direta” implantada pelo DEPEN, recebendo todas as cartas dos internos das unidades penais e das delegacias da Capital e do interior, fornecendo informações de cunho jurídico sobre a situação processual de cada um, além de promover reuniões com familiares de internos, esclarecendo dúvidas sobre o cumprimento de penas, progressões e direito a benefícios.

Estão em fase de elaboração os projetos de implantação do processo de licitação dos muros para a construção da Penitenciária Estadual de Maringá, bem como dos projetos de complementação da Colônia Penal Agro-Industrial de Tamarana.

Foram realizadas diversas obras de melhorias e serviços de reparos nos estabelecimentos penais, dentre as quais destacam-se:

- a) Penitenciária Central do Estado.
- b) Colônia Penal Agrícola do Paraná:
- c) Penitenciária Feminina do Paraná:
- d) Complexo Médico-Penal do Paraná:
- e) Prisão Provisória de Curitiba:
- f) Centro de Observação Criminológica e Triagem:
- g) Penitenciária Estadual de Londrina: execução das obras complementares e início da instalação dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

A divisão de Educação, em 1993, atendeu a 826 internos, sendo: 215 alfabetizados, 245 internos nas 1ª à 4ª séries, 240 internos nas 5ª à 8ª séries do 1º grau e 126 internos no 2º grau.

Na implementação das ações de ocupação da mão-de-obra dos internos, levada a efeito através das Divisões Ocupacionais e de Qualificação e Seções de Produção e Laborterapia existentes nas unidades prisionais, foram firmados 43 convênios para a utilização da mão-de-obra dos internos, sendo 8 com órgãos públicos e 36 com empresas privadas.

Em 1993 foram registrados 158 canteiros de trabalho, sendo em média 80 canteiros de manutenção, 26 de produção, 26 de serviços por convênios e 20 de artesanato, ocupando o total de 2.631 internos, resultando em uma taxa de ocupação de 88%.

Foi implantado o “Projeto de Ressocialização do Interno” através da profissionalização, sendo firmado Protocolo de Intenções com cerca de 15 entidades prestadoras de serviços, sindicatos, associações, federações e entidades de classe, resultando na realização de 27 cursos de profissionalização, atendendo a 427 internos.

Dentre as medidas de racionalização e controle da área de suprimentos e nutrição, foi acompanhada a execução dos cardápios implantados nas unidades penais, sendo realizada a adequação, análise química, cálculo do custo e o controle de estoque dos gêneros alimentícios, além do treinamento dos internos sobre as normas e procedimentos de higiene e armazenamento, preparo e cocção dos alimentos.

Foram elaborados os projetos da “Centralização das Unidades de Alimentação do Complexo Penal de Piraquara”, “Aplicação de dietas no Hospital Penitenciário” e “Projeto de avaliação Nutricional na Creche da PFP”.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

— DIOE —

A atual gestão se empenhou na recuperação financeira do órgão que, apesar de ter um excedente de liquidez, apresentava uma queda no faturamento que chegou, em 1991, a 32%, dos quais 50% na área de produção gráfica e 14% no setor de anúncios (publicações Diários). O DIOE desenvolveu um projeto de informatização para atender a área administrativa, com a finalidade de dotá-la de equipamentos para acessar os diversos sistemas referentes

à base de dados corporativa do Estado, como: orçamento, contabilidade, administração de pessoal (pagamento integrado), administração de bens imóveis, entre outros; e na área de produção, visando, agilizar e modernizar a montagem dos jornais, livros, periódicos e trabalhos mais sofisticados, bem como a produção de fotolitos em preto e branco e a cores, através da computação gráfica. Este projeto foi desenvolvido em conjunto com a Companhia de Processamento de Dados do Paraná — CELEPAR, e com o assessoramento de técnicos na área de editoração eletrônica da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo — IMESP, através de intercâmbio técnico.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

No exercício de 1993, teve destaque o Plano de Informatização da JUCEPAR, modernizando os serviços.

Com a automação foram saneados 227.000 documentos de Sociedades de Economia Mista para serem microfilmados.

Foi criado o Setor de Controle para acompanhar e registrar os processos dentro da Junta, permitindo ao usuário um serviço de atendimento por telefone, além de maior segurança e confiabilidade nos trâmites dos processos.

O movimento de processos em 1993, envolvendo registros e arquivamento por tipo jurídico, foi o seguinte:

- 32.467 constituições;
- 30.498 alterações;
- 1.618 cancelamentos.

No tocante, a microempresa foram registrados 2.201 enquadramentos e 107 desenquadramentos.

Foram ainda executadas 76.652 atividades de protocolo, 70.501 arquivamentos, 9.528 exigências, 56.714 certidões/buscas e 52.647 livros autenticados.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ — IPEM/PR —

O IPEM/PR atuou em 1993 na supervisão, coordenação e controle dos serviços relacionados à aferição e fiscalização de pesos e medidas. Executou aferições periódicas, eventuais em medidas de instrumentos de medir e pesar, e fiscalização quantitativa em produtos pré-medidos.

Na área de Qualidade Industrial, realizou serviços de inspeção e certificação de veículos e equipamentos, destinados ao transporte de produtos perigosos.

Executou serviços de informação, orientação e legislação a empresários e consumidores.

Em 1993, o IPEM/PR executou aferições em 99.104 instrumentos, sendo 2.084 lavrados.

11. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

11. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

A Secretaria do Trabalho e Ação Social é o órgão responsável pela orientação técnica especializada, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades concernentes aos setores do trabalho, do desenvolvimento comunitário e da ação social. A sua estrutura organizacional contempla as ações em três áreas distintas porém interligadas entre si, possibilitando uma ação integrada nos eixos de assistência social, trabalho e desenvolvimento comunitário.

A partir da segunda metade do exercício anterior, iniciou-se o reordenamento programático das ações, incentivando as entidades não-governamentais à auto-suficiência, instrumentalizando-as para o pleno atendimento das respectivas populações-alvo, sem a dependência econômica de instituições estatais. Por outro lado, ajustando as atividades de responsabilidade governamental voltadas para as crianças, adolescentes, idosos, deficientes e populações socialmente marginalizadas.

Ocorre que, para desencadear esse processo, foi necessário um esforço de toda a equipe, no sentido de diagnosticar a situação sócio-econômica das regiões do Estado, para a definição das estratégias de atuação voltadas à implantação do novo modelo.

As dificuldades enfrentadas no exercício, notadamente as de ordem orçamentário-financeira do Tesouro Geral do Estado, acarretaram a necessidade de captação de recursos externos. Nesse sentido, foram intensificados os contatos com órgãos federais no decorrer do ano, culminando com a assinatura de sete convênios, no valor total equivalente a 600 mil dólares.

No mês de outubro foi celebrado convênio com o Ministério do Bem Estar Social/Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência — CBIA, com a finalidade de prestar atendimento a crianças e/ou adolescentes, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em novembro, foi assinado o convênio com o Ministério do Trabalho, para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua, com vistas à execução das atividades inerentes à operacionalização do Programa Seguro Desemprego, por intermédio do Sistema Nacional de Emprego, no Paraná — SINE/PR.

Outros projetos apoiados foram:

- Programa do Artesanato Brasileiro
- Programa do Artesanato Paranaense
- Construção, Conclusão, Ampliação e Equipamento de Centros Comunitários
- Capacitação e Qualificação de Agentes Sociais
- Documentação e Divulgação em Desenvolvimento Comunitário.

Além desses convênios, foi firmado acordo de cooperação técnica com o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, voltado ao desenvolvimento de políticas e programas para melhor conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Independente da fonte de recursos, as realizações da SETA desenvol-

veram-se no sentido de consolidar o reordenamento programático proposto no exercício anterior.

Na área de assistência social, através do Programa Meu Irmão, foram executados os sub-programas Clube do Irmão Caçula, Irmão Aprendiz, Irmãozinho, Estadual de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência, Irmão do Futuro e Irmão Maior. Além desses programas, destacam-se ações como o reordenamento institucional da FASPAR, com a readequação das competências dos níveis federal, estadual e municipal e o estabelecimento de indicadores para a definição de intervenções e/ou apoio a programas desenvolvidos fora do âmbito do Governo do Estado.

Na área do trabalho, as ações desenvolveram-se através de programas voltados à capacitação de mão-de-obra, reciclagem profissional, ao fortalecimento do movimento sindical, à melhoria das condições de trabalho, proteção à saúde e qualidade de vida, promoção do artesanato através da conscientização de sua cidadania e de valorização de sua profissão, apoio ao desenvolvimento do mercado formal e informal de trabalho e formação política e cultural dos trabalhadores.

Na área comunitária, destacam-se as ações voltadas ao planejamento de assentamentos rurais no Estado, a melhoria da qualidade de vida da população carente, através do Programa Caixa D'Água, o financiamento de construções e equipamentos para pequenas comunidades, através do Banco do Brasil (FUNDEC) e o apoio aos movimentos populares.

1. ÁREA SOCIAL

1.1. PROJETO CLUBE DO IRMÃO CAÇULA

Foram repassados recursos para a implantação do programa, beneficiando oito municípios do Estado, após diagnóstico nos locais para definição e aprovação dos projetos.

1.2. PROJETO IRMÃO APRENDIZ

Dentro do Projeto Irmão Aprendiz foram realizadas atividades de assessoria a municípios e unidades sociais oficiais, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da ação programática, reuniões com as unidades sociais oficiais que desenvolvem ações de preparo e/ou colocação profissional, contatos com o SINE/PR, SEED, coordenadorias da área do trabalho da própria SETA e outros, buscando subsídios para uma ação conjunta.

1.3. PROJETO IRMÃOZINHO

Além da elaboração da proposta pedagógica, a equipe técnica do projeto elaborou e aplicou uma pesquisa de opinião sobre adoção, visando a obtenção de dados que possam nortear as ações de sensibilização da população com relação às questões pertinentes à colocação em família substituta.

Foram realizados contatos com o Juizado da Infância e da Juventude para discutir o Programa e garantir a qualidade técnica para os encaminhamentos, visando maior agilização dos processos das crianças e adolescentes institucionalizados.

1.4. PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Além da definição do conteúdo programático deste sub-programa, foram cadastradas entidades que prestam atendimento a portadores de deficiência, fez-se contato com órgãos governamentais e não-governamentais que apoiam ou desenvolvem programas voltados à esta clientela, bem como, acompanhamento e assessoramento sistemático às unidades sociais oficiais.

1.5. PROGRAMA IRMÃO DO FUTURO

Na área de proteção especial destacou-se o programa voltado ao adolescente em processo infracional.

Foi elaborado o projeto do Plantão Interinstitucional, reunindo no mesmo local, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Segurança Pública e Assistência Social e Defensoria Pública para o atendimento ao adolescente infrator, sendo iniciada a reforma e adequação do local, atual CEDIT, preparando-o para receber o novo programa até março de 1994.

Junto ao Plantão Interinstitucional funcionará a Internação Provisória, um programa de atendimento sócio-educativo ao adolescente, a quem se atribui a autoria de ato infracional, antes da proclamação da sentença, por um período de até 45 dias, com a finalidade de elaborar um laudo técnico que subsidie as autoridades judiciárias.

A internação provisória terá uma capacidade de atendimento para 35 adolescentes do sexo masculino e 10 do sexo feminino.

Destaca-se, ainda, a reestruturação das diretrizes pedagógicas do Educandário São Francisco, bem como, reforma e ampliação do espaço físico.

No Centro de Formação Profissional de Campo Comprido, implantou-se o programa de atendimento ao adolescente autor de infração penal em regime aberto. Implantou-se também 3 Casas de Apoio para atendimento destes adolescentes que não possuem vínculo familiar.

Esta mesma unidade também celebrou convênio com a SEED para implantação do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo — NAES. Na cidade de Londrina o SETREM — Serviço de Triagem e Encaminhamento do Menor, localizado no 2º Distrito Policial da Cidade, foi reestruturado com a reforma do espaço físico, ampliação da equipe técnica e respectivo treinamento para atender adequadamente os adolescentes e crianças carentes e infratores, que diariamente passam pelo serviço.

Foi implantado, também, a Casa do Irmão do Futuro, (internamento provisório) com capacidade para atendimento de até 12 adolescentes com infrações leves onde são preparados para o engajamento em programas e/ou

recursos comunitários existentes na área de abrigo, ensino e profissionalização.

Foi inaugurada a Casa do Irmão do Futuro, em Ponta Grossa, contemplando o programa de internação provisória para estudo de caso dos adolescentes infratores e preparação para encaminhamento aos programas da comunidade, com capacidade para atendimento de 12 adolescentes.

O SETREM foi implantado no 13º Distrito Policial com atendimento aos adolescentes feito pela mesma equipe técnica da Casa do Irmão do Futuro.

Iniciou-se, através do PROVOPAR/PR, a construção da Escola Oficina de Foz do Iguaçu, que será destinada ao atendimento de até 60 adolescentes infratores, privados de liberdade por medida judicial, da macrorregião oeste do Estado, sob a coordenação da FASPAR. A obra deverá ser inaugurada em março de 1994.

1.6. PROGRAMA IRMÃO MAIOR

A elaboração do Programa Irmão Maior, o detalhamento dos Projetos que o constituem (Conviver, Casas-Lares, Mídia, Universidade) e a apresentação aos Núcleos Regionais da SETA, foram as etapas de concepção e ajuste.

Firmou-se convênio com a Universidade Estadual de Ponta Grossa com vistas à realização do Curso Universidade Aberta para a Terceira Idade, com o propósito da valorização do idoso e de sua atualização cultural.

2. ÁREA DO TRABALHO

2.1. CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Foram realizados no exercício, 78 cursos, beneficiando 1.288 trabalhadores. Participaram desta atividade instituições como SENAI, CEFET, Associação Comercial e Industrial, SINE/PR e outros, no sentido de diagnosticar a real demanda do mercado de trabalho e a viabilidade econômica por região.

2.2. CURSOS DE RECICLAGEM PROFISSIONAL

Foram selecionados, para atendimento, 105 cursos de capacitação de mão-de-obra realizados por instituições que tiveram suas propostas aprovadas por processo licitatório, beneficiando 2.100 desempregados.

2.3. APOIO SINDICAL

O Programa de Apoio Sindical tem por objetivo o fortalecimento do Movimento Sindical Paranaense. A SETA, em parceria com o Movimento Sindical, promoveu 19 cursos para lideranças e militantes de base, atendendo 856 trabalhadores, prestou assessoria a diversas entidades e participou de vários movimentos apoiados pelos trabalhadores, entre os quais assembléias, atos públicos, congressos, etc.

Foram assinados convênios com o DIEESE, FETRACONSPAR e Força

Sindical, para a promoção de cursos de formação sindical em parceria.

2.4. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Este Programa foi reativado com o objetivo de contribuir no processo de organização dos trabalhadores, na perspectiva pedagógico-educativa, visando a melhoria das condições de trabalho, proteção à saúde e elevação da qualidade de vida.

Durante o ano de 1993, foram desenvolvidos 10 seminários/eventos, em parceria com o movimento sindical, cujos temas versaram sobre as condições de trabalho, CIPAs, meio ambiente e saúde e segurança no trabalho.

2.5. DISQUE TRABALHADOR

Diante da constatação de que os trabalhadores em geral deparam-se no seu dia-a-dia com uma série de dúvidas que vão das questões mais simples até as de maior complexidade, foi criado o programa “Disque Trabalhador” com o objetivo de oferecer um serviço especializado, gratuito e de fácil acesso para prestar informações de interesse dos trabalhadores, encaminhá-los para os órgãos aptos a solucionar seus problemas e orientá-los sobre os canais e instrumentos de luta para assegurar seus direitos.

O Programa foi inaugurado oficialmente no dia 1º de maio, com a instalação dos telefones 252-0141 (capital) e 800-0141 (interior) e amplamente divulgado através de cartazes, panfletos e calendários, que foram distribuídos aos sindicatos e órgãos oficiais e ao público em geral.

2.6. PROGRAMA DO ARTESANATO PARANAENSE

O Programa do Artesanato Paranaense, instituído através do Decreto nº 722, de 23.09.91, tem a finalidade de fomentar iniciativas que visem à promoção do artesão através da conscientização de sua cidadania e da valorização de sua profissão.

Outro fato a destacar é a continuidade da Loja do Artesanato, que vem atraindo turistas, garantindo dessa forma a comercialização dos produtos dos artesãos do Paraná.

O Programa do Artesanato Paranaense também cadastrou neste ano cerca de 353 novos artesãos, ampliando a sua área de abrangência.

2.7. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO MERCADO FORMAL E INFORMAL DE TRABALHO

O Sistema Nacional de Emprego — SINE/PR passou, neste ano de 1993, por uma profunda reestruturação mantendo, porém, suas características essenciais, de acordo com as normas do Sistema Nacional de Emprego — MTb e resoluções do CODEFAT.

Neste sentido, foram assinados pela Secretaria do Trabalho e Ação

Social, através do SINE/PR, 34 Termos de Cooperação Técnica com Prefeituras, Associações Comerciais e Industriais e Sindicatos de Trabalhadores.

O SINE/PR, encerrou o ano com 56.250 trabalhadores cadastrados, dos quais 40.808 foram encaminhados para emprego, sendo que, por razões diversas, como falta de qualificação profissional, de experiência anterior, distância de moradia, salários baixos, etc., foram colocados no mercado de trabalho 10.654 trabalhadores desempregados.

Estão prontas para serem inauguradas 5 novas agências em Jacarezinho, Colombo, Guaíra, Pinhão e Telêmaco Borba. Com estas, o número de agências novas este ano chega a 17.

O Serviço de atendimento ao requerente do Seguro Desemprego vem sendo reativado em todas as agências.

Foram atendidos 68.253 trabalhadores através de consultas, orientações básicas, correção de informações e outros. Em relação ao Serviço de Informações sobre o Mercado de Trabalho, foram produzidos 330 exemplares da Pesquisa Salarial, 11 de Estatísticas Mensais de Emprego, 450 de Informes Conjunturais de Emprego, 100 de Oferta e Demanda de Recursos Humanos e 13.500 de Conjuntura do Emprego Formal, totalizando 14.391 exemplares.

2.8. UNIVERSIDADE POPULAR DO TRABALHO — UPT

As ações realizadas em 1993 pela Universidade Popular do Trabalho — UPT concentraram-se cada vez mais em torno dos programas “Uso do Espaço Democrático” e “Formação Política e Cultural dos Trabalhadores Paranaenses”. A partir destes, desenvolveram-se ações relacionadas às necessidades da estruturação organizacional exigida pelas dificuldades constatadas no quadro institucional do Estado e do País.

O Programa uso do Espaço Democrático apresentou uma média mensal de 25 eventos, com a presença de 2.200 participantes e 815 horas. São significativos os dados referentes ao público usuário, dentre os quais destacam-se, pela ordem, os eventos realizados pelo movimento popular, sindical e órgãos oficiais, responsáveis, respectivamente por 27%, 24% e 22% do total de eventos, restando em menor escala 7% para eventos da própria UPT, 4% para os diversos partidos políticos do Estado e os restantes 16% para eventos diversos.

Independente do segmento do movimento social do Estado, confirmou-se mais uma vez a combinação de eventos de caráter local, estadual, nacional e internacional.

Dentre os órgãos, consolidou-se a integração com a SEED, através do CETEPAR e de outros departamentos. Efetivou-se ao longo do exercício a integração com o CIOFF, da UNESCO, através de sua representação no Paraná.

No âmbito dos movimentos sociais, grande ênfase foi atribuída aos diversos componentes do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres, os quais realizaram cerca de um terço dos eventos do conjunto do Movimento Popular do Estado.

Devem ser ressaltados os eventos realizados por várias igrejas e denominações religiosas, assim como, de várias federações de esporte amador, as quais, integrando-se ao longo do exercício, representaram expressiva ampliação nas próprias áreas de atuação da UPT.

Deve também ser ressaltada a distribuição relativamente homogênea do uso do espaço democrático pelo diversos segmentos do Movimento Social do Estado, o que expressa a já ampla e diversificada inserção da UPT em função da conduta efetivamente pluralista e democrática, em absoluto respeito à autonomia e independência das entidades usuárias, que vem sendo observada desde a sua inauguração.

3. ÁREA COMUNITÁRIA

3.1. PROGRAMA DE ASSENTAMENTO RURAL

- Projeto de Assentamento Fazenda Vitória — Município de Lindoeste
- Projeto de Assentamento Fazenda Cielito — Município de Lindoeste
- Projeto de Assentamento Cascata — Município de Pitanga
- Projeto de Assentamento Novo Paraíso — Município de Pitanga
- Projeto de Assentamento Jaral — Município de Cantagalo
- Área de pesquisa — Município de Cantagalo

3.2. PROGRAMA CAIXA D'ÁGUA

O programa objetiva a implantação, em parceria com as prefeituras municipais, de caixas d'água em residências de famílias carentes e previamente cadastradas. É um programa voltado à prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida do usuário.

3.3. PROGRAMA FUNDEC

Desenvolvido através de convênio com o Banco do Brasil/S.A., objetiva o desenvolvimento de dados rurais de mini e pequenos agricultores, com financiamento de construções e equipamentos a juros subsidiados. O convênio abrange todo o Paraná e estão sendo trabalhadas mais de 50 comunidades.

3.4. PROGRAMA DE APOIO AOS MOVIMENTOS POPULARES

Este programa subdivide-se em dois projetos: Cadastramento das Entidades Populares do Estado, iniciado em 1992 e à disposição do público em geral, e Formação de Lideranças que, através dos dados obtidos pelo cadastro, organiza cursos para as lideranças comunitárias, visando o fortalecimento das associações de moradores. Foram realizados 23 cursos no interior.

12. SEGURANÇA PÚBLICA

12. SEGURANÇA PÚBLICA

O indivíduo, ser gregário que é, vem sofrendo diretamente as influências do crescente progresso nas áreas tecnológicas, industrial e de urbanização, que concorrem determinadamente para as progressivas e insaciáveis necessidades do homem. Os grandes centros urbanos crescem em desalinho, provocando o desajuste social, reduzindo infinitamente, para muitos, as oportunidades de licitamente suprirem as necessidades básicas de sobrevivência digna, levando inevitavelmente o indivíduo ao desequilíbrio psíquico e à prática de ações deletérias.

O crime surge, então, como atividade lucrativa, tendo os marginais, organizado-se, formando bandos ou quadrilhas, desenvolvendo técnicas sofisticadas, além de dispor de avançados e vastos recursos materiais, muitas vezes não alcançados pelos organismos policiais.

Diariamente recebemos avalanches de notícias inquietantes de delitos praticados, seguidos de violência, cujos índices, em geral, são alarmantes em todo o País.

A comunidade, diante de tal quadro, está a exigir dos órgãos responsáveis pela segurança pública medidas urgentes de proteção, cujo clamor não se pode mais protelar.

Governar hoje à nível federal, estadual ou municipal é sinônimo de administrar uma crise muito complexa e estabelecer prioridades em áreas onde quase tudo é prioritário.

A polícia é um dos ramos da administração pública que mais recebe críticas e, de certa forma, é natural que isto aconteça, pois ela intervém em situações que envolvem conflitos de interesses, bem com pela sua amplitude e abrangência de atuação no meio social.

Pode-se afirmar, com segurança, que a polícia não lida com as causas da criminalidade, mas com seus efeitos. As causas lhe escapam e são várias.

A qualidade do trabalho policial depende quase que exclusivamente da disponibilidade de pessoal, do padrão intelectual, do treinamento e formação profissional e dos meios materiais disponíveis.

Produzir e distribuir serviços de segurança pública no Estado do Paraná é tarefa difícil de incumbência da SESP.

A SESP, no ano de 1993, através de suas unidades, manteve novamente os quantitativos de incidência criminal sob controle, não se observando, por auspicioso, a crescente escalada da violência e da criminalidade que se espalha nas grandes cidades do País.

No ano de 1993, deu-se continuidade ao processo de reequipamento das polícias civil e militar, bem como grande número de obras foi concluído, além de reparos, adaptações, reformas, manutenção e conservação.

Foram implantados 48 novos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado. Atualmente, existem instalados e funcionando 165 Conselhos no interior do Estado e 07 Conselhos na Capital, perfazendo o total de 172.

Através da formação, da especialização, do aperfeiçoamento e da reciclagem de 455 policiais, o contingente policial está sendo treinado, onde se

prima pelo domínio de técnicas táticas e de conhecimentos especializados, para execução eficaz do serviço policial.

Entretanto, a eficácia da polícia, além do elemento humano, depende de instrumentos de trabalho modernos e infra-estrutura de apoio, que lhe permitam aumentar a produtividade.

Por assumir significativa relevância no campo policial, o posicionamento geográfico do Paraná, como polo de convergência e com obrigatório fluxo e refluxo de migrantes, inclusive malfeitores, a prevenção delitiva é executada mediante a metodologia de ação mais conveniente.

A obstinada atividade operacional preventivo-repressiva, que se desenvolve no Estado, mercê de operações conjugadas de amplo aspecto, coordenadas pela SESP, têm minimizado a ação deletéria do crime organizado, e, em consequência, afastado suas rotas de influências para além divisas. Igualmente a resultante dessas atividades conjuntas sobre o indivíduo criminoso isolado reflete-se no desestímulo ao porte ilegal de armas, certamente um perigoso predisponente ao crime.

De outro lado, a atividade de polícia judiciária, nas informações qualificativas à Justiça Criminal, sobre os crimes não evitados, concorreu para a instauração de 33.858 inquéritos policiais, participando decisivamente para a responsabilização penal de milhares de indiciados, observando-se que os diversos órgãos de polícia científica elaboraram 75.431 exames periciais e o Instituto de Identificação expediu 362.727 documentos.

Constatou-se ainda, que foram atendidas mais de 700.000 ocorrências pelos organismos policiais.

Principais realizações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no período de Janeiro a Dezembro de 1993.

1. POLÍCIA CIVIL

1.1. VIATURAS

Foram adquiridas as seguintes viaturas com recursos do FUNRESPOL:

- 100 (cem) FIAT UNO
- 35 (trinta e cinco) FIAT ELBA
- 80 (oitenta) KADETT

1.2. AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES:

- Fuzis semi-automáticos marca EMBEL 06 Unid.
- Central de PABX para D.P.C. — 18 linhas 01 Unid.
- Rádios móveis 198 Unid.

1.3. PESSOAL

- Foram nomeados 32 Delegados de Polícia;
- Foram nomeados 284 (duzentos e oitenta e quatro) policiais civis,

- sendo: 145 na formação técnica de Escrivão de Polícia e 139 na formação técnica de Investigador de Polícia;
- Policiais civis formados e treinados (reciclagem), num total de 171 (cento e setenta e um);
 - Reciclagem p/ vigilantes, técnicas de segurança para condutores de táxi, curso de formação de vigilantes e outros, num total de 904'.

1.4. OUTRAS REALIZAÇÕES

- Através do Instituto de Identificação foram emitidos 362.727 documentos, como:- 1ª e 2ª vias de identidade, atestados, cédulas com retificação, etc.
- O Instituto de Criminalística emitiu 10.981 laudos periciais diversos, como: exames de local de morte, exames de local de incêndio, exames de local de danos, etc.
- O Instituto Médico Legal procedeu a 64.450 exames diversos, como: lesões corporais, cojunção carnal, exumações, necrópsia, dosagem alcoólica, etc.
- O Departamento da Polícia Civil instaurou 33.858 inquéritos policiais e autos de prisão em flagrante de diversos delitos, na Capital e interior do Estado.

2. POLÍCIA MILITAR:

2.1. VIATURAS E EQUIPAMENTOS

AQUISIÇÕES: (FURESTAM — SESP — DEAM e BANESTADO)
relação em anexo.

2.2. OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA PMPR:

- 2.2.1. Pelo Comando do Policiamento da Capital: 26.986 ocorrências (com relação ao ano anterior, houve um acréscimo de 35% no número de atendimentos pelo C.P.C).
- 2.2.2. Pelo Comando do Policiamento do Interior: 840.388 ocorrências (incluídas, neste ano, todas as informações referentes à tipicidade de atendimentos realizados pelo C.P.I.).

2.3. PELO CORPO DE BOMBEIROS:

Princípios de incêndio, incêndios em veículos, explosões, risco de vida de pessoas e animais, desabamentos, alagamentos, etc.

CAPITAL.....	3.615 ocorrências
INTERIOR.....	6.700 ocorrências

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES PARA A PMPR

— ANO 1993

1. AQUISIÇÕES PELO FUNRESTRAN — RECEBIDOS

Especificação	Quantidade
Fiat Uno sem cela	065
Chevete sem cela	012
Fiat Elba sem cela	012
Chevrolet Ipanema com cela	005
Fiat Uno — descaracterizado	006
Chevrolet Veraneio sem cela	005
Edra — Pick-Up 4x4	002
Agrale — VTR auto-comando para BPTran	001
Motocicleta Honda 450 cc	030
Rádio VHF/FM para moto Honda 450 cc	030
Rádio VHF/FM móvel	150
Rádio VHF/FM portátil	030
Revólver cal. 357 Magnum	856
Algemas de aço	500
Colete à prova de tiro	200
Colete refletivo	370
Cassetete elétrico	030
Lanternas para sinalização	270
Capas de chuva	500
Escudo para controle de tumulto	150
Equipamento ar condicionado para Copom	diversos
Micro impressora para Copom	diversos
Equipamento de informática	diversos

2. AQUISIÇÕES PELO FUNRESTRAN — AGUARDANDO ENTREGA

Especificação	Quantidade
Fiat Uno para o Corpo de Bombeiros	010
Agrale — VTR auto-comando para Cia. P. Chq.	001
Ônibus tipo urbano	001

3. AQUISIÇÕES PELA SESP — RECEBIDOS

Especificação	Quantidade
Chevette sem cela	127
Fiat Elba sem cela	005
Kombi sem cela	090
Chevrolet Kadett sem cela	050
Toyota Pick-Up 4x4	005
Moto Honda CBX 150 cc	140
Rádio VHF/FM móvel	090
Rádio VHF/FM portátil	140
Telefone celular	100
Capacete para motociclista	280
Jaqueta de couro para motociclista	280
Óculos para motociclista	280
Luvras de couro para motociclista	280
Cartuchos cal. 38	31.000
Cartuchos cal. 357	12.000
Cartuchos cal. 7.65	1.500

4. AQUISIÇÕES PELO DEAM — RECEBIDOS

Especificação	Quantidade
Chevrolet Veraneio sem cela	005
Capacete para motociclista	090

5. AQUISIÇÕES PELO DEAM — AGUARDANDO ENTREGA

Especificação	Quantidade
Kombi sem cela	045
Moto Honda 125 cc	090
Rádio VHF/FM portátil	090
Rádio VHF/FM móvel	045
Telefone celular	045
Jaqueta de couro para motociclista	360
Luvras de couro para motociclista	360

6. RECEBIDO DO BANESTADO

Especificação	Quantidade
Chevrolet Ipanema sem cela	150

7. A SER ENTREGUE PELO BANESTADO

Especificação	Quantidade
Rádio VHF/FM móvel	150

13. POLÍTICA HABITACIONAL

13. POLÍTICA HABITACIONAL

A questão habitacional brasileira carece ainda de uma política habitacional séria e conseqüente por parte das autoridades federais, em 1993 não foi diferente com o governo federal completamente ausente do encaminhamento de soluções para esta importante questão, marcada no âmbito nacional pelas dramáticas conseqüências da constatação da falência do SFH e a confirmação das denúncias do superfaturamento das obras financiadas com recursos do FGTS, por auditorias do Tribunal de Contas da União e da Caixa Econômica Federal.

Apesar desta situação, o governo do Estado do Paraná, consolidou e incrementou mais ainda a abrangência do Programa Casa da Família.

O Programa Casa da Família, fundamentado na parceria entre o governo do Estado do Paraná através da SEPH/COHAPAR, Prefeituras Municipais e a população, iniciado em 1991, viabilizou até agora a execução de moradias, entre concluídas e em execução, para 39.449 famílias, representando um investimento de 14.471.895 UPFs, atendendo aproximadamente a 200.000 pessoas de 163 municípios, em 569 conjuntos habitacionais.

O Programa iniciou construindo casas com 44 m²; em 1992 passou a oferecer casas com 48 m² e em 1993 construiu casa com 52 m², em alvenaria, 3 quartos, sala, copa, cozinha, banheiro e varanda, com forro, cobertura em telha de barro, a um custo de 420 UPFs a unidade, com uma prestação de, no máximo, 20% do salário mínimo, destinadas às camadas mais carentes da população do Paraná, isto é, à família com renda até 3 salários mínimos.

Pelo que podemos constatar de outros programas estaduais de habitação desenvolvidos, podemos afirmar que o Paraná, através do Programa Casa da Família, constroi a maior, a melhor e a mais barata casa popular do Brasil.

Em 1993, mediante convênio entre a SEPH/COHAPAR, a Secretaria de Estado da Educação e a Banestado S/A Crédito Imobiliário, foi implementado o Projeto Professora Maria Augusta, objetivando a construção de casa própria aos professores da rede pública estadual. O projeto prevê o envolvimento direto do interessado, sendo ele próprio o administrador da construção de sua casa, através do sistema autoconstrução em lote próprio. Os projetos técnicos das casas, memorial descritivo, assessoria e orientação na execução da obra são fornecidos pela COHAPAR, com unidades de 63 e 83 m².

NO ANO DE 1993, FORAM ALCANÇADOS OS SEGUINTE
OBJETIVOS, DENTRO DO PROGRAMA CASA DA FAMÍLIA

	1993	1991/1992/1003
Municípios conveniados	59	263
Número de unidades conveniadas	8.830	39.449
Número de convênios assinados (= n° conj. habitacionais)	64	569
Valor conveniado	3.772.170 UPFs	14.471.895 UPFs
Unidades concluídas	7.478	16.369
Unidades em projeto	33.295	

Unidades em construção, com recursos da CEF, nos subprogramas “Lotes Urbanizados” e “Cesta Básica de Materiais de Construção:”

Número de unidades: 192;

Número de conjuntos habitacionais: 5;

Número de municípios: 1.

14. CULTURA

14. CULTURA

SEEC: compromisso com a democratização da cultura

Dentro de sua missão institucional de propiciar, na esfera da atuação estatal, condições para o desenvolvimento cultural do Estado, a Secretaria da Cultura, a par de um conjunto de atividades habituais — algumas delas de expressiva repercussão — no campo da música, do teatro, da dança, das artes plásticas, da editoração, do patrimônio cultural e natural, da pesquisa e documentação, acentuou, em 1993, duas grandes propostas, ambas em estreita parceria com os municípios paranaenses: as *Oficinas Integradas de Cultura* e o projeto *O Paraná da Gente: Terra, História e Memória*, sem falar na edição de mais cinco números do Jornal *Nicolau*, iniciativa inédita no País, que vem sendo mantida pelo Governo do Paraná e que, em março, atingirá seu quinquagésimo segundo número.

Fundadas no princípio democrático que perpassa a ação do Governo do Paraná, as *Oficinas Integradas de Cultura* buscam difundir técnicas de produção cultural, normalmente de difícil acesso a largos segmentos da população e, em especial, nos centros interioranos, cuja rica potencialidade é de hábito sufocada pelo dramático processo de exclusão que vem caracterizando estruturalmente a sociedade brasileira. As *Oficinas* envolveram praticamente todos os setores da SEEC, numa extensa ação coordenada, que levou a 111 municípios do Estado — respeitando a demanda de cada um deles — cursos teóricos e práticos de artes plásticas, artes gráficas, expressão corporal, teatro de bonecos, interpretação teatral, circo, bandas e fanfarras, regências e coral, folclore, dança, coral infantil, patrimônio cultural, direção teatral, análise de textos, vídeo, fotografia, musicalização, literatura, figurinos, adereços, maquiagem, violão e viola.

O projeto *Paraná da Gente: Terra, História e Memória* é uma tentativa de levantar, com apoio de inúmeros órgãos estaduais e municipais, de forma rápida, simples e objetiva, o patrimônio cultural de cada município, com seus desdobramentos no campo do patrimônio natural, arquitetônico, documental, de objetos representativos e manifestações populares. Um processo essencialmente participativo envolvendo, além das instituições públicas, a própria comunidade, cujos membros não-iniciados nas técnicas de inventário, utilizam seus dotes de sensibilidade e vivência concreta nas questões da história e memória locais.

Tal processo amplamente participativo, de levantamento de discussões locais e regionais, gerador de significativos saldos educativos em todas as suas fases, levará, até o final do primeiro semestre de 1994, ao levantamento e apropriação por meio eletrônico, das principais questões do patrimônio cultural de cerca de 50% dos municípios paranaenses. A primeira fase do projeto — de desencadeamento — encerrou-se com o treinamento de 457 coordenadores locais e pesquisadores de 183 municípios do Estado. Um minucioso levantamento local de bens e manifestações culturais ocorrerá de janeiro

a abril de 1994, seguido de seminários regionais para exame e classificação do material coletado, que ocupará o período a partir de maio. O cadastramento será realizado em conjunto com o IPARDES.

Com o projeto *O Paraná da Gente: Terra, História e Memória* a SEEC pretende contribuir para o saudável mergulho das comunidades paranaenses nos rastros de sua própria história, favorecendo, com isso, a busca, o exame e a fundamentação de um percurso histórico-cultural essencial para a consolidação da identidade paranaense. Especialmente num país como o Brasil, onde as invasões culturais forâneas — no quadro de um processo de subordinação política, econômica, social e cultural — tendem a asfixiar o nacional, o típico, o genuíno, a corromper as raízes, a iniciativa da SEEC é vigoroso estímulo à manutenção da dignidade cultural do povo paranaense.

O Jornal *Nicolau*, lançado pelo Governo do Paraná em 1987, firmou-se como o único periódico litero-cultural brasileiro na sua faixa de atuação. Publicação estatal, foi beneficiada por uma vocação visceralmente democrática do Governo do Paraná, que a isenta de qualquer espécie de censura ou atrelamento, livrando-a de se tornar porta-voz de conveniências político-partidárias e eleitorais. Mantém independência e qualidade, respeita rigorosamente o pluralismo ideológico e das manifestações culturais do Estado do País. Suas páginas abrigam a palavra de personalidades díspares, mas todas qualificadas, razão pela qual angariou significativa respeitabilidade local, nacional e em importantes círculos culturais do exterior. Não é por menos que sua redação recebe a média de 25 cartas por dia.

Na perspectiva de, tanto quanto possível, fomentar a circulação cultural, a SEEC, através do Teatro Guaíra, executou o projeto *Teatro para o Povo*: 160 produções, realizadas semanalmente nos três auditórios, simultaneamente, em horário alternativo e com entrada franca, permitiram, em 1993, que mais de 50 mil pessoas assistissem a espetáculos de qualidade, entre ópera, ballet, teatro, música e concertos sinfônicos. Neste mesmo sentido, o Museu Paranaense promoveu, além de 40 exposições e 30 projetos sobre temas diversos, o *Viva o Museu*, com sete concertos de música erudita, franqueada à população, na sala Augusto Bracet.

No cardápio de ações tradicionais da SEEC, e sempre partindo da meta do intenso e amplo fomento cultural, destacam-se eventos de significativa dimensão, como os festivais de música de Londrina e Cascavel, o primeiro envolvendo, em 1993, 1.815 alunos e um público da ordem de 100 mil pessoas. Os festivais estão entre os 50 eventos promovidos diretamente pela Coordenadoria de Ação Cultural (sem falar nos 30 que, realizados por terceiros, apoiou), entre os quais o III Encontro de Ação Cultural, realizado em Curitiba, em março, com a participação de representantes de 111 municípios.

As Orquestra Sinfônica do Paraná realizou 12 concertos; o nacionalmente respeitado Ballet Teatro Guaíra fez 20 apresentações, com 7 títulos; enquanto que o Teatro de Comédia do Paraná, prestigiado, totalizou 163 apresentações, com 18 títulos. O saldo de apresentações do Centro Cultural Teatro Guaíra é de 289 títulos, em 640 apresentações, para mais de 240 mil pessoas.

A Biblioteca Pública do Paraná está modernizando sua sede, com a reforma geral e ampliação das instalações físicas e o início da informatização do acervo, promoveu numerosos eventos de difusão cultural e firmou convênios com vários municípios. Além dos seis eventos do circuito oficial de salões de arte, a SEEC promoveu, em 1993, o 50º Salão Paranaense, com 279 artistas inscritos e 52 trabalhos selecionados. Os museus tiveram intensa atividade com exposições, oficinas, cursos, simpósios, palestras, workshops.

A SEEC editou 24 livros e textos, promoveu cinco concursos literários, realizou 21 exposições pela Bienal Brasileira de Design e Memorial Brasileiro de Design, coordenou pesquisa e desenvolveu projetos de registro, preservação, divulgação e valorização do patrimônio cultural e natural.

A TV Educativa passa por intensa transformação, adequando-se à sua missão primordial de oferecer a infra-estrutura necessária ao projeto de capacitação docente via satélite, integrando os professores e professoras de todos os municípios paranaenses através da televisão. Foram instaladas parabólicas com TV e vídeo em mais de 400 escolas que, diariamente, recebem três emissões de caráter educativo via satélite. Além disto, a TV Educativa, por sua equipe de jornalismo e produção, tem colaborado com iniciativas de caráter cultural e educativo, das quais se destaca a produção de vídeos sobre diversos temas de interesse do Paraná.

A Educativa FM tem alcançado intensa repercussão com o estabelecimento de uma programação dedicada inteiramente à Música Brasileira, além de programas especiais dirigidos a diferentes categorias de público.

Quanto à estrutura administrativa e organizacional, a Rádio e TV Educativa passa por profunda mudança, com o enxugamento do seu quadro funcional, distribuição racional de funções e gestão financeira adaptada aos seus objetivos. A mudança de antena da AM e dos estúdios da TVE são duas iniciativas que, igualmente, merecem atenção.

As atividades da SEEC em 1993 — como, de resto, desde o início do atual Governo — pautaram-se pela preocupação em contribuir com o resgate da cidadania cultural no Paraná, levando em conta, obviamente, as naturais limitações da ação estatal e as contingências do magro orçamento, em período de crise. Procurou não apenas democratizar o acesso de largos contingentes da população aos bens culturais elaborados ao longo da história da humanidade, como socializar o conhecimento das técnicas de produção e prestigiar o conhecimento empírico, de modo que, dessa fusão, resultassem cidadãos e cidadãs culturalmente participativos, ativamente vinculados ao conhecimento e à transformação de suas respectivas comunidades. O saldo das ações da SEEC em 1993 demonstra que a instituição atingiu o essencial dos seus objetivos.

15. ESPORTE E TURISMO

15. ESPORTE E TURISMO

Ao analisar os resultados alcançados, concluímos que o ano findo foi positivo em inúmeros aspectos, a começar pelos investimentos para capacitação de recursos humanos e equipamentos de informática, os quais trouxeram maior rapidez e fidelidade às informações produzidas.

O Programa Nossa Quadra destacou-se por ter aumentado o número de participantes, passando para 34 municípios, com investimentos da ordem de US\$ 499,393.

A Operação Viva Mais o Verão, com público de 671.000 pessoas, suplantou em 35% a versão de 1992, quando participaram das atividades nos balneários paranaenses 500.000 veranistas.

Outro fato auspicioso foi o incremento do número de atletas e de municípios, que estiveram presentes nos Jogos Abertos do Paraná, e nos Jogos da Juventude. Foram 335 cidades e 17.148 jovens, em 1992, e 449 e 20.550, respectivamente, em 1993.

Merece registro especial a construção do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu e o Centro de Animação Turística e Cultural de Caiobá, que chega ao final de 1993 com 51% de suas obras concluídas. Os recursos destinados a essas duas realizações somaram US\$ 388.162.

Foi positivo, também, a participação do Paraná no segmento do Mercosul, que visa integrar as políticas de turismo entre os países signatários.

O quadro de pessoal esteve dimensionado em 181 servidores, dos quais 104 efetivos, 06 comissionados sem vínculo, 19 à disposição deste órgão, 50 estagiários e 02 guardas mirins.

Com uma dotação orçamentária executada da ordem de CR\$ 435.324.090,00 a SETUR manteve-se empenhada em cumprir a política de esporte e turismo, levando às populações do Estado condições efetivas de participação nas áreas desportivas e de lazer.

OPERAÇÃO VIVA MAIS O VERÃO

As atividades esportivas e de lazer desenvolvidas nos balneários paranaenses, nos meses de janeiro e fevereiro, e orientadas por técnicos e estagiários da SETUR, uma vez mais foram os destaques que os veranistas paranaenses e de outros estados tiveram à sua disposição, durante a alta temporada.

Reconhecida como sendo um evento altamente positivo em diversos aspectos, a Operação envolveu cerca de 671.000 pessoas, suplantando em 35% a participação de 1992.

PROJETO FRUTOS DA TERRA

Para estimular o aprimoramento técnico de jovens talentos esportistas e, também, para impedir sua transferência para outros estados, a SETUR, através de recursos provenientes da arrecadação da SERLOPAR, oferece a 240 atletas bolsa-auxílio, que contribui para sua preparação e busca uma

solução duradoura para eliminar a evasão desses jovens, como também garantir um aproveitamento técnico eficiente.

PROJETO PARANÁ OLÍMPICO

Dentro desse projeto, técnicos e atletas que atingirem as condições nele especificadas são estimulados com um incentivo financeiro, proporcionando-lhes maior satisfação e ajudando-os a manterem-se empenhados nas suas atividades. No ano, com o patrocínio do Banco do Estado do Paraná, o Projeto alcançou 94 atletas, em todo o Estado.

ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA AO ASMÁTICO

Neste ano foram atendidas 253 crianças. Este programa, desenvolvido entre meninos e meninas de idade entre 6 a 14 anos, permite aferir a influência da atividade física respiratória nesses pequenos jovens e, acima de tudo, orientá-los a entender e a bem conviver com suas deficiências respiratórias.

PROJETO NOSSA QUADRA

A SETUR vem desenvolvendo, em parceria com a FUNDEPAR, o Projeto Nossa Quadra, com o objetivo de proporcionar aos municípios a construção de quadras poliesportivas, para a difusão da prática esportiva.

Foram assinados 34 convênios com municípios do Estado, o que atingiu a cifra de US\$ 499.393. Destaca-se, com essa iniciativa, o fato de que um grande número de crianças em idade escolar poderá dedicar maior tempo a atividades sadias e de grande aprimoramento físico.

PROJETO PÓLOS ESPORTIVOS

As atividades do Projeto Pólos, estenderam-se a 41 municípios, os quais, através de convênios, puderam sistematizar a prática de diversas atividades esportivas a nível de especialização e propiciar a iniciação dos seus atletas no esporte rendimento.

APOIO A EVENTOS ESPECIAIS

A SETUR apoiou, em 1993, 138 municípios que realizaram eventos esportivos em variadas modalidades esportivas.

Esse apoio é traduzido em repasses de materiais de consumo esportivo, como bolas, redes, troféus, súmulas, entre outros.

PROJETO JUVENTUDE EM AÇÃO

Em 1993, municípios participaram desse Projeto com repasse de materiais esportivos para o desenvolvimento das atividades.

O Projeto Juventude em Ação sucedeu, em 1993, ao Projeto Integração, e tem por objetivo preparar e oferecer programas dentro da área esportiva.

JOGOS DA JUVENTUDE DO PARANÁ

A SETUR tem dedicado aos Jogos da Juventude especial apoio, com vistas ao incremento do esporte-participação e ao desenvolvimento social e autônomo dos atletas.

Apresentamos a seguir a série histórica dos jogos, demonstrando as participações e os gastos para a viabilização deste importante evento esportivo:

	Municípios Participantes	Nº de Atletas	Nº de refeições servidas	Despesas Totais em US\$	Nº de Regionais
1991	224	8.249	66.423	143.338	7
1992	139	6.158	48.415	145.308	9
1993	224	10.808	77.253	107.707	9

JOGOS ABERTOS DO PARANÁ

Para aprimorar a qualidade técnica de seus atletas, otimizar seus índices e marcas, enfim, alçar o Estado do Paraná através do esporte rendimento a uma condição destacada no cenário desportivo nacional, essa iniciativa se torna relevante e de grande importância dentro da política estadual de esportes desenvolvida pelo governo do Estado.

Apresentamos a seguir, numa série histórica de 3 anos, os gastos da SETUR com a competição e a participação anual de atletas e municípios.

	Municípios Participantes	Nº de Atletas	Despesas totais em US\$	Nº de Regionais
1991	270	12.585	136.918	13
1992	196	10.990	69.151	13
1993	225	9.742	60.956	8

CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA

A captação de eventos para o Centro de Convenções de Curitiba tem apresentado sensível crescimento, tendo em vista o exíguo tempo de operação do Centro, inaugurado em 1991.

Foram realizados 100 eventos, com a participação de um público de 150.000 pessoas, traduzindo-se em uma taxa de ocupação de 60%, com 217 dias do ano ocupados.

CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU

Em fase final de construção, foi destinado ao Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, em 1993, US\$ 177.673.

Quando concluído, Foz do Iguaçu e a atividade turística paranaense em geral estarão inseridos num dos mais importantes segmentos do turismo, o mercado de eventos.

CENTRO DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL DE CAIOBÁ

As obras do Centro de Animação tiveram início nesse ano, e já encontram-se com 51% executados e investimentos de US\$ 210.489.

Quando estiver concluído, o Litoral passará a contar com um equipamento valioso para impulsionar ainda mais o turismo na região litorânea do Paraná.

16. ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E FINANCEIRA

16. ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E FINANCEIRA

1. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

O Governo do estado obteve, no exercício de 1993, resultado altamente significativo em sua administração financeira, mesmo considerando o fraco desempenho da arrecadação do seu principal tributo — o ICMS.

A Secretaria da Fazenda, responsável pela execução da política financeira, logrou administrar de forma equilibrada os recursos financeiros disponíveis, necessários à execução dos objetivos do programa de governo, conforme dados provisórios.

Foi arrecadado no exercício o montante de CR\$ 159,0 bilhões de cruzeiros, com uma taxa de variação negativa de 2,48%, comparativamente ao exercício de 1992. Por sua vez, o ICMS, principal tributo do elenco de receitas do Estado, atingiu o valor de CR\$ 91,5 bilhões, representando 57,5% da receita orçamentária e apresentando uma queda em valores reais de 9,65%, em relação ao valor arrecadado por este mesmo tributo no exercício financeiro de 1992.

Já a despesa atingiu o valor de CR\$ 149,5 bilhões, apresentando assim um superávit de CR\$ 9,5 bilhões.

A despesa com pessoal, em relação a receita corrente líquida, representa 63,5%, portanto, abaixo do limite constitucional que estabelece o dispêndio máximo de 65,0%.

A Coordenação da Administração Financeira do Estado — CAFE, unidade da Secretaria da Fazenda, responsável pela administração da dívida pública e contabilidade geral do Estado, além de contribuir para os resultados apresentados quanto à despesa total e à despesa com pessoal, participou na obtenção dos recursos financeiros originados pela aplicação de saldos e provisões no mercado financeiro, da ordem de CR\$ 20,0 bilhões, representando 12,5% da receita orçamentária total.

Foi ainda administrada pela CAFE a tomada de operações de crédito, no montante de CR\$ 3,1 bilhões e o pagamento de CR\$ 9,9 bilhões, referentes ao serviço da dívida pública.

Na área de informática, a expansão da rede de microcomputadores passou de 20 para 50 usuários na Secretaria da Fazenda, prosseguindo a atualização tecnológica e a melhoria da segurança operacional da rede.

2. FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

A coordenação da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria da Fazenda, tem como atribuições básicas o controle da arrecadação, tributação e fiscalização de tributos em todas as suas fases, além da execução da política fiscal do Estado. Sua área de atuação abrange todo o Estado, através das delegacias regionais da receita, agências de rendas e postos fiscais.

Na área de tributação, o evento marcante foi o aprovação do Regulamento do ICMS, promulgado pelo Decreto nº 1911/93, o qual consolidou

num só instituto toda legislação complementar do ICMS.

A atividade de fiscalização foi exercida de forma constante e, apesar do número reduzido de agentes fiscais, foram lavrados cerca de 30 mil autos de infração, número nunca atingido em anos anteriores, com valor total de US\$ 233 milhões de dólares.

Iniciou-se a implantação do Programa para Aumento da Receita Estadual, estabelecido pelo Decreto nº 1581/92, com o desenvolvimento do subprojeto 2 — Revisão dos Sistemas de Informação da CRE e do subprojeto 3 — Banco de Dados de Notas Fiscais. Para o cumprimento deste programa, foram adquiridos novos equipamentos de informática e readequados os antigos, com aplicação da rede de teleprocessamento de dados para 36 municípios.

No setor de recursos humanos, foi efetivado concurso público de provas e títulos para nomeação de 412 Agentes Fiscais “3”, em parceria com a Secretaria da Administração, sob a orientação da Coordenação da Receita do Estado. Realizou-se o curso de formação para 389 candidatos classificados no concurso e aprovou-se o plano de carreira para a classe de Agentes Fiscais.

A seguir o detalhamento das atividades da Coordenação da Receita do Estado, por área de atuação.

2.1 — TRIBUTAÇÃO

Participação na elaboração de convênios e protocolos de interesse do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ, com imediata implantação na legislação estadual.

Elaboração de 180 minutas de informações em mandados de segurança.

Elaboração de 397 respostas a consultas formuladas por contribuintes, reduzindo o estoque do setor consultivo de 142 para apenas 5 processos pendentes.

Solução de 2669 processos de natureza tributária, com redução de estoque de 101 para 30 no setor.

2.2 — ARRECADAÇÃO

Concessão de 23.395 inscrições no cadastro de contribuintes do ICMS, exclusão de 17.777, entre baixas, cancelamentos e paralisações, e 20.483 alterações cadastrais.

Cadastramento diário da arrecadação transferida pelo Banestado e controle da arrecadação transferida pelos bancos estaduais conveniados pela Asbace.

Emissão de 28.704 inscrições sem Dívida Ativa, concessão de 20.964 baixas e encaminhamento de 17.245 certidões à Procuradoria Fiscal do Estado, para ajuizamento de ação executiva.

Desenvolvimento do “Projeto Mutirão”, para dinamizar o processo de cobrança amigável de Dívida Ativa na região da 1ª Delegacia Regional da Receita, resultando no recebimento ou parcelamento de 92,4 bilhões de FCA's de débitos pendentes.

2.3 — FISCALIZAÇÃO

Administração e orientação das atividades fiscalizadoras pelos Agentes Fiscais da Coordenação da Receita do Estado, mediante:

Recuperação de tributos não declarados ou omitidos em livros e documentos fiscais, mediante ações dirigidas a partir de indícios apontados pelos sistemas de triagem e compilação de documentos, e pelos demais meios disponíveis ao fisco.

Fiscalização de mercadorias em trânsito nos pontos estratégicos das rodovias do Estado, nos postos das Policiais Rodoviárias estadual e federal e nos postos fiscais da Coordenação da Receita, situados nas divisas interestaduais.

Fiscalização em estabelecimentos comerciais e industriais, segundo a programação elaborada pelas delegacias regionais da receita e aprovada pela Inspeção Geral de Tributação.

Desse conjunto de atividades de fiscalização, resultaram lavrados, até novembro de 1993, 29.973 autos de infração, totalizando o valor de 488,6 milhões de FCA's, com o pagamento de 14.814 autos de infração, no valor de 37 milhões de FCA's, representando, respectivamente, 7,7% e 87% de acréscimo real em relação ao exercício anterior, com redução de 12,4% do pessoal disponível na fiscalização.

3. POLÍTICA ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA

Estimativa do ICMS incidente sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados para o período de 1991, 1992 e 1993, por estado, para subsidiar tarefa atribuída ao Paraná no Comitê Assessor Permanente da FGV, para a revisão constitucional.

Elaboração de estudo para subsidiar a proposta de isenção de ICMS para produtos da cesta básica, como medida de combate à fome; avaliação das implicações econômicas e tributárias e os impactos na receita; avaliação dos resultados da redução da carga tributária de produtos da cesta básica, no Paraná em 1992, nos preços e na arrecadação, proposição de alternativas. Trabalho remetido ao Governo federal pelo governador do Estado.

Participação na Comissão Especial para a Reforma Tributária, instituída a nível de CONFAZ e coordenada pelo Rio Grande do Sul, para formulação de proposta de reforma tributária dos estados na revisão constitucional.

Levantamento da receita do Paraná com os royalties e a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos; cálculo da perda inflacionária com a defasagem de tempo entre o recolhimento pelas usinas e o repasse efetivo da União ao Estado; levantamento dos débitos vencidos de Itaipu.

Análise da legislação do SUS, nas esferas do governo federal, estadual e municipal e do processo de municipalização, com vistas a proposição de instrumento de gestão orçamentária financeira, para otimizar a operacionalização do sistema, com prioridades para a questão do Fundo Estadual de Saúde.

Avaliação dos resultados do trabalho de modernização das taxas desenvolvido em 1992 junto ao IAP, que resultou na instituição da Taxa Ambiental, em dezembro daquele ano. O recolhimento do tributo iniciado em fevereiro de 93, no valor de Cr\$ 74,5 milhões, passou já em março para Cr\$ 1.077,0 milhões, totalizando até novembro CR\$ 31,5 milhões de cruzeiros reais a preços nominais, sendo que, somente a contribuição deste último mês, foi de CR\$ 7,8 milhões de cruzeiros reais.

Continuidade na execução do Programa Bom Emprego Fiscal, com deferimento de 29 projetos voltados para o setor industrial, com um volume de investimentos, a preços de dezembro/93, de CR\$ 11,5 bilhões, com geração prevista de 5.493 empregos diretos.

Elaboração dos índices definitivos de participação dos municípios no ICMS para 1994, com apropriação de 141.242 documentos de Declarações Fisco-Contábeis, 1,2% menor que 1993.

Com a finalidade de dotar o sistema de elaboração dos índices de participação dos municípios de segurança e confiabilidade cada vez maiores, implementaram-se programas a nível interno e externo. Externamente, foram feitas reuniões regionais com as prefeituras, para esclarecimentos sobre os cálculos do valor adicionado e formação do índice, processo complementado com o acesso dos municípios à documentação e procedimentos. Internamente, a informatização e análise fiscal têm permitido o estabelecimento de "redes" para captar distorções e irregularidades em declarações fisco-contábeis. O processo de auditoria do sistema é simultâneo aos cálculos do índice e a posteriori em alguns casos.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

1. Financiamentos e Prestações de Garantias Contratadas

Durante o ano de 1993 o BRDE-PR contratou 106 operações de financiamentos, num valor global de CR\$ 1,7 bilhões, a preços correntes.

A ação financiadora da Agência do BRDE no Paraná voltou-se exclusivamente ao apoio do setor privado da economia, representando 100% dos recursos contratados no ano que passou, sendo que, deste volume, 60,52% destinaram-se ao setor secundário, distribuídos em 57 operações; em seguida vem o setor primário, com 24,58%, em 42 operações, e o setor terciário, com os 14,89% restantes, em 7 operações.

O apoio a inversões fixas representou 97,47% da totalidade dos financiamentos contratados em 1993, estando vinculados principalmente os projetos de expansão e implantação, com 82,32% do total.

Em termos de distribuição geográfica da ação do Banco, 44,62% dos recursos destinaram-se a empreendimentos localizados na região de Curitiba, vindo a seguir a região dos Campos de Guarapuava, com 29,82%, enquanto que 25,56% destinaram-se ao restante do Estado.

Entre as principais fontes repassadoras tradicionais de recursos, destacaram-se o BNDES, com 62,92% e a FINAME, com 32,07%.

O setor industrial foi o mais beneficiado com os recursos repassados, com um percentual de 55,97%; em seguida vêm as cooperativas, com 30,44% e o setor de serviços, com 10,41%.

2. Setor primário

Os financiamentos destinados ao setor primário foram da ordem de CR\$ 417,7 milhões; deste total, 69,15% foram destinados a atividades da agricultura e silvicultura, 15,59% à extração vegetal e 11,26% à criação de animais.

O fundo de repasse Finame Automático foi responsável por 61,14% dos recursos repassados ao setor primário, tendo-se em vista linhas de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos às cooperativas paranaenses.

Os projetos de expansão e implantação atingiram 93,54% dos recursos destinados a este setor.

As repercussões dos financiamentos, neste setor, para inversões fixas, foram a geração de 67 empregos diretos e o acréscimo de CR\$ 458.424 mil na geração de ICMS.

3. Setor secundário

Os recursos destinados ao setor secundário foram de CR\$ 1,0 bilhão em valores correntes.

Os fundos de repasse Poc Automático e Finame Automático absorveram 55,34% das aplicações deste setor.

O objetivo de expansão das empresas respondeu por 63,13% dos recursos destinados a este setor, seguido da modernização administrativa, com 16,68% e da implantação, com 11,24%.

Por gênero de atividades, a indústria de produtos alimentares destacou-se das demais, com 32,60% dos recursos para o setor secundário, em seguida temos a indústria têxtil, com 19,78% e a indústria madeireira, com 15,25%.

Neste setor, os investimentos permitiram a geração de 607 empregos e o incremento na arrecadação do ICMS foi da ordem de CR\$ 712.374 mil.

4. Setor terciário

O valor financiado no setor terciário foi de CR\$ 253,0 milhões, sendo que, deste valor, o subsetor de comunicações foi líder, respondendo por 64,65%, seguido por serviços, com 35,35%.

O percentual de 96,04% dos recursos destinados a este setor foi para implantação de empresas.

No setor terciário, os fundos Poc Automático e Poc Importação atingiram 90,73% do total financiado.

Com repercussões sociais, temos a geração de 189 empregos e o acrés-

cimo de CR\$ 5.414 mil na arrecadação do ICMS.

BANESTADO

O BANESTADO tem experimentado um grande crescimento ao longo dos anos, assumindo um peso cada vez maior no cenário do Estado. Esse aumento de importância não se dá apenas enquanto instrumento para a implantação de projetos do Governo estadual, beneficiando a população. O BANESTADO tende a ser visto, cada vez mais, como uma instituição financeira à qual acorrem pessoas físicas e jurídicas, que ao Banco confiam a guarda de seu dinheiro, sua poupança, seus investimentos ou aqueles que precisam de seguros ou de empréstimos.

O ano de 1993 foi marcado por turbulência no cenário político e por uma inflação crescente, mas, apesar de tudo, o BANESTADO, empenhado em adotar medidas recionalizadoras e de modernização, obteve destacado desempenho.

Os depósitos totais atingiram, em dezembro, o volume aproximado de CR\$ 112 bilhões, representando um crescimento real de 14% sobre o mesmo mês do ano anterior.

A área financeira contemplou o gerenciamento de todos os recursos financeiros do BANESTADO, através da disponibilização dos mesmos a todas as áreas operacionais, bem como a otimização dos recursos de caixa, que influenciaram de forma direta e indireta o processo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná. Neste sentido, foi relevante o incremento na captação de recursos do mercado financeiro, compatível com a demanda de empréstimos, mantendo e direcionando recursos à nossa economia. O pagamento de dividendos relativos ao 1º semestre/93, remunerou, através da distribuição de resultados, 106.964 acionistas que depositaram sua confiança na Instituição, que obteve uma das melhores rentabilidades sobre o patrimônio líquido, entre as instituições financeiras do País.

Também foram envidados esforços na composição de dívidas e recuperação de créditos, permitindo, sem perder de vista o resguardo do patrimônio, a expansão dos negócios a pessoas físicas e jurídicas, com a conseqüente contribuição à retomada do processo de crescimento e desenvolvimento do Estado do Paraná.

Na carteira de Crédito Rural e Agroindustrial, as aplicações atingiram somas expressivas. Dando continuidade ao Programa Panela Cheia-Equivalência Produto, a Carteira obteve como resultado, no exercício, 18.151 contratos com produtores, totalizando um volume de negócios de CR\$ 16,1, bilhões. Destaque-se que, neste programa, estão incluídos os financiamentos destinados ao melhoramento do rebanho bovino leiteiro do Estado. Com o evento da Exposul, foi lançado o Programa Panela Cheia Especial, que se destina ao financiamento de tratores e implementos, utilizando a sistemática da equivalência-produto.

A área de recursos humanos, buscando a valorização e melhoria da qualidade de vida do funcionalismo, vinculada aos resultados do BANES-

TADO, manteve os esforços de direcionamento da força de trabalho para a linha de frente, mediante programas de reciclagem e remanejamento de funcionários, da Direção Geral para a rede de agências. Deu-se início à implantação do Projeto de Gestão de Qualidade, cuja implementação encerrar-se-á no 1º semestre de 1994, com forte impacto na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes e usuários do BANESTADO.

A BANESTADO S.A. — CRÉDITO IMOBILIÁRIO encerrou o ano com um saldo de CR\$ 98 bilhões em caderneta de poupança, apresentando um crescimento de 186% sobre o saldo final do trimestre anterior. Este valor representa um crescimento real de 15,65% em relação à variação da TR no período. Quanto aos financiamentos imobiliários, obedecendo às Circulares nºs 1980 e 1981 do Banco Central do Brasil, realizam-se aplicações através do Plano Empresário, linha de crédito destinada à produção de unidades habitacionais por intermédio de pessoas jurídicas. Neste plano, efetuaram-se 48 contratos, totalizando 1717 unidades, que representaram o valor aplicado de 1.743.500 UPF ou CR\$ 6,5 bilhões. Também foram realizadas aplicações nas modalidades de Aquisição Simples e Construção Isolada, que são linhas de crédito direcionadas a unidades habitacionais novas e usadas e construção, destinadas à aquisição de moradias pelas pessoas físicas. Foram efetuados, nestes planos, 99 contratos, sendo 64 contratos na modalidade Aquisição Simples e 35 contratos na modalidade Construção Isolada, representando valor financiado de 332.840 UPF ou CR\$ 781 milhões.

A BANESTADO LEASING S.A. — ARRENDAMENTO MERCANTIL atingiu um desempenho excepcional em todas as áreas, refletido pelo crescimento e a rentabilidade, assim como pelo aperfeiçoamento técnico e a qualidade dos serviços. A produção do período foi de CR\$ 54,5 bilhões, em 5.865 contratos. Desse total, aproximadamente 80% dos recursos foram aplicados no Estado do Paraná, contribuindo para o desenvolvimento dos diversos setores produtivos da economia paranaense, beneficiando indústrias, comércio e prestação de serviços, atendendo em maior escala o setor de transportes. A Carteira de Arrecadação a receber (saldo de aplicações) apresentou um crescimento de 263% no ano, atingindo um total de CR\$ 72 bilhões. Com trabalho de recuperação e direcionamento do crédito, obtivemos, em Dez/93, um índice de inadimplência de 0,53%, que representa uma sensível redução em relação aos períodos anteriores.

Neste período, intensificou-se a operacionalização do C.M.G. — Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida. Trata-se de um novo produto que possibilita à indústria, exportadores e ao produtor vender antecipadamente sua produção agropecuária, em Bolsa de Cereais. O Estado do Paraná, através do BANESTADO, foi um dos pioneiros no lançamento deste produto, que possibilitará ao produtor e à agroindústria do Estado recursos adicionais para o plantio e a industrialização dos produtos agropecuários.

Na Carteira de Operações de Fomento, o Programa Bom Emprego Industrial Urbano teve, desde o início da sua operacionalização em março/93 até outubro/93, 1.400 propostas recepcionadas pelas agências do Banestado. Isto representou investimentos da ordem de CR\$ 4,8 bilhões, sendo 3,1 bilhões

em financiamentos, o que proporcionou a geração de 9.210 empregos diretos na economia do Estado. Dos setores industriais enquadráveis no Programa, os que mais tiveram pedidos de financiamento foram: vestuário e calçados, mobiliário, minerais não-metálicos, mecânica, material elétrico, alimentos e outros. A Carteira, através do FINAME — Financiamento de Máquinas e Equipamentos, atendeu a pessoas jurídicas e físicas junto ao setor agrícola, financiando máquinas e equipamentos novos nacionais.

A Carteira de Crédito ao Consumidor, através de ação conjunta de seu corpo funcional e rede de agências, registrou um crescimento real de 119% no ano. Em dezembro/93, os empréstimos e financiamentos atingiram a cifra de CR\$ 32 bilhões. A Carteira conta com 309.953 contas concorrentes Super Cheque, das quais 30.593 pessoas jurídicas e 279.360 pessoas físicas. Estimulando a capacidade de Consumo de Bens e Serviços, atuando basicamente no financiamento a pessoas físicas, a Carteira contribuiu para o aumento significativo de arrecadações de impostos, que reverte em benefício do Estado do Paraná.

A Carteira de Câmbio e Operações Internacionais realizou, no ano, o volume operacional de US\$ 433 milhões de compra e US\$ 237 milhões de venda, considerando operações de exportação e importação.

Na área de automação bancária, o BANESTADO intensificou os esforços de modernização, dando continuidade à implantação de diversos serviços em computação eletrônica, melhorando e racionalizando procedimentos, automatizando agências e postos de serviços, e instalando novas caixas pagadoras automáticas.

Através da Carteira de Crédito Comercial, o BANESTADO injetou recursos pulverizados nos diversos segmentos empresariais, da ordem de CR\$ 45 bilhões, permitindo oferecer capital de giro e impulsionar a economia paranaense, com geração de novos empregos.

A BANESTADO S.A. — CORRETORA DE SEGUROS apresentou destacados resultados inerentes ao Decreto Estadual número 474, de 18.06.91, que determinou a contratação de seguros dos bens patrimoniais do Estado do Paraná, por meio de licitação públicas realizadas. No período de 02.01.93 a 31.12.93, 09 das 14 seguradoras cadastradas na BANESTADO S.A. — CORRETORA DE SEGUROS tiveram participação ativa nas 119 licitações realizadas, as quais têm manifestado satisfação pela lisura dos trabalhos executados. Como resultado efetivo desta medida destaca-se uma economia para o Estado de CR\$ 484 milhões que, corrigidos pela taxa do câmbio comercial publicada pelo Banco Central do Brasil em 31.12.93, equivalem a US\$ 1,5 milhões. O resultado financeiro apresentado comprova que medidas como estas demonstram o bom gerenciamento do erário público, resultando em outros benefícios sociais ao povo paranaense.

17. ADMINISTRAÇÃO

17. ADMINISTRAÇÃO

No ano de 1993 a SEAD desenvolveu as seguintes atividades:

I — Na área de ADMINISTRAÇÃO GERAL, através:

DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS — CAS:

1. Cadastro de Licitantes do Estado — ALL
 - Concluídas as alterações no Sistema de Dados Cadastrais, visando a modernização e racionalização do mesmo.
2. Programa de Avaliação e Reintegração dos Grupos Administrativos Setoriais:
 - Aplicação do Programa na SETI, PGE e Casa Civil (Todos em andamento)
 - Término da implantação do Programa na SEJU e SEAB.
3. Sistema de Custeio — ADC
 - Reavaliação constante do Sistema, com relação à disponibilidade de dados que proporcionem informações úteis para tomada de decisão;
 - Alteração do formulário DDG — Demonstrativo de Despesas de Custeio, conforme a padronização das rubricas orçamentárias para o ano de 1993 e 1994;
 - Estudo da viabilidade do controle dos projetos/atividades pelo Sistema de Custeio — ADC (em andamento);
 - Estudo da viabilidade do Sistema quanto ao interface com os Sistemas do DEAM, COPEL, SANEPAR e TELEPAR (em andamento).
4. Centralização das despesas com água e esgoto, energia elétrica e processamento de dados
 - Controle e empenho das faturas das despesas realizadas pelos órgãos da Administração Direta e Autárquica;
5. Atualização dos valores relativos às modalidades de licitação, dos limites de ordem de adiantamentos e os limites de competência para realização de despesas
 - Elaboração das resoluções e tabelas mensais e trimestrais para respectiva autorização;
6. Indenização das Despesas com Alimentação e Pousada
 - Elaboração de Decreto, o qual extingue as diárias e institui o ressarcimento de despesas com alimentação e pousada, para servidores civis da Administração Direta e Autárquica e servidores militares do Poder Executivo, mediante comprovação de despesas;
 - Pesquisa mensal dos preços de alimentação e pousada junto à rede hoteleira e restaurantes;
 - Elaboração mensal da Resolução e Tabela de Valores para a respectiva autorização;
 - Proposta de decreto revogando o Decreto nº 2491, de 19.08.93, que

regulamenta o ressarcimento das despesas com alimentação e pousada. Esta proposta visa complementar situações especiais de trabalho, atualmente não previstas no decreto vigente, como também alterar os limites estabelecidos na tabela de valores.

7. Sistema de Protocolo Integrado — SPI

- Alterações no Sistema visando agilização e segurança, tais como:
 - inclusão do Sistema no “AGA” — Administração Geral de Acesso a Sistemas facilitando a navegação genérica;
 - integridade dos dados para processos sigilosos;
 - implementação dos dados da Guia de Tramitação — G.T.;
 - revisão de algumas tabelas do Sistema;
 - implementação dos relatórios;
 - implantação do módulo Organização de Arquivo;
 - aumento na capacidade de pesquisa de processos;
 - aperfeiçoamento da Tramitação Personalizada;
- Treinamento de todos os servidores dos protocolos dos órgãos integrados ao sistema, 40 (quarenta) órgãos, com aproximadamente 200 funcionários, em conjunto com a DTRH;
- Elaboração de manuais dos módulos de protocolo e organização de arquivo, de cartelas resumidas das funções e apostila de exercício;
- Novas implantações no sistema que deverá ser concluída no ano de 1994, tais como:
 1. criação de relatórios estatísticos;
 2. aperfeiçoamento dos relatórios existentes;
 3. abertura da função de todos os dados da FUNÇÃO DISQUE PROTOCOLO
 4. atualização de tabelas do Sistema;
 5. tabela de temporalidade (tempo de guarda dos documentos)

DA COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO — CPE

1. Manutenção e acompanhamento do Sistema de Bens Móveis — ABB do Estado, com inclusão de dados do Teatro Guaíra, SUCEAM, COMEC, DER, DETRAM e distribuição de materias e treinamento para a FASPAR, DETO, BPP, APPA, TECPAR, IPARDES, os quais passarão a utilizar o Sistema ABB, a partir de 1994.
2. Elaboração do inventário de bens móveis e imóveis da administração direta do Estado, apresentado ao Tribunal de Contas.
3. Desenvolvimento de novos relatórios e novas rotinas nos sistemas de Controle de Bens Móveis e Imóveis, a pedido dos órgãos usuários.
4. Elaboração de 1.300 informações referentes a processos de ações de usucapião.
5. Elaboração de 330 informações referentes a diversos processos relativos a bens imóveis.
6. Elaboração de 350 informações referentes a processos de locação de imóveis, com expedição de contratos de locação e termos de reajuste do

valor locatício.

7. Início de trabalho junto ao DETRAN, no sentido de regularizar a situação dominial dos imóveis ocupados por aquela Autarquia.
8. Desapropriação de imóvel em Curitiba, necessário à instalação do 4º Distrital Policial.
9. Elaboração de 17 termos de doação de veículos a diversos municípios.
10. Regularização de imóveis estaduais junto a prefeituras e cartórios.

DO GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL — GPS

Concluída a elaboração e distribuída aos órgãos públicos a coletânea “Legislação de Recursos Humanos” do ano de 1992.

Estão sendo coletados todos os atos referentes a recursos humanos publicados no Diário Oficial do Estado, para edição da “Legislação de Recursos Humanos” do ano de 1993.

Participação em conjunto com a CAS na Câmara Técnica de Normas e Padrões para apresentação de dados e informações, instituída através do Decreto nº 2362, de 08/06/93.

II — Na área de RECURSOS HUMANOS, através:

DA DIVISÃO DO CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS — DCRH:

1. Elaboração de projetos e execução do Recadastramento dos servidores aposentados e pensionistas do Estado do Paraná. O recadastramento do ano de 1993 teve início no mês de março, quando foram convocados aproximadamente 50.000 servidores, através de mensagem no contracheque. O recadastramento anual dos servidores tem por objetivo manter as informações dos ex-servidores atualizadas junto À SEAD, evitando que muitas vezes sejam emitidos pagamentos a aposentados falecidos ou cometidas fraudes em decorrência de pagamentos indevidos. Foram cancelados 117 pagamentos de servidores da Capital e 106 pagamentos de servidores do interior, com constatação de falecimentos.
2. Assessoramento e apoio aos Grupos e Setores de Recursos Humanos da Administração Direta e das Autarquias na manutenção da folha de pagamento. Orientação às áreas de recursos humanos sobre as alterações introduzidas na folha de pagamento, tendo em vista a aprovação da Lei nº 10219, de 21 de dezembro de 1992. Desta forma, foram definidos procedimentos e critérios visando a adequação da estrutura de pagamento e de concessão de benefícios para os empregos públicos transformados em cargos públicos: FGTS; PASEP, INSS, IPE, Tempo de Serviço, Certidões, Aposentadorias, e outros.
3. Inclusão do Instituto de Saúde do Estado do Paraná — ISEPr, no Sistema Integrado de Pagamento — SIP, a partir do mês de outubro de 1993. Foram incluídos 8.075 novos pagamentos.
4. Repasse de informações para o BANESTADO e Caixa Econômica Fede-

ral, visando o monitoramento dos índices de reajuste salarial concedidos aos servidores da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo, para correção dos valores das prestações de imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação.

5. Recebimento e análise de 4.160 processos de aposentadoria, 2.832 processos de contagem de tempo, 1.124 processos de acervo. Foram concedidos 12.000 adicionais por tempo de serviço, através de análise e avaliação de relatórios. Foram preparados para deferimento pelo Secretário de Estado da Administração 1.680 atos oficiais, envolvendo 887 processos; e preparados 300 atos para indeferimento, totalizando 1.300 Processos.

DA DIVISÃO DE MEDICINA E SAÚDE OCUPACIONAL — DIMS

1. Realização de 20.500 exames periciais, compreendendo licenças médicas e exames pré-admissionais, de um total de aproximadamente 104.000 servidores da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo. Enquanto o número de servidores abrangidos pela Lei 6174 triplicou em relação a 1992, em virtude da Lei 10.219, o número de licenças em relação ao mesmo período apenas dobrou.
2. Realização do seminário “Doenças X Trabalho”, com a participação de todos os médicos do Sistema Pericial do Estado.
3. Criação e instituição da comissão de ética médica da DIMS, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina.
4. Realização de exames pré-admissionais para os concursos públicos de: agente fiscal, agente penitenciário, vigia, servente, magistério, investigador de polícia, escrivão de polícia e procurador do Estado.
5. Realização de teste seletivo para contratação temporária de médicos em Londrina, Maringá e Curitiba.
6. Aprovação de Concurso Público para nomeação de médicos do trabalho, técnicos de segurança e engenheiros de segurança, com objetivo de implantar o Setor de Medicina do Trabalho da DIMS.
7. Envio do Projeto de Lei ao Executivo, criando e normatizando as concessões de adicionais de insalubridade e periculosidade. O projeto foi aprovado pela assembléia em 13/12/93.

DA DIVISÃO DE TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS — DTRH

1. No mês de dezembro de 1992, foi elaborada a Programação de Treinamento para o ano de 1993, tendo como base o levantamento das necessidades de treinamento nos órgãos da Administração Pública Estadual, atendendo às áreas Administrativa-Operacional, Técnica e Gerencial.
2. Atendimento a 40 órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Autárquica, no ano de 1993, quando foram treinados 4.919 servidores, num total de 258 cursos realizados.

DA DIVISÃO DE CARGOS E SALÁRIOS — DCSA

1. Estudos e implantação de ajustes na tabela de salários do Quadro Geral, de modo a reduzir a distância de valores em relação aos demais quadros do Poder Executivo e redução, também, da amplitude entre o menor e o maior salário, de maneira que esta diferença nunca ultrapasse a vinte vezes o menor.
2. Reestruturação da carreira da Polícia Civil, de forma a atender às necessidades técnicas, há muito reivindicada pela categoria, mediante a criação e extinção de cargos, bem como alteração na sua estrutura salarial.
3. Readequação da estrutura de remuneração da Polícia Militar, de forma a permitir paridade salarial com outras categorias assemelhadas.
4. Incorporação do abono do magistério, atendendo à antiga reivindicação da categoria, mantendo-se a estrutura da tabela.
5. Estudos para implantação da sistemática de distribuição dos servidores ex-CLT nas referências salariais, por números de adicionais, de forma a propiciar tratamento uniforme destes com os Estatutários do quadro geral.
6. Integração do pessoal inativo, da categoria de pessoal suplementar, ao quadro geral do Estado.
7. Estudos, conjuntamente com a DSRH e CRE, para alteração de dispositivos da Lei 7.051/78.
8. Elaboração de estudos (em andamento), visando readequar e padronizar a estrutura de cargos em comissão e as funções de chefias do Estado, adotando, inclusive, sistema unificado de remuneração.
9. Viabilidade da mudança de regime de trabalho (de 30 para 40 horas), de conformidade com a Lei 7.424/80.
10. Início dos estudos para elaboração de projetos de estruturação de carreira do pessoal do quadro geral.
11. Alteração da sistemática de concessão de incentivo de mérito aos docentes do ensino superior.
12. Reavaliação, criação e extinção de cargos no âmbito do quadro geral do Estado.
13. Participação de pesquisas na área de recursos humanos, realizando troca de informações com outras organizações públicas ou privadas de âmbito estadual e nacional.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ
— IPE —

1. O sistema previdencial público do Estado do Paraná passou por profundas transformações após a promulgação da Lei 10.219/92, de autoria do Executivo, que criou o Fundo de Previdência do Estado. Uma das mais significativas, diz respeito à elevação do número de servidores com direito aos benefícios e serviços de assistência mantidos pelo IPE: o universo de 370.000 beneficiários foi elevado para aproximadamente 600.000, ocorrendo uma elevação em torno de 70% neste contingente.
2. O Governo do Estado, ao criar um Seguro-Saúde para os servidores, determina uma evolução no sistema, destinando especificamente recursos da ordem de 2% sobre a folha de pagamento do Estado, a fim de garantir aos servidores e dependentes a Assistência Médica, Hospitalar, Odontológica, Laboratorial e Farmacêutica através do IPE.
Desta forma, pela primeira vez desde a sua fundação, o Instituto de Previdência recebe recursos específicos para a Assistência Médica, permitindo reequipar e modernizar as unidades já existente em Curitiba e Londrina, para onde já adquiriu aparelhagem de última geração para realização de exames de laboratório, e modernas unidades de raio-x e equipamento odontológico, em fase de aquisição.
A destinação médica permite que o IPE efetue contratos com hospitais e laboratórios, em todo o interior do Estado, bem como amplie os contratos já existentes.
3. No plano previdencial o IPE está procedendo à readaptação organizacional imprescindível à nova realidade, desenvolvendo e implantando os sistemas e programação necessários à sua gestão, condição esta imposta pelos ditames da Lei 10.464, de 5 de outubro de 1993, que, entre outros, estabelece o retorno da administração dos benefícios previdenciários a esta Autarquia. Desta forma, já encontra-se em fase avançada o cadastramento dos novos beneficiários do sistema, que hoje atingem um universo aproximado de 600.000 indivíduos.
4. Foi realizada a implantação de todas as pensões para o novo percentual de 100%, encontrando-se em fase de execução o sistema de controle integrado de arrecadação-contribuição do desconto previdenciário dos servidores dos três Poderes, permitindo efetuar de forma eficaz o controle das receitas necessárias à cobertura dos direitos previdenciários do servidor público do Estado do Paraná.

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO
DE OBRAS E MANUTENÇÃO
— DECOM —**

O quadro a seguir demonstra, por setor, os investimentos e quantidades de obras gerenciados no exercício de 1993:

**QUADRO RESUMO
Nº DE OBRAS/INVESTIMENTOS/ÁREA DE CONSTRUÇÃO**

Sector	Nº de Obras Serv.	Invest.	Área (m²)
Educação	1.780	57.961.905,00	629.776,90
Segurança	194	4.529.180,00	64.615,27
Fazenda	73	440.442,00	21.467,20
Saúde	93	2.645.656,00	49.082,60
Outros	447	25.505.213,00	139.802,10
Total	2.587	91.082.396,00	904.744,07

PRINCIPAIS OBRAS E SERVIÇOS EM ANDAMENTO

1. Construção do Mini-Presídio de Londrina, com 5.402,00 m² de área construída; 10 pavilhões para usos diversos, com capacidade para 374 detentos; investimento: US\$ 2.000.000,00
2. Biblioteca Pública do Paraná, obra de redefinição físico funcional em uma área construída de 7.500 m². Para um melhor aproveitamento do espaço físico, serão construídas galerias e mezaninos, totalizando um ganho de área em mais 871,00 m²; investimento: US\$ 575.026,455
3. Construção do Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná com área construída de 140,41 m²; investimento: US\$ 103.278,63
4. Construção do Bloco D — DETRAN de Curitiba, com 4.769,37 m² de área construída; investimento: US\$ 694.277,87
5. Fórum de Curitiba, obras de recuperação parcial da estrutura de concreto armado, em uma área de 40.000 m²; investimento: US\$ 427.581,23
6. Ampliação e reforma da futura sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em Piraquara; investimento: US\$ 775.000,00, área aproximadamente de 10.000,00 m²
7. Muro em concreto pré-moldado, com passarelas e guaritas, com extensão total de 700 metros lineares, fundação em estacas pré-moldadas, na Penitenciária Estadual de Maringá; investimento: US\$ 450.000,00
8. Colônia Penal Agro-Industrial de Tamarana, com a construção de alojamento para 100 detentos, área de 828, 50 m², 04 (quatro) residências

com o total de 397,44 m², estacionamento de 242,00 m²; investimento: US\$ 370.000,00

9. Reforma da ala existente do Hospital Geral do Portão, com 4.100 m² de construção; investimento: US\$ 450.000,00
10. Batalhão da Polícia Florestal em Guaraqueçaba, construção com 415 investimento: US\$ 104.811,00

PRINCIPAIS OBRAS CONCLUÍDAS

1. Ambulatório do hospital Universitário de Londrina com 10.000 m² de área construída; investimento: US\$ 6.000.000,00
2. Ampliação do Hospital Geral do Portão, em Curitiba, com 5.000 m² de área construída e capacidade para 120 leitos; investimento: US\$ 1.800.000,00
3. Reforma e melhorias no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, com 20.000 m² de área construída; investimento: US\$ 1.300.000,00
4. Pavilhão de exposições no Parque Castelo Branco, com 5.300 m² de área construída; investimento: US\$ 1.200.000,00
5. Construção do Instituto Médico-Legal, Polícia Técnica e Instituto de Identificação de Ponta Grossa, com 600 m² de área construída; investimento: US\$ 110.000,00
6. Refeitório e alojamento para 300 detentos da Colônia Penal Agrícola, em Piraquara, com área construída de 1.431,29 m²; investimento: US\$ 427.832,65
7. Reforma geral e melhorias no Hospital Oswaldo Cruz, em Curitiba; Investimento: US\$ 319.325,81
8. Reforma e adaptação do Centro Regional de Especialidades, em Curitiba; investimento: US\$ 102.441,01
9. Reforma geral, para abrigar a Escola de Administração Pública, no Edifício Humberto de Alencar Castelo Branco, no Centro Cívico, em Curitiba; investimento: US\$ 152.999,49
10. Unidade de Pronto Atendimento no Manicômio Judiciário, em Pinhais, com 921,00 m² de área construída, aumentando a capacidade para mais 10 isolamentos e 6 enfermarias para 36 internos.

18. OUVIDORIA GERAL

18. OUVIDORIA GERAL

A motivação principal da criação do instituto de Ouvidoria foi de oferecer abertura a todo o cidadão para a efetiva participação no controle dos princípios da legalidade, economicidade e publicidade dos atos de gestão pública.

Contudo, essa questão não deve ser abordada exclusivamente numa perspectiva jurídica, mas ao contrário, a função de Ouvidoria tem condições para cumprir importante papel no plano social, econômico e político, como podemos sintetizar nos seguintes tópicos:

- a atuação do Ouvidor tem condições de ampliar o controle sobre a Administração Pública em áreas que escapam aos organismos comuns e aos procedimentos tradicionais;
- os cidadãos serão estimulados à terem participação na gestão e no controle dos assuntos públicos;
- a proteção à liberdade e aos direitos fundamentais, sejam de caráter cívico, econômico, social ou cultural, estará significativamente ampliada;
- o sentimento generalizado de insatisfação que a comunidade tem frente aos excessos e abusos cometidos pela Administração Pública terá um canal facilitador, para apreciar soluções vindas do ponto de vista da sociedade.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE OUVIDORIA

A área de OUVIDORIA tem como responsabilidades: — a defesa dos direitos dos cidadãos em relação aos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo Estadual;

- o recebimento e o esclarecimento de denúncias e reclamações sobre as atividades governamentais, apurando-as com brevidade;
- a recomendação a todos os organismos do Poder Executivo Estadual, através do Ouvidor-Geral, das medidas destinadas a prevenir, reprimir e fazer cessar as irregularidades;
- a análise e a emissão de pareceres sobre assuntos que lhe forem encaminhados;
- a prestação de esclarecimentos ao cidadão, resguardando a boa gestão do setor público;
- a comunicação por escrito, ao reclamante, ou denunciante, a respeito das medidas corretivas a serem adotadas pelo Estado na questão apresentada.

O desenvolvimento dos trabalhos da Ouvidoria ultrapassou os obstáculos próprios do começo de um novo trabalho: instalações adaptadas, pessoal desentrosado, material insuficiente, etc., ítems que, aliados às dificuldades de montar uma equipe de alto nível para um trabalho exaustivo, e de manter essa equipe com remuneração adequada, não tem sido uma tarefa fácil neste momento de escassez no âmbito governamental.

Contudo, vencidos esses ítems, existe um registro expressivo de orientação aos cidadãos, em suas participações, como está demonstrado a seguir e referente ao ano de 1993.

PRINCIPAIS TIPOS DE PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO:

A) RECLAMAÇÕES:

- falta de policiamento
- falta de fiscalização
- danos e prejuízos derivados da ação de órgão público
- pagamentos de atrasados, adicionais, enquadramentos, etc.
- preços elevados/qualidade nos serviços públicos
- falta de professores
- atendimento deficiente em órgãos públicos;

B) DENÚNCIAS:

- abuso de autoridade
- omissão de autoridades
- fraudes e corrupção
- uso indevido de carros oficiais
- cobrança de valores abusivos por serviços
- processos licitatórios viciados
- violação do meio ambiente;

C) SUGESTÕES:

- agilização de procedimentos
- reestudo de processos
- agilidade no atendimento
- valorização do servidor público
- aperfeiçoamento do tratamento ao cliente
- aperfeiçoamentos burocráticos
- formação e treinamento de pessoal
- apelo à fiscalização da Receita Estadual;

O grau de resolubilidade das participações dos cidadãos atingiu 43,11%, sendo que, do universo de 1.016 processos, 438 já foram solucionados.

Como principais assuntos resolvidos, podemos listar os seguintes:

- falta de policiamento
- tarifa de água e luz
- uso de carros oficiais
- maior fiscalização por parte da Receita Estadual
- deficiência dos órgãos voltados ao meio ambiente
- falta de professores
- revisão de proventos
- processos de aposentadoria
- auditorias mais rápidas no caso de denúncias
- atendimento adequado ao público e aperfeiçoamentos burocráticos;

O encaminhamento dos processos, pela Ouvidoria-Geral, às Secretarias de Estado, tem sido feito de forma imediata, mercê de um trabalho de informatização, orientado pela CELEPAR. Contudo, a resposta por parte das Secretarias ainda tem utilizado um prazo que pode e deve ser diminuído.

Aspecto merecedor de comentário, é o fato de que, no início dos trabalhos, a equipe de ouvidores resolvia de imediato a metade ds participações dos cidadãos; hoje, em cada 10 participações, 8 são orientadas de imediato. Assim, além dos 1.016 processos, tivemos 8.600 atendimentos. Essa atuação da equipe de ouvidores exerce também uma função educativa de esclarecimento dos cidadãos, na própria identificação dos instrumentos que eles já têm à sua disposição e na capacitação para o exercício da cidadania.

Em 1993 foram realizadas 39 auditorias, listadas a seguir:

Ord.	Órgão Auditado
001	CEASA — Centrais de Abastecimento do Paraná S/A
002	CCTG — Centro Cultural Teatro Guaíra
003	MINEROPAR — Minerais do Paraná
004	IPEM — Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná
005	CLASPAR — Empresa Paranaense de Classificação de Produtos
006	DETO — Departamento Estadual de Transporte Oficial
007	FUNRESPOL — Fundo Especial de Reequipamento Policial
008	SETUR — Secretaria Especial do Esporte e Turismo
009	DECOM — Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção
010	APA — Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
011	DEAM — Departamento de Administração de Material
012	COMEC — Coordenação de Região Metropolitana de Curitiba
013	CCTG — Centro Cultural Teatro Guaíra
014	ISEPR — Instituto de Saúde do Paraná
015	TVE — Rádio e Televisão Educativa do Paraná
016	DER — Departamento de Estradas de Rodagem
017	IPE — Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Paraná
018	BBP — Biblioteca Pública do Paraná
019	AÇÃO TRABALHISTA — Produtoria Geral do Estado
020	IEL — Instituto de Educação Estadual de Londrina
021	HUL — Hospital Universitário de Londrina
022	LONDRINA — Hospital Zona Sul
023	ZONA NORTE — Hospital Dr. Anísio Figueiredo
024	IPE — Instituto de Previdência e Assistências aos Servidores do Estado do Paraná
025	EMATER — Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
026	MINEROPAR — Minerais do Paraná S.A
027	COLÉGIO ESTADUAL RIO BRANCO — Ensino de 1º Grau

- 028 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO
SOCIAL DO ESTADO
- 029 FASPAR — Fundação de Ação Social do Paraná
- 030 COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ — Ensino de 1º
e 2º grau
- 031 DETRAN — Departamento de Trânsito do Paraná
- 032 CEP — Colégio Estadual do Paraná
- 033 FUNRESTRAN — Polícia Militar do Paraná
- 034 FUNDO DE SAÚDE — Polícia Militar do Paraná
- 035 FAP — Faculdade de Artes do Paraná
- 036 SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná
- 037 FAMEPAR — Fundação de Assistência aos Municípios do
Estado do Paraná
- 038 APR — Associação Paranaense de Reabilitação
- 039 SERLOPAR — Serviço de Loterias do Estado do Paraná